petrel



_petrel
Boletim de Conjuntura
do Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais
da Universidade de Brasília

[v.2 | n.3] [maio | 2020]

[v.2 | n.3] [maio | 2020]

_petrel
Boletim de Conjuntura
do Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais
da Universidade de Brasília

[v.2 | n.3] [maio | 2020]

petrel

Boletim de Conjuntura
do Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais
da Universidade de Brasília

[v.2 | n.3] [maio | 2020]

O mundo em crise:
A pandemia da COVID-19 sob perspectivas econômica, política e social



Expediente

Editor Juliano da Silva Cortinhas

Conselho Editorial Ana Luísa Vitali
Daniel Gualberto
Letícia Plaza
Willian Alves

Projeto Gráfico e Direção de Arte Daniel Gualberto
Kamila Aben Athar
Letícia Plaza
Marina Morena Alves
Willian Alves

Capa Letícia Plaza

Fotografia Tam Wai
Vincent Ghilione

Revisão Ana Luísa Vitali
Celso Coelho
Daniel Rego
Letícia Plaza

Programa de Educação Tutorial - Relações Internacionais [PET-REL]
Instituto de Relações Internacionais, da Universidade de Brasília [IREL-UnB]
Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte - Brasília [DF]
CEP 70910-900 | **petrel.unb.br**

Sumário

Lista de Imagens 07
Lista de Tabelas 08
Apresentação 09
O Laboratório de Análise de Relações Internacionais 10
O mundo em crise: a pandemia da COVID-19 sob perspectivas econômicas, políticas e sociais 11

A continuidade das sanções dos EUA em tempos de pandemia: luta pela democracia ou irresponsabilidade social? 13
Gabriela Teixeira Britto

A crise da COVID-19 e a inserção do Brasil na disputa geopolítica China EUA 21
Dalila Carvalho

A mensuração de uma crise: quais os custos durante a pandemia? 35
Celso Coelho

A OMS é, como sempre, o que os Estados fazem dela 51
Daniel Gualberto da Silva

A relação entre a suspensão dos "green cards" durante a pandemia da COVID-19 e as eleições presidenciais de 2020 67
Vanessa Ramos

Campos de Refugiados: suas vulnerabilidades diante da pandemia do novo Coronavírus 77
Marina Morena Alves

Coronavírus e consumo: uma miragem ao ecologismo? 91
Júlia Eduarda Gouveia Rabelo de Abreu

Multilateralismo e Covid-19: desafios da coordenação frente à crise global 101
Vinícius Alves Faria

Necropolítica, Direitos Humanos e a COVID-19 no Brasil 111
Eliza Mendes Côrrea

O Estado suicidário brasileiro se revela diante da pandemia da COVID-19 121
Willian Silva de Oliveira Alves

O monitoramento digtial na pandemia: como conciliar o direito à privacidade com a proteção da saúde coletiva? 133
João Pires Mattar

O paradoxo nacionalista em tempos de pandemia 143
Daniel Cunha Rego

OMS: da varíola ao coronavírus 153
Henrique Motta

Os fatores de risco e os possíveis impactos da pandemia do novo Coronavírus na Nigéria 163
Ana Luísa Vitali

Para além da biologia: a COVID-19, o confinamento e as relações de gênero 173
Letícia Plaza

The East Asian responses to Covid-19: a comparative analsys on the region 197
Kamila Aben Athar

Velhas práticas no mundo contemporâneo: como a pandemia arrisca mudar as relações internacionais 205
Jales Caur

Lista de Imagens

Imagem 1: Ameaças tarifárias mais recentes. Fonte: BBC Brasil (2020).

Imagem 2: Mensagem de Eduardo Bolsonaro no Twitter. Fonte: Poder 360 (2020).

Imagem 3: Resposta da Embaixada chinesa à mensagem de Eduardo Bolsonaro. Fonte: Poder 360 (2020).

Imagem 4: Mensagem do Ministro de Educação, Abraham Weintraub sobre a questão. Fonte: Poder 360 (2020).

Imagem 5: Queda da emissão de CO2 em crises. Fonte: Carbon Brief (2020).

Imagem 6: Direito à vida do paciente com Covid-19. Fonte: CEPEDISA (2020).

Imagem 7: Bolsonaro reage ao ser perguntado sobre o aumento do número de mortes por COVID-19. Fonte: Portal G1 (2020).

Imagem 8: Charge crítica às ações de Bolsonaro durante a pandemia. Fonte: Portal Dom Total (2020).

Imagem 9: Mapa de estados com densidades demográfica da Nigéria. Fonte: maps Nigeria.

Figure 10: Satellite images of the new Chinese hospital site (January and April 2020). Source: WILLIAMS (2020).

Figure 11: Number of coronavirus (COVID-19) confirmed, recovered, and test cases in South Korea (March 30, 2020). Source: FLEMING (2020).

Figure 12: The hit to Tokyo from a postponed Olympic Games: Losses as share of projected 2020 sales (%). Source: LEWIS; AHMED (2020).

Lista de Tabelas

Tabela 1: A Vidas salvas com o distanciamento social e benefícios em trilhões de dólares. Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de GREENSTONE, NIGAM (2020).

Apresentação

Criado e implantado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PET – então Programa Especial de Treinamento e hoje Programa de Educação Tutorial – é um Programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Tais estudantes são selecionados pelas instituições de ensino superior de que participam e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores. O PET visa envolver os alunos que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. São objetivos deste Programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do estudante, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e a execução, em grupos sob tutoria, de uma gama diversificada de atividades acadêmicas. Até o ano de 1999, o Programa foi coordenado pela CAPES. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior. Desde então, vem sendo executado levando em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação. O PET/REL – Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais – foi criado em 1993. Inserido nos grupos PET da Universidade de Brasília, orgulha-se por seu pioneirismo em levar o campo de estudos das relações internacionais para o âmbito do Programa. O PET/REL hoje conta com 14 alunos, que desenvolvem atividades baseadas nas três funções básicas da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais

No contexto do PET/REL, insere-se o Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI), idealizado e organizado desde 2005. Concebido como atividade de pesquisa e extensão do trabalho do grupo a toda comunidade acadêmica, o LARI tem por objetivo observar a conjuntura internacional e produzir interpretações cientificamente embasadas. O cerne das atividades do LARI compõe-se de encontros bimestrais com temas pré-definidos, nos quais os participantes são encorajados a indicar elementos de análise relevantes e a identificar relações, explicações e previsões relativas aos tópicos abordados, num esforço concertado e organizado. Após a discussão dos temas estabelecidos nas reuniões mensais, os membros do PET/REL produzem análises de conjuntura, baseadas na premissa de que o estudo e a aplicação de metodologia e teoria científica permitem melhor compreensão acerca do comportamento dos atores internacionais. O conjunto dessas análises, corrigidas em pares, compõem este *Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.* O Laboratório de Análise de Relações Internacionais, desde sua concepção, constituiu-se num esforço analítico que tem por meta capturar, de forma clara e objetiva, os fatos da conjuntura internacional que podem engendrar-se com processos e dinâmicas mais amplos das Relações Internacionais. Para tanto, buscam-se usar mecanismos que possibilitem o enquadramento dos fatos nas dinâmicas e que favoreçam o exercício intelectual de seleção dos temas tratados e da produção de análises.

O mundo em crise:
a pandemia da COVID-19 sob perspectivas econômicas, políticas e sociais

[v.2 | n.3] [maio | 2020]

No dia 31 de dezembro de 2019, correspondentes na China da Organização Mundial da Saúde (OMS) reportaram casos de pneumonia com causa desconhecida. Concentrados na cidade de Wuhan, na Província de Hubei, o número de casos reportados pelas autoridades chinesas com os mesmos sintomas eram 44 até o dia 3 de janeiro. Inicialmente, não era possível identificar o agente causador dessa doença que se expandia em alta velocidade.

O agente patológico que causava essa doença nos cidadãos chineses foi identificado dias após o primeiro relatório oficial da OMS sobre o tema. Assim, o vírus, inicialmente chamado de 2019-nCoV, foi renomeado oficialmente de Sars-CoV-2. A doença causada por ele, por outro lado, seria chamada de COVID-19 (do inglês, Coronavirus Disease 2019) pela OMS no dia 11 de fevereiro. Já no mês de janeiro, o mundo estava surpreso com as medidas tomadas pela China. Anunciando no dia 23 de janeiro que construiria um hospital de mil leitos em apenas 10 dias, o país asiático apresentava ações de emergência de grande porte. Essa medida tornou instáveis, de imediato, as relações comerciais, políticas e financeiras do mundo. Naquele mesmo dia, os índices financeiros da China já caíam em 3%. Era apenas um pequeno presságio do que estava por vir.

Nesse sentido, torna-se inevitável assumir que a crise causada pela COVID-19 terá impactos globais duradouros. Afetando a lógica do mercado, tanto na oferta quanto na demanda, suas consequências ainda possuem um grande grau de incerteza. Tentando frear as concussões inevitáveis que serão geradas, países tentam propor planos recorrentes para não deixar a economia global entrar em uma grande depressão. Com a grande fragilidade das instituições multilaterais, ações desordenadas aprofundam o abismo entre atual crise e dias melhores.

Por isso, diante das consequências globais e da proporção dessa pandemia, o primeiro LARI de 2020 não teria outro tema base para debate senão a COVID-19.


2019-nCoV

A continuidade das sanções dos EUA em tempos de pandemia:
luta pela democracia ou irresponsabilidade social?

Gabriela Teixeira Britto

As sanções econômicas são instrumentos políticos de poder utilizados na política externa. Essa prática, empregada muitas vezes com a justificativa de aprimorar as condições humanas no país contra o qual são impostas, tende a ter efeito contrário, gerando crises social, econômica e política. No atual contexto de pandemia, essas consequências negativas têm sido maximizadas, sendo que a presente análise visa tratar sobre como as sanções dos EUA afetam Cuba, Venezuela e Irã durante a pandemia e quais as são suas implicações e significados para a comunidade internacional.

Um exemplo é que, já na década de 1960, os Estados Unidos lançaram as primeiras sanções econômicas contra a ilha de Cuba como uma resposta à proximidade do país latinoamericano com a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), principal rival dos EUA durante o período da Guerra Fria (SULLIVAN, 2020). Desde então, o país é alvo de restrições e embargos que o afetam social e economicamente.

As sanções à ilha permaneceram após o fim da Guerra Fria. Contudo, uma mudança dessa política aconteceu somente durante o governo do Presidente Barack Obama, que, em 2015, amenizou algumas sanções ao país e retomou as relações diplomáticas. Com a administração do atual Presidente estadunidense, Donald Trump, no entanto, houve o retorno dos embargos, os quais acabam por retroceder as conquistas do início de uma aproximação dos Estados Unidos e Cuba após anos de afastamento (SULLIVAN, 2020).

A Venezuela também é atualmente um país afetado pelos embargos econômicos. Há mais de uma década, o governo estadunidense impõe sanções contrárias ao governo venezuelano e, em 2020, essas sanções intensificaram-se em resposta ao governo de Nicolás Maduro (SEELKE, 2020). Dessa maneira, o país latinoamericano, que já sofria pressões econômicas e enfrentava uma séria crise humanitária (OLIVEIRA, 2019), tem agora que lidar com a pandemia, o que torna ainda mais difícil garantir a segurança da sua população.

Já no caso do Irã, as sanções foram impostas ao país até a ratificação, em 2015, do acordo nuclear multilateral "Plano de Ação Conjunto Global" (Joint Comprehensive Plan of Action, JCPOA). Com o Plano, houve uma diminuição considerável das sanções, o que permitiu um movimento em direção à normalização dos níveis de exportação de petróleo iraniano (KATZMAN, 2020). Entretanto, com a saída unilateral dos EUA do acordo em 2018, houve um retorno dos embargos, em sua maioria sanções secundárias, de empresas que possuem transações com o Irã (KATZMAN, 2020).

As sanções econômicas podem ser analisadas como uma demonstração de hard power, pois são uma evidência do poder econômico dos EUA e, consequentemente, das suas implicações no sistema internacional (NYE JR, 2002). É notável que elas têm como objetivo a garantia da primazia estadunidense nesse sistema. O conceito de primazia, que surgiu em 1990, consiste na manutenção da segurança, promoção de interesses e conformação do ambiente internacional de acordo com seus valores e princípios (HUNTINGTON, 1993).

É na década de 1990 que se inicia o uso do termo primazia entre a comunidade estratégica nos Estados Unidos (GUIMARÃES, 2002). A partir da derrocada da URSS, os EUA passaram a deixar mais clara a intenção de buscar a hegemonia. No contexto atual, porém, a política de sanções e embargos que é utilizada contra Estados como Cuba, Venezuela e Irã, e perdura no cenário atual, traz dificuldades adicionais porque gera consequências ainda mais graves quando associada aos gastos necessários para o combate à COVID-19 (BARINI, 2020).

A imposição de embargos econômicos à Venezuela, em 2015, ao Irã, desde a saída unilateral de Washington do acordo nuclear em 2018, e à Cuba, possui efeitos dos mais variados. Observa-se de forma muito clara, em primeiro lugar, a dificuldade na obtenção de medicamentos e provisões médicas para dar uma resposta rápida e eficaz à crise (BARINI, 2020). Testes para o novo vírus são reduzidos e máscaras não são suficientes para proteção de profissionais de saúde (OLMO, 2020).

Apesar dos pedidos da ONU e de vários Estados da retirada das sanções contra Cuba, elas continuam em vigor e tornam difícil a aquisição de medicamentos e outras provisões médicas para lidar com a pandemia (MELLO, 2019). Pode-se observar esse fato no fracasso de Cuba em adquirir suprimentos de empresas suíças, visto que a venda foi cancelada pela incorporação destas empresas a uma corporação estadunidense (VINCENT, 2020).

Essa é uma dificuldade que também ocorre nos outros dois casos. Sendo um dos países do Oriente Médio mais afetado pela pandemia, o Irã não consegue adquirir itens de cuidado humanitário de empresas ligadas aos EUA, fato que já gerou desconforto político, observado em declaração do ministro de relações exteriores iraniano (MACHADO, 2020).

A Venezuela, por sua vez, foi um dos primeiros países da América do Sul a tomar medidas de contenção e tem contado com a solidariedade internacional para enfrentar a Crise por falta de equipamentos (OLMO, 2020).

As consequências disso vão além da falta de medicamentos para tratar as vítimas da COVID-19. Esses medicamentos são utilizados no tratamento de outras doenças e, em vários locais do globo, já é constatada a sua falta devido à rapidez com que a doença se espalha e à urgência de tratar as vítimas do novo vírus (VALÉCIO, 2020). Assim, o quadro de pacientes com outras enfermidades, antes estabilizadas, se agrava e ainda há uma sobrecarga nos sistemas de saúde. Desse modo, o que já é um desafio imposto para os Estados durante a pandemia é agravado pelas consequências das sanções.

A política de sanções não os afeta somente de maneira direta e institucionalizada, tendo em vista a influência que os EUA exercem sobre todo o sistema internacional. Ela faz com que muitas empresas, mesmo não envolvidas diretamente nos embargos, não negociem com esses países por temerem sanções por parte dos EUA. Além disso, os impactos dos embargos nas economias também devem ser considerados.

É fato que as economias ao redor do globo continuarão a sofrer impactos até que a crise seja controlada, pois seus efeitos se refletem das mais variadas formas. As sanções, que já afetavam as economias dos países em questão, agravam esses efeitos. Um exemplo é a economia cubana, que está sendo severamente afetada com a pandemia da COVID-19. Estudos mostram que a contração da economia prevista em 0.7% para 2020 aumentou para uma contração de 4.7% (SULLIVAN, 2020).

A retração das economias aumenta taxas de desemprego e reforça um problema bastante observado: a questão do trabalho informal. As pessoas em situação de maior vulnerabilidade econômica tendem a continuar trabalhando e ficam mais expostas ao vírus. A informalidade, por sua vez, contribui para o aumento das desigualdades sociais e, consequentemente, da pobreza e da fome.

Nesse cenário, questões sobre segurança que não se relacionam somente com a saúde devem ser levadas em consideração, como a segurança alimentar e segurança em relação aos direitos fundamentais. Além das sérias consequências para os sistemas de saúde, o abastecimento de produtos de primeira necessidade é um problema que pode ser observado na Venezuela e permite reflexões (CURCIO, 2018).

Pensando na proteção aos direitos humanos, a qual constitui um dos principais motivos alegados para a implementação do embargo, quem realmente sofre com estas medidas é a população. Os governos locais passam ainda a ter uma justificativa para as crises econômicas e problemas de abastecimento. Dessa forma, as repercussões sociais dessa questão tornam-se ainda mais intensas durante a pandemia.

Tendo isso em vista, é possível observar contradições entre a motivação das sanções e seus efeitos práticos. Elas mostram-se instrumentos ineficazes e até mesmo contraproducentes no aprimoramento dos direitos humanos. Esse fato pode ser observado no caso de Cuba. O país sofre com inúmeras sanções destinadas ao isolamento do governo, há 60 anos, e, entretanto, não houve alteração no regime (SULLIVAN, 2020).

O momento ressalta a importância de ferramentas que possibilitem respostas conjuntas nos mais diversos setores para a crise. Desse modo, é possível perceber dois lados sobre a conjuntura de sanções. Percebe-se que há uma resistência à cooperação internacional e a desvalorização do multilateralismo por parte de alguns atores, observada na saída dos EUA de acordos multilaterais e na manutenção das sanções. Dessa forma, os efeitos sociais da desordem econômica nesses países são mais sentidos pelo Estado de maior vulnerabilidade.

Por outro lado, ações no sistema internacional têm suscitado reflexões em outro sentido. O envio de auxílio humanitário de brigadas médicas de Cuba, com mais de 1.200 profissionais da saúde, para trabalhar no combate à pandemia em vários países é um exemplo positivo (VINCENT, 2020). Há ainda outras iniciativas, como a paradiplomacia e a criação de um fundo de recuperação emergencial, promovida pela União Europeia que traçam um caminho para o multilateralismo, bem como para a solidariedade e cooperação internacional.

As sanções econômicas são aplicadas por diversas razões. Todavia, a questão que fica é a seguinte: em um momento de pandemia e crises generalizadas em vários Estados, inclusive naqueles com recursos no xadrez internacional, continuar a impor tais condições significa ir contra o que está sendo defendido no discurso sobre as sanções, isto é, a proteção das pessoas contra a violação de direitos humanos, seja com relação a Estados ou grupos terroristas. Assim, nota-se que o bem-estar humano não é o objetivo primeiro dessas ações e, consequentemente, permanece desconsiderado pela ferramenta de defesa da democracia.

Referências

VINCENT, M. Cuba acusa os EUA de impedir suas compras de medicamentos e respiradores. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-14/cuba-acusa-os-eua-de-impedir-suas-compras-de-medicamentos-e-respiradores.html. Acesso em 27/04/2020.

BARINI, F. Sanções dos EUA afetam combate ao coronavírus na Venezuela e Irã. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/2273-sancoes-dos-eua-afetam-combate-ao-coronavirus-na-venezuela-ira-24308179. Acesso em 27/04/2020.

Agencia France-Presse. EUA afirma que sanções a Cuba e Venezuela permitem ajuda humanitária. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/04/16/interna_mundo,845436/eua-afirma-que-sancoes-a-cuba-e-venezuela-permitem-ajuda-humanitaria.shtml. Acesso em 28/04/2020.

VALÉCIO, M. ALERTA: EXPORTAÇÃO DE CLOROQUINA E AZITROMICINA SÓ COM AUTORIZAÇÃO DA ANVISA. Instituto de Ciência Tecnologia e Qualidade. Disponível em: https://www.ictq.com.br/industria-farmaceutica/1331-alerta-exportacao-de-cloroquina-e-azitromicina-so-com-autorizacao-da-anvisa

KATZMAN, K. Iran Sanctions. Disponível em: https://fas.org/sgp/crs/mideast/RS20871.pdf. Acesso em 29/04/2020.
6 SEELKE, C. R. Venezuela: Overview of U.S. Sanctions. Disponíve em: https://fas.org/sgp/crs/row/IF10715.pdf. Acesso em: 28/04/2020.

SULLIVAN, M. P. Cuba: U.S. Policy Overview. Disponível em: https://fas.org/sgp/crs/row/IF10045.pdf. Acesso em 26/04/2020.

GUIMARÃES, C. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n46/v16n46a05.pdf. Acesso em 28/04/2020.

HUNTINGTON, S. P. Why International Primacy Matters? International Security, vol. 17 no. 4, 1993, p. 68-83.

MACHADO, R. EUA fazem 'terrorismo médico' e impedem resposta eficaz à pandemia, diz chanceler do Irã. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/eua-fazem-terrorismo-medico-e-impedem-resposta-eficaz-a-pandemia-diz-chanceler-do-ira.shtml

OLMO, G. D. A Venezuela está preparada para combater o coronavírus? Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51891467.

OLIVEIRA, A. T. R. A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 13, n. 1, 2019 - Universidade de Brasília. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/24297/21616.

CURCIO, P. C. Desabastecimento e Inflação na Venezuela. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 12, n. 2, pp. 204-239, 2018.

14 MELLO, P. C. Brasil cede aos EUA, rompe tradição de 27 anos e não condena embargo a Cuba. Folha de São Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/brasil-cede-aos-eua-rompe-tradicao-de-27-anos-e-nao-condena-embargo-a-cuba.shtml. Acesso em: 26/04/2020.

A crise da COVID-19 e a inserção do Brasil na disputa geopolítica China EUA

Dalila Carvalho

Os efeitos da disputa geopolítica entre EUA e China geram incertezas não somente sobre a economia mundial, mas sobretudo na tomada de ações conjuntas para o combate à COVID-19. As especulações sobre a origem do vírus e a retórica utilizada para encontrar "culpados" sobre a disseminação do vírus por ambas as potências, além do Presidente Trump acusar a Organização Mundial de Saúde de "encobrir a propagação do coronavírus" (El país,2020) e ameaçar a suspensão de verba para a OMS, apenas dificultam e desviam do foco para a solução conjunta dessa crise global. A guerra comercial entre as superpotências, que se intensificou em 2018 com o anúncio do aumento das tarifas sobre produtos chineses, obteve uma trégua a partir da negociação entre as partes em dezembro de 2019, encerrando, de certa maneira, um capítulo dessa disputa. No entanto, a pandemia da COVID-19 surgiu como mais um capítulo desse confronto, da qual obteve tentativas de politização por ambas as partes (SCMP,2020).

Se a crise do coronavírus serviu como palco para confronto, de que forma o Brasil se inseriu em tal disputa? Uma das ações tomadas pelo governo brasileiro ao adentrar no conflito é a de adotar uma retórica semelhante à do governo Trump para atacar a China com relação à pandemia da COVID-19, com base em meras especulações e sem apresentação de qualquer prova. Cervo e Bueno (2011) nos lembram que o Brasil sempre manteve sua política externa alinhada aos Estados Unidos desde a consolidação da República, em função dos grandes investimentos feitos no país e por ser um dos nossos principais parceiros comerciais.

Os autores também destacam que o Brasil acompanhou, muitas vezes, a posição americana na política mundial e o EUA exerceu, ao longo do século XX, forte influência cultural no país (Cervo e Bueno, 2011, p. 377). Vidigal (2019) reforça que o alinhamento aos Estados Unidos é tradicional da política externa brasileira, porém o diferencial do alinhamento do governo Bolsonaro com a administração Trump é que tal alinhamento "não foi definido a partir de interesses de Estado e sim de governo, e de modo voluntarista e unilateral (p.8). O autor também destaca a característica anômala desse alinhamento, que é "com um governo que divide a opinião pública estadunidense e mundial, que tem sido alvo de acusações de irregularidades e que se mostra etnicamente discriminatório"(p.08). É com base nessa característica que pretende-se analisar como os discursos protagonizados por Bolsonaro e por alguns parlamentares governistas repetem a estratégia de Trump e as possíveis consequências da inserção do Brasil na disputa entre duas superpotências.

A Guerra Comercial entre EUA e China

A guerra comercial entre Estados Unidos e China se intensificou no início de 2018, quando os EUA anunciaram a implementação de tarifas sobre produtos chineses. Sob a política de America First, na qual consiste no fortalecimento da indústria americana, além das alegações da necessidade de reduzir o déficit comecial com a China, que chegou em U$375 bilhões em 2017, Donald Trump anunciou,em março de 2018, a sobretaxa de 25% ao aço e 10% ao alumínio importados (O Globo, 2018). A medida não afetou somente a China, mas também países como Brasil e Argentina. No caso desses dois países, a justificativa de Trump para impor a sobretaxa era a desvalorização da moeda que Brasil e Argentina estariam promovendo (O Globo, 2018).

Pouco depois, o presidente americano lançou tarifas de U$50 bilhões em produtos chineses. Como retaliação, a China impôs tarifas de 25% sobre os produtos dos EUA. Contra esta medida, os EUA reagiram sob a ameaça de lançar mais U$100 bilhões sobre produtos chineses. Nesse momento, a China decide recorrer à OMC contra os Estados Unidos. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ambos os países travaram diversas retaliações contra as tarifas impostas até chegarem a um acordo nomeado como Fase I, em dezembro de 2019 (Foreign Affairs, 2020). Parte do acordo estabelece o cancelamento de 15% das tarifas em produtos chineses, estimadas em U$160 bilhões, enquanto a China concordou em aumentar a compra de U$200 bilhões em produtos americanos em até dois anos. Contudo, o acordo ainda não é substancial, uma vez que as tarifas de 25% em 250 bilhões de produtos chineses permanecem, assim como a China mantém as tarifas de retaliação sob produtos oriundos dos EUA (Foreign Affairs, 2020).

Imagem 1 – Ameaças tarifárias mais recentes



Fonte: BBC Brasil (2020)

A pandemia da COVID-19

Com o primeiro surto da doença na cidade de Wuhan, na China, ao final de dezembro de 2019, além da rápida propagação do vírus pelo mundo, o país asiático tem sido alvo de críticas e cobranças por lideranças políticas ocidentais em relação à omissão dos primeiros casos e na demora para conter a disseminação da doença, conforme relata a reportagem do jornal El País, em abril de 2020. Ainda de acordo com a matéria, os que tecem as mais duras críticas são França e Reino Unido e não somente os EUA. A diferença entre as críticas desses três reside no tom mais diplomático e na retórica por transparência. Nos EUA, o aumento exponencial no número de casos da doença que somam, até a elaboração desta análise, em 1.013.000 casos confirmados (NPR,2020), possibilitou ao líder estadunidense utilizar discursos racistas contra os chineses – ao atribuir, por exemplo, a Sars-Cov-2 como um "vírus chinês" - e de meras especulações com o intuito de "responsabilizar" a China pela propagação da doença no mundo e por omissão dos primeiros casos.

Ao classificar a Sars-COV-2 como um "vírus chinês", o presidente americano afirma que o coronavírus foi criado em um laboratório em Wuhan e que os EUA possuem "grandes evidências" dessa teoria. A própria OMS rebateu as especulações ao afirmar que os EUA ainda não apresentaram as "provas" das quais disseram possuir sobre a origem do vírus (CCTV, 2020, tradução livre). As acusações apresentadas por Donald Trump e por alguns políticos estadunidenses contra a China carecem de fontes e evidências científicas. Todavia, o lançamento dessas teorias conspiratórias não é um instrumento utilizado somente pelo governo dos EUA.

O diplomata chinês Zhao Lijian publicou, em seu Twitter, um vídeo do diretor do US Center for Disease Control no qual afirmava que algumas mortes por gripe nos EUA foram posteriormente identificadas como "COVID-19". Ao publicar o vídeo, o diplomata sugere que os EUA "trouxeram o vírus para Wuhan" e clama por explicações do governo americano (CNN, 2020, tradução livre; SMCP, 2020).

.

A inserção do Brasil na disputa China-EUA

Nos últimos quinze anos, o desenvolvimento econômico, político e social do Brasil ganhou destaque no cenário internacional e possibilitou ao país assumir um protagonismo na América Latina. A tradicional característica mediadora e pacifista da diplomacia brasileira agia no sentido de buscar oportunidades para a cooperação internacional, especialmente em processos de manutenção de paz e de ajuda humanitária. No entanto, os recentes acontecimentos políticos na América do Sul, como a crise político- econômica na Venezuela e a ascensão dos governos de direita em países como Chile, Paraguai e Colômbia (além do próprio Brasil) parecem novamente chamar a atenção do governo dos EUA para o sul do continente americano.

Com a eleição de um governo de extrema-direita em 2018, o Brasil passou a demonstrar um comportamento anômalo dentro de sua tradição diplomática ao sinalizar um total alinhamento político-ideológico com os EUA.

Já as relações bilaterais Brasil-China seguem com normalidade a partir da pressão de setores como o agronegócio e da intervenção do Vice-Presidente Hamilton Mourão, apesar da desconfiança inicial de Bolsonaro com a potência asiática (Vidigal, 2019, p.12).

Entretanto, a interferência dos filhos de Jair Bolsonaro na condução da política externa, em especial do deputado federal Eduardo Bolsonaro que possui com influência pró-Trump, tem gerado crises entre o Itamaraty e a Embaixada da China no Brasil. Em março de 2020, o deputado realizou postagens no Twitter acusando o governo chinês de ter omitido informações relevantes sobre o coronavírus. Ao acusar, o deputado citou a série de tv Chernobyl e relacionou a explosão da usina nuclear com o coronavírus. Logo, a Embaixada da China no Brasil reagiu com indignação à postagem e emitiu uma nota condenando os ataques do deputado. A resposta ao ataque não foi somente institucional, como também partiu do próprio embaixador. Em seu perfil no Twitter, o embaixador Yang Wanming afirmou que o deputado, ao voltar de Miami, contraiu "vírus mental, que está infectando a amizade entre os nossos povos". Como réplica à condenação da embaixada da China ao ataque, alguns parlamentares governistas, apoiados pelo Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, reproduziram ataques à embaixada chinesa e ao embaixador Yang Wanming, exigindo até mesmo sua expulsão do país pelo "desrepeito" ao parlamentar e à nação brasileira ao reagir à declaração de Eduardo Bolsonaro.

Entre os Senadores da Oposição, houve críticas dos Senadores Randolfe Rodrigues (Rede - AP) e Humberto Costa (PT-PE), que condenaram a postura de Eduardo Bolsonaro e que suas declarações colocam em risco as relações econômicas entre Brasil e China. O senador Humberto Costa ainda cobrou posicionamentos dos setores empresarial e do agronegócio diante das declarações do deputado (Agência Senado, 2020).

Imagem 2 – Mensagem de Eduardo Bolsonaro no Twitter



Fonte: Poder 360 (2020)

Imagem 3 – Resposta da Embaixada chinesa à mensagem de Eduardo Bolsonaro



Fonte: Poder 360 (2020)

No entanto, as declarações de Eduardo Bolsonaro não passaram despercebidas por empresários chineses, lideranças da Câmara de Comércio Brasil-China e do Grupo de Líderes Empresariais. Os empresários chineses condenaram a interferência dos filhos do Presidente e afirmaram que as falas de Eduardo Bolsonaro "queimam pontes"(UOL Economia,2020). De acordo com a reportagem da UOL, o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China afirma que "para além de um possível impacto na relação comercial entre os dois países, o mais grave é o ataque em si, em dias em que a solidariedade se faz necessária", referindo-se à pandemia da COVID-19. O Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) repudiou as declarações de Eduardo e afirmou, ao jornal El País, que "a atitude não condiz com a importância da parceria estratégica Brasil-China e nem com os ritos da diplomacia".

Para inflamar a crise diplomática, o Ministro da Educação Abraham Weintraub publicou, em sua conta no Twitter no início de abril, uma mensagem que reproduzia uma capa do gibi Turma da Mônica. A mensagem fazia referência ao modo de falar do personagem Cebolinha, que troca o "R" pelo "L" nas palavras. A publicação se tratava de uma zombaria do sotaque que muitos asiáticos têm ao falar o português. A Embaixada da China reagiu ao ataque do Ministro e publicou uma nota repudiando as "declarações difamatórias contra a China" e apontando conteúdo "fortemente racista". (DW,2020).

Imagem 4 – Mensagem do Ministro da Educação, Abraham Weintraub sobre a questão



Fonte: Poder 360 (2020)

Fica evidente, pois, que o governo brasileiro, ao atacar a representação diplomática da China no Brasil pela crise da pandemia, adota a semelhante estratégia estadunidense ao utilizar de teorias conspiratórias e ataques xenófobos contra a nação chinesa. Uma vez que Brasil e China somam 46 anos de laços diplomáticos, sendo os últimos dez anos caracterizados pelo fortalecimento da relação e tendo a China como o principal parceiro comercial do Brasil, repetir as ações do governo Trump torna-se uma alternativa perigosa e comprometedora para o governo e para as instituições brasileiras, em especial na atual crise de saúde.

Cabe lembrar que a China detém 90% da produção mundial de equipamentos de proteção individual para profissionais de saúde (O Globo, 2020) e, no momento em que os esforços para a cooperação internacional e multilateral no combate ao coronavírus são aplicados, o Brasil pode correr grandes riscos políticos e econômicos caso insista em repetir a estratégia do governo Trump para lidar com a crise de saúde.

Apesar de alguns membros do setor empresarial e agropecuário no Brasil e demais parlamentares e figuras políticas condenarem o discurso de Eduardo Bolsonaro e do Ministro Abraham Weintraub, nota-se que esses atores não têm se mostrado eficazes para moderar comportamentos de figuras políticas que possam abalar negativamente as relações diplomáticas Brasil-China. Para o alívio da tensão entre governo e Embaixada da China, é necessário o intermédio e o compromisso das instituições políticas e jurídicas do país para por fim aos ataques de parlamentares bolsonaristas às autoridades chinesas no Brasil, de modo que o país não embarque, mesmo que involuntariamente, em uma disputa que não lhe diz respeito.

Referências

BENITES, Afonso. 2020. Esforço de Eduardo Bolsonaro para demonizar China copia Trump e ameaça elo estratégico do Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-19/esforco-de-eduardo-bolsonaro-para-demonizar-china-copia-trump-e-ameaca-elo-estrategico-do-brasil.hmtl Acesso em 28 de abril de 2020.

SHAN, Weijan.2020. A Delicate Truce in the U.S.-Chinese Trade War. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-01-13/delicate-truce-us-chinese-trade-war. Acesso em 27 de abril de 2020.

National Public Radio. 2020. Coronavirus Maps and Graphics. Disponível em https://www.npr.org/sections/health-shots/2020/03/16/816707182/map-tracking-the-spread-of-the-coronavirus-in-the-u-s .Acesso em 01 de maio de 2020.

PEREIRA. Vinicius.2020. Empresários chineses se irritam com E. Bolsonaro: falas "queimam pontes". Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/19/eduardo-bolsonaro-china-coronavirus-empresarios. Acesso em 16 de abril de 2020.

VIEIRA, Anderson. 2020. Declarações de Eduardo Bolsonaro contra a China repercutem entre os senadores. Fonte: Agência Senado. Disponível em : https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/19/declaracoes-de-eduardo-bolsonaro-contra-a-china-repercutem-entre-os-senadores.
Acesso em 01 de maio de 2020.

SANCHES & MAGENTA, Mariana e Matheus. 2020. Bolsonaro e Trump radicalizam: as semelhanças entre os líderes na pandemia de coronavírus. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52361730. Acesso em 07 de maio de 2020.

FORUM, Revista. 2020. Weintraub usa turma da mônica em postagem xenófoba contra os chineses. Imagem disponível em https://revistaforum.com.br/redes-sociais/weintraub-usa-turma-da-monica-em-postagem-xenofoba-contra-os-chineses/. Acesso em 07 de maio de 2020.

YAHYA, Hanna. 2020. Eduardo Bolsonaro culpa China por pandemia e embaixada rebate. Imagem disponível em: https://www.poder360.com.br/coronavirus/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-pandemia-e-embaixada-rebate/. Acesso em 06 de maio de 2020.

CGTN in CCTV, 2020. WHO says has no proof from U.S. on 'speculative' Wuhan lab claims. Disponível em: https://english.cctv.com/2020/05/05/. Acesso em 08 de maio de 2020

Churchill, Owen, 2020. Coronavirus: China's US ambassador Cui Tiankai takes veiled swipe at Donald Trump for politicising outbreak. Disponível em: https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3080943/coronavirus-chinese-envoy-cui-tiankai-takes-veiled-swipe. Acesso em 05 de maio de 2020.

Westcott & Jiang, Ben & Steven, 2020.Chinese diplomat promotes conspiracy theory that US military brought coronavirus to Wuhan. Disponível em: https://edition.cnn.com/2020/03/13/asia/china-coronavirus-us-lijian-zhao-intl-hnk/index.html. Acesso em 06 de maio de 2020.

VIDIGAL,Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. In: Jornal of Global Studies. Meridiano 47, 2019,v.20, pg.6-14. Disponível em : https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792/24440. Acesso em 09 de maio de 2020.

BASSETS, DE MIGUEL & CARBAJOSA,M.R & A. França e Reino Unido lideram endurecimento do tom europeu com a China. Disponível em https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-21/franca-e-reino-unido-lideram-endurecimento-do-tom-europeu-com-a-china.html. Acesso em 09 de maio de 2020.

NACIONAL,Jornal. Mercado internacional tem disputa por máscaras, luvas e respiradores. Disponível em :https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/06/mercado-internacional-tem-disputa-por-mascaras-luvas-e-respiradores.ghtml. Acesso em 09 de maio de 2020.

BRASÍLIA. EMBAIXADA DA REPðBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASÍL. (ed.). Nota da Embaixada da China no Brasil. 2020. Disponível em: http://br.china-embassy.org/por/sghds/t1758489.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

PALUMBO & NICOLACI DA COSTA,D. & A. Guerra comercial: 5 gráficos para entender a disputa entre EUA e China. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48228954. Acesso em 07 de maio de 2020.

CERVO & BUENO,A.L & C. História da Política Exterior do Brasil.4° ed.Brasília:Editora Unb, 2011.

TREVISAN, Karina, 2020. Entenda a guerra comercial e seus possíveis impactos. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/06/entenda-a-guerra-comercial-e-seus-possiveis-impactos.ghtml. Acesso em 06 de maio de 2020.

A mensuração de uma crise:
quais os custos durante a pandemia?

Celso Coelho

A base de qualquer teoria econômica trabalha com recursos. Como é de conhecimento de qualquer estudante que tenha cursado Introdução à Economia, assume-se logo de início que os três fatores de produção na Economia – terra, capital e trabalho – são escassos e por isso precisam ser analisados por uma via que os enxergue como finitos. Assim, com essa máxima imprescindível para as aulas posteriores, os alunos já conseguem visualizar a necessidade de construir decisões embasadas em *trade-offs*, enxergando facilmente como cada decisão situa-se diante das possíveis escolhas a serem tomadas.

Nos exemplos usados em sala de aula, as respostas para os dilemas podem ser claras e óbvias. Afinal, escolher entre comprar várias balas ou um único chocolate não resulta em dilemas morais ou éticos. Nessas situações, analisar as decisões a partir da mensuração de valores e dos proveitos obtidos é uma tarefa relativamente simples, rápida de ser realizada e sem possíveis remorsos futuros.

No entanto, caso colocados diante de impasses como o proporcionado pela COVID-19, os alunos estariam em apuros. Seria possível usar a mesma base de raciocínio para escolher entre promover ações restritivas ou evitar a perda de capacidade econômica? Dificilmente.

Todavia, em 2020, governantes de todos os âmbitos estão diante de dilemas como este. Aos tomadores de decisões, perguntas se tornaram mais frequentes. Evitar um possível colapso do sistema público de saúde ou impedir uma crise econômica? Promover políticas de distanciamento social ou incentivar a normalidade nos mercados? Priorizar recursos aos cuidados com os enfermos ou sustentar medidas de política social que aumentam as rendas das famílias em situação de vulnerabilidade social?

É nesse sentido, portanto, que esta análise procura se inserir. Tendo por objetivo trazer as mais diferentes perspectivas, buscar-se-á apoio em noções econômicas, sanitárias, filosóficas e políticas que embasem um debate acerca do tema: quais os custos envolvem uma vida durante uma pandemia?

Obviamente, a mensuração de seres humanos realizada aqui evita trazer uma a banalização da vida humana. Explicita-se, desde já, que a intenção é incitar o debate. Entretanto, como posto em xeque por diversos países, em meio à uma pandemia faz-se necessário que os custos sanitários e de saúde sejam comparados com as perdas econômicas.

Assim sendo, no que parece ser a maior crise econômica mundial desde 1929, é preciso ter sabedoria para se escolher de maneira assertiva.

O perigo na diminuição de renda

Estabelecer valores que possam mensurar as perdas econômicas durante uma epidemia é um desafio para diversos economistas. Como agravante a essa tarefa, o mundo globalizado do século XXI torna as conexões entre países e mercados cada vez mais íntimas, produzindo um efeito cascata que reverbera economicamente nas distintas composições econômicas de cada país.

Nesse sentido, um vírus com origem detectada na China consegue impactar diversas economias ao se espalhar para inúmeras nações em menos de três meses. Os países, sem um tratamento efetivo e diante de uma falência de seus sistemas de saúde, optaram em sua maioria por medidas de distanciamento social, comumente fechando seus comércios e isolando as pessoas de seu convívio social.

Buscando preservar as pessoas com risco de falecer por apresentarem maior susceptibilidade em desenvolver sintomas graves da doença, o mundo foi fechado. Assim, as consequências econômicas decorrentes da inatividade comercial devido à pandemia da COVID-19 são pujantes. Elas alteram em grau, obviamente. No entanto, um consenso internacional profere que seu impacto econômico é uma certeza comum em todas as áreas, assim como o risco de sobrecarga dos sistemas de saúde. Diante disso, como expresso por Porter e Tankersley (2020), estamos frente a um dilema amplamente debatido entre economistas: como uma sociedade pode avaliar o *trade-off* entre a saúde e o bem-estar econômico?

Sob uma perspectiva de renda populacional, a diminuição da receita de cada família e o aumento da pobreza, por si, apresentam perigo na saúde pública de cada país. Como expresso pelo economista Kip Viscusi, da Universidade de Vanderbilt, "Tornar as pessoas mais pobres também têm consequências para a saúde" (PORTER; TANKERSLEY, 2020, tradução nossa)[1]. Reduzir a renda das pessoas, interrompendo a economia, portanto, afeta a saúde da população.

Por conseguinte, como sinalizado por Marc Edelman (2019), o estresse financeiro se relaciona com altos níveis de diabetes, consumo recorrente de bebidas alcoólicas e níveis de sobrepeso corporal, aumentando taxas de overdoses e suicídios. Ademais, sob um cenário de diminuição bruta de renda, ocorrendo em despejo de suas moradias, os cidadãos também ficam mais sujeitos à doenças mentais e psicológicas, acarretando em inúmeros casos de depressão.

[1] Making people poorer has health consequences as well

Números que guiam tomadas de decisão

Além dos fatores comentados acima, existem outros fatores que contribuem ao debate aqui proposto. Esses fatores, principalmente econômicos, são difíceis de serem mensurados e mostram sua face em momentos de grande dificuldade, como o vivenciado na atual pandemia.

Nesse sentido, o valor gasto com o tratamento médico dos pacientes, por exemplo, ilustra a dimensão dos custos envolvidos em meio à uma pandemia. Desse modo, ventiladores e respiradores são parcela importante dos gastos, sendo a maior parte do dispêndio. No entanto, equipamentos de proteção individual (EPI's) e testes de confirmação da doença também compõem o orçamento de guerra montado para a luta contra a pandemia causada pelo coronavírus.

Sendo o item unitário mais caro para tratamento dos pacientes, os aparelhos de respiração pulmonar estão na base das despesas. Segundo Landim (2020), no início do mês de março de 2020, os respiradores e ventiladores — aparelhos necessários para tratar doentes graves da COVID-19 — eram cotados por técnicos dos governos municipais, estaduais e federais a US$ 17 mil. Em uma semana, no entanto, seu valor chegou a incríveis US$ 53 mil, resultando numa alta de 211%.

Aliado ao aumento estratosférico no valor do aparelho, a alta da moeda estadunidense acrescenta custos ainda maiores no combate à COVID-19. Fato indicativo é que no dia 07 de abril de 2020, o dólar estava sendo cotado a R$ 5,22; porém, em relação ao primeiro dia do ano (cotado a R$ 4,02), o dólar havia subido 29,8%.

O governo brasileiro, diante da necessidade emergencial de compra de novos respiradores, apontava a carência de 15 mil respiradores para serem integrados ao seu sistema de saúde (LANDIM, 2020). Nesse sentido, caso fossem comprados em valores do dia 07 de abril, os 15.000 respiradores custariam aos cofres públicos o equivalente a 4,15 bilhões de reais. Isso equivaleria, em termos brutos, a 0,1% de todo o orçamento inicialmente previsto para 2020[2].

Por fim, paralelamente aos gastos sanitários, a importância da ação direta de entidades públicas e do terceiro setor em ações de políticas de assistência tornou-se mais evidente com a crise epidemiológica causada pela COVID-19. Como anunciado pelo chefe do Programa Mundial de Alimentos da ONU, David Beasley, é urgente que o mundo aja para evitar uma catástrofe (DOUCET, 2020). Em sua fala, Beasley alertou que o número de pessoas que sofrem com a fome poderia ir de 135 milhões para mais de 250 milhões em poucos meses. Portanto, "poderemos estar enfrentando várias crises de fome, de proporções bíblicas, em poucos meses" (DOUCET, 2020, tradução nossa)[3], disse David Beasley.

No Brasil, para atenuar os efeitos econômicos na realidade das famílias mais carentes – facilmente sujeitas a passar por uma situação prolongada de fome durante uma crise econômica conjuntural – o Governo Federal aprovou um plano de Auxílio Emergencial por meio do pagamento de R$ 600,00 mensais durante três meses. O objetivo, segundo o Governo, é atender trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo (R$ 522,50) ou cuja renda familiar total seja de até três salários mínimos (R$ 3135,00). Em estimativas iniciais, a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado calculava o gasto estimado em R$ 59,8 bilhões nos três meses, atendendo a uma demanda de 30,5 milhões de trabalhadores (TOMAZELLI,2020).

[2] Segundo o Projeto de Lei do Orçamento de 2020 (PLN 22/2019), aprovado no congresso dia 17 de dezembro de 2019, o valor total do Orçamento seria de R$ 3,8 trilhões. Todavia, caso aprovada, a Proposta de Emenda à Constituição 10/20 – chamada de PEC do "orçamento de guerra" – permitiria que o orçamento fosse separado dos gastos realizados com a COVID-19, dentre outras medidas.

[3] "*We could be facing multiple famines of biblical proportions within a short few months*".

Posteriormente, no entanto, o número de CPFs aprovados para ter o valor fornecido pelo governo, segundo Gercina (2020), era de 50,3 milhões de trabalhadores. Em relação ao número total de beneficiários previstos inicialmente pelo IFI, houve um aumento de 64,9% em relação ao valor inicial. Analogamente, o valor total gasto pelo governo também aumentará. Desse modo, como aponta Ventura (2020), os valores atualizados saltarão para a quantia de R$ 123,9 bilhões (alta de 146% em relação ao valor orçado inicialmente). Ressalta-se, ainda, que o número total de beneficiários, assim como o ônus total com o programa, deverá subir, uma vez que nem todos os cadastros foram analisados até o final de abril.

O valor da vida

No contexto de uma pandemia, realizar cálculos que busquem avaliar o preço de mercado de vidas humanas torna-se uma atividade conturbada, porém necessária. Relacionando diretamente valores à vidas humanas, economistas conseguem ter uma base teórica que apoia as tomadas decisão dos governantes. Essa linha de raciocínio se insere, principalmente, como argumento que defende a medida de prevenção mais eficaz conhecida até o momento: o isolamento social. Para essa difícil tarefa, existem dois métodos comumente usados para alcançar resultados e criar uma base para discussão. Ressalta-se que ambos modelos são estabelecidos com base no dólar e na realidade do mercado de trabalho estadunidense.

O primeiro, chamado de VSL, trata do valor estatístico de uma vida. Do inglês *Value of Statistical Life*, ele foi criado analisando o comportamento dos trabalhadores frente às probabilidades que assumem ao aceitar um emprego que possui determinado risco de morte. Para ilustrar, como demonstra Conover (2020), se 5.000 trabalhadores recebem US $ 2.000 a mais por ano para trabalhar em um trabalho arriscado que resultará, necessariamente, na morte de um trabalhador a mais – comparado a uma alternativa de trabalho que não possui esse risco – então infere-se que o VSL para esses trabalhadores é de US$ 10 milhões. Outra explicação igualmente assertiva é dada por Greenstone e Nigam (2020) ao supor que se o americano médio está disposto a pagar US$ 10.000 para evitar uma chance de 0,1% de morte, o VSL resultante é igual a US $ 10.000/0,001. Isto é, para tentar, com 100% de probabilidade, salvar uma vida, o custo total será de US$ 10 milhões por vida estatística salva. Desse modo, uma política que busca salvar apenas uma vida custa US$ 10 milhões em benefícios sociais.

Apesar das estimativas referentes ao valor de VSL possuírem variações, agências do governo americano tipicamente adotam esse valor em torno de de US$ 9 milhões por vida salva. Todavia, mesmo com a demonstração de sua utilidade, existem críticas fortes a esse método ao se apontar que ele não distingue valor entre a vida de um idoso ou de um jovem. Nesse método, em teoria, salvar a vida de uma criança de três anos equivale a salvar um idoso que possui doenças crônicas, com poucos anos de vida restante em comparação à criança (VERBRUGGEN, 2020). Apesar dessa deficiência, entretanto, existe uma variação do VSL que divide o valor estatístico padrão pela expectativa média de anos restantes de vida do grupo de estudo analisado. Essa versão, chamada de Value of a Statistical Life Year (VSLY) pode, então, ser usada para derivar um VSL que varia sistematicamente por idade, atribuindo um valor muito maior às crianças do que aos idosos, por exemplo (CONOVER, 2020).

O segundo método para calcular a vida de uma pessoa, por outro lado, tenta sanar a deficiência apresentada pelo VSL, incluindo em sua análise a qualidade de cada vida em particular. Nesse sentido, o *Quality-Adjusted Life Year* (QALY) é o valor de um ano vivido em boa saúde. Como esse dado busca analisar o valor do ano de vida de uma pessoa, com base em sua qualidade, um efeito decorrente é que, se o agente estudado estiver com problemas de saúde, seu valor de QALY é então reduzido para baixo.

Portanto, com base em suposições plausíveis sobre os valores e atitudes das pessoas em relação ao risco para sua vida, economistas estabelecem um limite de duas a três vezes a renda anual per capita para calcular o QALY, o que implicaria em um limite americano de US$ 110.000 a US$ 160.000 por pessoa (VERBRUGGEN, 2020).

Aplicados à COVID-19, esses conhecimentos possuem grande importância. Nesse ponto, um dos principais estudos produzidos nesta área foi feito por dois professores da Universidade de Chicago, Michael Greenstone e Vishan Nigam.

Utilizando como referência os modelos calculados pelo Imperial College, eles consideraram como premissa os cenários que avaliavam o número de vidas salvas por uma política severa de distanciamento social, podendo durar até 4 meses. Assim, utilizando como forma de cálculo uma versão de VSL que considera os anos de vida das pessoas, dividindo-as em agrupamentos por idade, eles chegaram a resultados expressivos.

Abaixo, é possível visualizar os valores obtidos pelos cientistas da Universidade de Chicago em seu trabalho.

Tabela 1: Vidas salvas com o distanciamento social e benefícios em trilhões de dólares

Faixa etária	Valor estatístico da vida	Vidas salvas com o distanciamento social	Benefícios em trilhões de dólares
0 a 9 anos	US$ 14,7 milhões	442	0,01
10 a 19 anos	US$ 15,3 milhões	1.381	0,02
20 a 29 anos	US$ 16,1 milhões	6.892	0,11
30 a 39 anos	US$ 15,8 milhões	17.455	0,28
40 a 49 anos	US$ 13,8 milhões	31.080	0,43
50 a 59 anos	US$ 10,3 milhões	133.234	1,38
60 a 69 anos	US$ 6,7 milhões	413.949	2,76
70 a 79 anos	US$ 3,7 milhões	561.694	2,06
80 ou mais	US$ 1,5 milhões	595.824	0,89
Total		**1,761,951**	**7,94**

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de GREENSTONE, NIGAM (2020)

Em suas conclusões, Greenstone e Nigam (2020) apontam que caso um sistema de distanciamento social seja implementado por todo o país, a projeção de vidas salvas nos Estados Unidos alcança a quantia de 1,76 milhões de habitantes. Ademais, o estudo concluiu que, ao salvar essas vidas, os americanos estariam salvando a perda de aproximadamente US$ 8 trilhões.

Contextualizando esse valor descoberto, eles apontam que US$ 8 trilhões representa mais de um terço do PIB dos EUA, sendo maior que todo o orçamento federal anual. Desse modo, até em momentos normais da economia, é difícil pensar em qualquer intervenção com tamanhos benefícios aos cidadãos tal como o isolamento social visando à proteção de vidas humanas em tempos de pandemia.

Em resumo, como aponta Menezes (2020), esse estudo racionaliza economicamente a importância do isolamento social para a economia, apoiando-o. Sua maior descoberta é, portanto, afirmar com que o custo econômico da recessão provavelmente será menor do que o custo econômico decorrente das vidas ceifadas na pandemia.

Considerações finais

Cabe, aqui, uma reflexão final com base nos dados utilizados anteriormente. Acerca da profundidade da crise econômica e financeira, torna-se nítido o sentimento de afogamento do mundo. No âmbito nacional, o Brasil demonstra seu malabarismo para lidar com uma população que até então estava, em parte, invisível para a máquina pública. Ademais, abraçado pela urgência de uma política social robusta, despende valores próximos a 150 bilhões de reais apenas com a tentativa de manutenção de renda de sua população. Logo, onera, a partir dessa única via, os cofres públicos com aproximadamente 4% de todo o orçamento previsto para 2020 inicialmente. Ignora-se nesta soma, ainda, valores gastos com o aumento dos pedidos de seguro desemprego, auxílios prestados a pequenas e médias empresas e a ajuda financeira fornecida a Estados e municípios.

No âmbito internacional, por outro lado, países como os Estados Unidos também demonstram sua preocupação com todos os problemas econômicos e sociais enfrentados. Aqui, nota-se mais do que nunca que a crise é mundial. Governos historicamente liberais, como o próprio país governado por Donald Trump, há muito surfavam numa onda neoliberal. Abalada pela Crise de 2008 e, arrisca-se dizer, liquidada totalmente com a pandemia do coronavírus, essa onda deságua numa nova forma dos governos encararem suas economias.

Ao ingressar em 2021, primeiro ano de toda uma nova década, o passado recente terá cicatrizes fortes que irão reverberar por uma década inteira nas principais economias do mundo. Os EUA, por exemplo, ao fornecer um auxílio de US$ 1200 dólares a seus residentes e, dessa maneira, injetar US$ 2,2 trilhões na sua economia doméstica para tentar salvá-la (DIAS, 2020), terão que repensar o paradigma neoliberal que defendia e que vigorava até tempos recentes.

Por isso, inevitavelmente, alguns atores do sistema internacional terão precauções mais severas, não existentes anteriormente. Políticas desenvolvimentistas e protecionistas possivelmente retornarão com grande força. Pautas nacionalistas e xenofóbicas ganharão ainda mais força com a redução de empregos no mercado de trabalho.

Ademais, como Ord (2020) aconselha, o mundo precisa entender que a COVID-19 não será a doença dizimadora responsável pelo extermínio completo da raça humana. Na verdade, ela está longe disso. Mesmo longe de uma aniquilação total, contudo, ele relembra que o ciclo de grandes epidemias está se achatando e ficando mais curto a cada grande surto que a humanidade enfrenta. Assim sendo, o futuro remete perigos de novas epidemias tangíveis, tão graves quanto ou até piores que a causada pelo coronavírus em 2020. Encarar elas com a perspectiva mais pessimista de cenários possíveis é a ação coerente a ser feita. Vulgarizar e ridicularizar epidemias, como líderes de 2020 fizeram, é um papel que tomadores de decisão e governantes não poderão ter no futuro.

Referências

CONOVER, Chris. **How Economists Calculate The Costs And Benefits Of COVID-19 Lockdowns**. Forbes, Nova Jersey, 27 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/theapothecary/2020/03/27/how-economists-calculate-the-costs-and-benefits-of-COVID-19-lockdowns/#327bb7ba6f63>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

DIAS, Marina. **Brasileiros recebem ajuda de US$ 1.200 do governo Trump contra perda de renda no coronavírus**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 28 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/brasileiros-recebem-ajuda-de-us-1200-do-governo-trump-contra-perda-de-renda-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

DOUCET, Lyse. **Coronavirus: World risks 'biblical' famines due to pandemic** - UN. BBC, Londres, 21 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-52373888>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

EDELMAN, Marc. **(2019). Hollowed out Heartland, USA: How capital sacrificed communities and paved the way for authoritarian populism. Journal of Rural Studies**. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.10.045

GERCINA, Cristiane. **Metade dos inscritos tem direito de receber auxílio emergencial de R$ 600 da Caixa**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 28 de abr. de 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/grana/2020/04/metade-dos-inscritos-tem-direito-de-receber-auxilio-emergencial-de-r-600-da-caixa.shtml>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

GREENSTONE, Michael; NIGAM, Vishan. **Does Social Distancing Matter?**. Becker Friedman Institute for Economics Working Paper. DOI: http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3561244

LANDIM, Raquel. **Preço de respiradores sobe mais de 200% na China em uma semana**. CNN Brasil, São Paulo, 07 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/04/07/preco-de-respiradores-sobe-mais-de-200-na-china-em-uma-semana>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

MENEZES, Pedro. **Entre o cinismo e o sentimentalismo: quanto vale uma vida?**. InfoMoney, São Paulo, 05 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/pedro-menezes/entre-o-cinismo-e-o-sentimentalismo
-quanto-vale-uma-vida/>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

ORD, Toby. **Why we need worst-case thinking to prevent pandemics**. The Guardian, Nova Iorque, 06 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/science/2020/mar/06/worst-case-thinking-prevent-pandemics-coronavirus-existential-risk>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

PORTER, Eduardo; TANKERSLEY, Jim. **Shutdown Spotlights Economic Cost of Saving Lives**. The New York Times, Nova Iorque, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/03/24/business/economy/coronavirus-economy.html>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

TOMAZELLI, Idiana. **Senado aprova auxílio emergencial de R$ 600 a informais, intermitentes e MEIs**. O Estado de S.Paulo, 30 de mar. de 2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,senado-aprova-auxilio-de-r-600-a-informais-intermitentes-e-meis,70003253962>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

VENTURA, Manoel. Governo libera mais R$ 25,7 bi para auxílio emergencial. **O GLOBO**, 24 de abr. de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-libera-mais-257-bi-para-auxilio-emergencial-1-24392421>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

VERBRUGGEN, Robert. How Much Is a Life Worth? **National Review**, Nova Iorque, 20 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.nationalreview.com/magazine/2020/04/20/how-much-is-a-life-worth%E2%80%88/>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

A OMS é, como sempre, o que os Estados fazem dela

Daniel Gualberto da Silva

O anúncio de que os Estados Unidos deixariam de contribuir financeiramente para a Organização Mundial da Saúde (OMS) veio na sequência de uma série de críticas das quais a agência é alvo pela maneira que tem lidado com a pandemia do novo Coronavírus (SARS-Cov-2). Embora tais reprovações pareçam inéditas, elas não só ecoam apontamentos históricos e recorrentes a respeito das deficiências da OMS, como também dão continuidade a uma habitual postura combativa estadunidense.

A situação *sui generis* que a corrente pandemia impôs ao mundo, ao ressaltar antigos problemas da OMS, reacendeu o debate acerca de uma reforma profunda da instituição. Todavia, para entender os ataques que a organização sofre, e a resposta institucional à disseminação do SARS-Cov-2, faz-se necessário explicar brevemente a estrutura da agência e resgatar sua história recente, assim como de algumas outras pandemias que acometeram o globo.

A OMS, sua estrutura e seus fins

A Organização Mundial da Saúde, uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) e fundada três anos após o estabelecimento dessa, tem como objetivo declarado em sua constituição a "aquisição, por todos os povos, do nível de saúde mais elevado que for possível" (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1946). A Assembleia Mundial da Saúde (AMS), composta por delegações dos 194 Estados membros, que se reúnem anualmente, é o corpo que elege a diretoria-geral da agência e que toma as principais decisões a respeito dos projetos que a OMS lança e da alocação de seus recursos financeiros. Esse orçamento é constituído tanto por contribuições obrigatórias (COs) dos Estados membros, calculadas com base na população e na renda per capita de cada país, quanto por aportes voluntários (AVs), os quais, por sua vez, podem vir de diferentes atores públicos ou privados. A principal diferença entre esses dois tipos de financiamento se dá na liberdade concedida à agência: enquanto a Assembleia tem independência completa nas decisões que toma com o financiamento obtido por meio das COs, as cifras advindas de AVs são, na maioria das vezes, destinadas aos projetos que o doador determina previamente (YADAV, 2017).

Essa estrutura organizacional deu condições, ao menos nas primeiras três décadas, à OMS para firmar seu papel de destaque na governança global de saúde como um corpo técnico-administrativo — compilando e divulgando dados e instituindo variadas diretrizes — e um coordenador de esforços globais para combate a doenças específicas. Nesse sentido, não seria exagero afirmar que o dia 9 de maio de 1980, data em que a Assembleia declarou erradicada a varíola, representou a maior e, provavelmente, mais unânime vitória da agência desde sua criação. Apesar dessa conquista — e, em partes, por causa dela — o restante daquela década viu iniciar um significativo processo de deterioração orçamentária na agência.

A agência pós erradicação:
dificuldades de financiamento e de liderança

A perda de um objetivo comum incontroverso, como era a erradicação da varíola, e uma guinada para projetos que enfocavam países do Sul global levaram alguns governos neoliberais do período a congelar os valores das contribuições que transferiam à organização (LEE, 2020a). Nesse período, destacou-se a administração estadunidense do presidente Ronald Reagan, que, em 1985, não repassou suas contribuições obrigatórias à OMS e transferiu apenas 20% do previsto para o Sistema ONU como um todo. Essas medidas foram respostas do governo Reagan à liderança da agência e ao Programa de Medicamentos Essenciais, aos quais a administração se opunha (MACKEY e NOVOTNY, 2012).

A década seguinte foi ainda menos gentil com a OMS. No campo das contribuições financeiras, os EUA continuaram a segurar ou diminuir os repasses que faziam ao Sistema ONU, reivindicando uma distribuição mais equitativa das contribuições estatais e reformas que reduzissem as despesas operacionais. Essa dinâmica levava a esporádicos pagamentos de valores atrasados – até para que se evitasse uma perda estadunidense do direito ao voto em diferentes agências do Sistema –, apoiados em concessões específicas feitas por cada agência. A contrapartida da OMS, nesse sentido, foi acatar com a proibição de crescimento nominal de seu orçamento (MACKEY e NOVOTNY, 2012).

No mesmo período, houve um crescimento do número de organizações voltadas a assuntos de saúde global, cujos objetivos por vezes coincidem parcialmente com os da OMS. Desse modo, as contribuições financeiras — a depender das preferências de cada doador — passaram a se dividir entre um número maior de recipientes (LEE, 2020a). O impacto dessa disputa por financiamento somada às limitações impostas pelos EUA foi profundo: por um lado, entre 1980 e 1999, os valores investidos em saúde global quadruplicaram; por outro, na década de 1990, a OMS teve perda estimada de 20% no valor obtido pelas contribuições obrigatórias (BLOOM et al, 1999 *apud* MACKEY e NOVOTNY, 2012).

Para além dos impactos financeiros, a OMS viu, no período, um enfraquecimento da sua liderança na governança global de saúde. É possível destacar, nesse sentido, dois movimentos da época que contribuíram para diminuir tanto o poder de fato quanto a percepção de legitimidade da organização. Aponta-se primeiro as crises de saúde nas ex-repúblicas soviéticas, que evidenciaram um despreparo da agência — acostumada a negociar com instituições estatais sólidas — para lidar com a instabilidade política dos governos locais. Já a criação do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), como um corpo separado e independente da OMS, possibilitou a interpretação de que um problema tão multifacetado como esse estaria fora das capacidades da organização (LÍDEN, 2014).

Esses desdobramentos históricos explicitaram algumas fraquezas na estrutura organizacional da OMS. Ela agora não só era responsável por administrar todas as iniciativas que capitaneava, com problemas cada vez mais profundos de financiamento, como passou a ser cobrada para também estabelecer uma mínima ordem entre os diferentes atores que ganharam força na governança global de saúde. Houve proposta de reformas que forneceriam à agência melhores ferramentas para coordenar os esforços globais de saúde e restabeleceriam-na como líder desse campo. Todavia, pouco foi conquistado nesse sentido, e a inabilidade da OMS para cumprir de forma satisfatória com essas funções é alvo de crítica recorrente desde então (LÍDEN, 2014).

Já como resposta ao agravamento dos desafios financeiros nesse período, a agência dedicou considerável esforço em conquistar maiores aportes voluntários. Esse processo rapidamente alterou a importância relativa que os tipos de repasse possuíam no orçamento total da OMS. No início dos anos 1990, os AVs já haviam ultrapassado as contribuições obrigatórias e se tornado a maior fonte de fundos para a agência (MACKEY e NOVOTNY, 2012). Com o passar dos anos, a tendência se acentuou: para o biênio 2018-2019, aproximadamente 78% do orçamento advinha dos aportes voluntários (OMS, 2017).

Tamanha dependência sobre as AVs também trouxe novos problemas. Há menos transparência na obtenção e uso desses fundos, o que, por sua vez, oculta ainda mais as possíveis influências exercidas sobre a OMS. Além disso, a natureza condicionada de tais aportes — cuja finalidade é, na maioria dos casos, já pré-determinada pelo doador — restringe a liberdade da agência para eleger suas próprias prioridades (CASSELS et al, 2014).

Epidemias, pandemias e o novo século

Apesar das dificuldades supracitadas, houve o que se comemorar no campo da saúde global no fim dos anos 1990 e início do novo milênio. A ampliação do acesso aos tratamentos de Tuberculose e HIV/AIDS, por exemplo, foi uma importante conquista do período e contou com participação decisiva, mesmo que não exclusiva, da OMS (LÍDEN 2014). Outra história de sucesso da organização no período, nessa contando com protagonismo ainda maior, foi a resposta à crise da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) em 2003: com ações rápidas e uma boa coordenação entre os escritórios regionais, conseguiu-se conter o surto da doença em apenas 4 meses (MACKENZIE et al, 2004).

No entanto, parte do prestígio conquistado com o eficiente combate à SARS foi perdido em 2009, durante a pandemia da Gripe Suína. Durante e após a crise, a OMS foi alvo de duras críticas por parte da imprensa, de agentes de Estado e de órgãos multilaterais. Os comentários giraram em torno da falta de transparência ao escolher os membros de seu Comitê de Emergência, que contou com especialistas ligados à indústria farmacêutica, e ao definir a pandemia como tal – decisão vista como precipitada e que incentivou maior uso de remédios (CONSELHO EUROPEU, 2010; DOSHI, 2011). Mesmo que não haja comprovação ou consenso sobre uma suposta motivação corrupta por trás dessas decisões, é difícil negar que o caso realçou as suspeitas em torno da falta de transparência típica do financiamento voluntário.

Essa relação longe do ideal entre a organização e os atores que exercem algum tipo de influência sobre ela, seja financeira ou política, foi um importante ingrediente de outra polêmica: a problemática resposta, em 2014, ao surto de Ebola na África Ocidental. Destaca-se, nesse sentido, a demora de 5 meses, por parte da OMS, para declarar a situação uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional. Bort argumenta que essa lentidão teve origem no receio de desagradar os governos dos países atingidos, visto que as restrições impostas pela declaração acarretam em eventuais perdas econômicas (2020). Novamente, então, uma preocupação de cunho político e financeiro parecia influenciar a resposta da organização a uma crise de saúde pública.

A resposta à COVID-19 e as reações estadunidense e chinesa

A reprovação às motivações políticas e financeiras nas crises anteriores encontra eco nas palavras do presidente norte-americano Donald Trump, quando ele tece comentários sobre as ações da OMS durante a atual pandemia do SARS-CoV-2. Em conferências de imprensa, ele já afirmou que a agência estava muito centrada na China e, talvez ainda mais grave, acusou-a de omitir informações e minimizar a gravidade do vírus enquanto ela esperava para declarar a situação uma pandemia (SMITH, 2020).

No entanto, a maior parte das críticas de Trump é incompatível com os fatos ou incongruente com as decisões que ele mesmo tomou. Um tuíte do presidente alegando que o vírus estaria sob controle nos EUA, quase um mês depois de a OMS classificar a COVID-19 como uma emergência de saúde pública, aponta que Trump é tão ou mais culpado de minimizar a gravidade da situação. Outro recorrente alvo de acusação do presidente norte-americano é a reticência da OMS para sugerir restrições de viagem à China, o que também seria indício de uma suposta subserviência da agência ao governo de Pequim. Ainda não há, porém, consenso acerca da eficácia das restrições de voos, e a maior parte dos casos importados nos EUA parece ter vindo da Europa (GOSTIN e KAVANAGH, 2020). Por fim, a Casa Branca ignorou dois memorandos, respectivamente de janeiro e fevereiro, que destacavam a seriedade do vírus e possíveis problemas que a pandemia poderia trazer aos EUA (SMITHS, 2020). É relevante ressaltar que muitas das informações epidemiológicas obtidas pelos especialistas estadunidenses foram repassados da China por meio da OMS (GOSTIN e KAVANAGH, 2020).

Outro governante que antagoniza com frequência a Organização Mundial da Saúde é Jair Bolsonaro. Entretanto, levando em conta que tanto o presidente estadunidense quanto o brasileiro são alvos de intensas críticas pelo modo que responderam à pandemia, não seria forçoso dizer que as reiteradas referências à OMS são, ao menos em parte, uma tentativa de eximir-se da responsabilidade perante o agravamento da pandemia.

Cabe dizer que não é exclusividade de Trump ou Bolsonaro criticar as reações iniciais da OMS à pandemia e ao que foi interpretado como subserviência ao governo chinês. Há desde críticas mais abrangentes, como as que se colocam contra o tratamento de Taiwan pela agência, até mais pontuais. Dentre essas, destaca-se o atraso da OMS para que se reconhecesse oficialmente a transmissibilidade do novo coronavírus de humano para humano - um atraso que coincidia mais com o posicionamento oficial chinês que com as evidências científicas já disponíveis à época (TUFECKI, 2020). Esses exemplos, no entanto, tem origem nas próprias características da OMS – ela não pode correr o risco de afastar um de seus mais importantes aliados, tanto para evitar maiores dificuldades financeiras no longo prazo, quanto para garantir acesso a informações essenciais a curto prazo. E é relevante lembrar que, embora haja embasamento para criticar os posicionamentos iniciais da organização, os governos brasileiro e norte-americano são parte de uma pequena minoria que condena repetidamente e em sua totalidade a resposta da OMS à pandemia.

Como já mencionado, as reprovações de Trump não ficaram restritas à retórica. Em 14 de abril, ele anunciou que bloquearia os repasses dos EUA à OMS e que os fundos originalmente destinados a ela seriam redirecionados para outras organizações de promoção de saúde pública. 11 dias mais tarde, foi noticiado que o governo estava pressionando aliados para que esses também condenassem publicamente a OMS (HUDSON et al., 2020). A China, por sua vez, aproveitou o espaço deixado pelo posicionamento norte-americano e, nos últimos meses, apoiou a OMS publicamente e aumentou os repasses a ela (PERPER, 2020).

A ampla divulgação midiática que a pandemia proporcionou à questão, e principalmente às medidas do governo norte-americano, pode passar a ideia de que é recente a antipatia de Trump pela OMS. Seu governo, entretanto, já devia à agência repasses equivalentes a quase dois anos (HARMER, 2020). Além disso, Trump tem tentado, desde o início do mandato, deixar ainda mais rígidas as condições dos repasses estadunidenses para o Sistema ONU (LYNCH, 2019).

Não deixa de ser interessante notar que as atitudes dos EUA não diferem dos padrões de pressão que a organização sofre há décadas — muitas vezes pelo próprio governo estadunidense. Embora as circunstâncias sejam inéditas, nada mais é que um influente ator usando de pressão política e aproveitando as fragilidades financeiras da OMS para tentar moldar as ações dela.

Fugiindo de vícios:
possíveis reformas e caminhos para a OMS

Mesmo criticando em maior ou menor grau as concessões feitas às pressões do governo chinês, não se pode dizer que a OMS deixou por completo de fazer aquilo que lhe era exigido. Dentro de suas limitações — que, como visto, são muitas — pode-se dizer que ela cumpriu a função que lhe foi delegada. Há uma abundância de recomendações técnicas produzidas pela agência, assim como contínuo monitoramento da situação e compilamento de dados. Também, dentro dos limites de seu restrito orçamento discricionário, ela forneceu equipamentos de proteção e testes para mais de 120 países (OMS, 2020). Esperar ações maiores que essas, o que parece ser um sentimento agora um tanto popular, seria esperar uma OMS que não existe.

A pandemia traz, então, mais urgência a um sentimento antigo de que há muito para se alterar na estrutura da agência. Os primeiros esforços concretos de reforma, a partir dos anos 1980, deram-se no contexto das pressões estadunidenses e consistiram em esforços para redução de custos (MACKEY e NOVOTNY, 2012). O resultado, como já demonstrado, foi o crescimento das pressões exercidas sobre a OMS e uma restrição de sua liberdade operacional.

Os projetos de reforma mais recentes, por sua vez, tentaram responder a esses desdobramentos históricos. Aqui, destaca-se a proposta de criação de painéis complementares à Assembleia, onde, ao lado dos Estados, financiadores não-estatais e outros atores teriam voz — em contrapartida, eles concederiam mais liberdade à OMS no manuseio dos valores doados (MACKEY e NOVOTNY, 2012). Uma reforma nesses moldes, mesmo que não suficiente por si só, enfrentaria a falta de transparência e de liberdade na escolha de projetos e prioridades.

Essas insuficiências, no entanto, não são as únicas da agência, nem as mais proeminentes durante a crise da COVID-19. Para que a OMS pudesse agir de forma mais contundente — cobrando maior acesso a informações chinesas ou, até mesmo, demandando que Estados cumprissem suas determinações — seria necessária uma mudança mais profunda da estrutura e do mandato da agência. Como Lee destaca, a corrente crise evidenciou que a saúde global se beneficiaria de uma reforma que concedesse maiores poderes à OMS, em detrimento de parte da soberania dos Estados — assim garantindo à agência os meios para superar a subserviência aos Estados e coordenar a resposta global às pandemias (2020b).

Considerações Finais

O resgate dessas propostas apenas evidencia como as falhas que a OMS atualmente deixa transparecer não são inéditas. Os desdobramentos históricos das décadas de 1980 e 1990, com papel determinante dos EUA, iniciaram um processo de aprofundamento nos problemas de influência e orçamento do qual a agência ainda não escapou. Além disso, uma dificuldade parece agravar a outra: questões de ordem política levaram à crise de financiamento, e a resposta a essa apenas aumentou o número de interesses, transparentes ou não, aos quais a agência deve se moldar. Para piorar, pouco foi feito por parte dos Estados membros para reverter essa tendência e oferecer à OMS os meios para retomar o papel central na governança global de saúde.

É arriscado, então, prever o que será feito da agência quando a pandemia passar. Caso se analise apenas o governo de Donald Trump – que, mesmo depois de deflagrada a crise da COVID-19, fortaleceu uma antiga postura estadunidense antagônica ao Sistema ONU – as perspectivas não são animadoras. Por outro lado, diferentes Estados demonstraram interesse em fortalecer a agência, pelo menos durante a pandemia; isso, no entanto, não implica necessariamente em apoio futuro para as reformas. A despeito dessas incertezas, a COVID-19 evidencia que uma OMS menos limitada pela dupla contenção política e econômica é fundamental para a saúde global e para respostas coordenadas a futuras pandemias.

Referências

BLOOM, B. R. et al. Investigating in the World Health Organization. **Science**, Washington DC, v. 284, n. 5416, p. 911, jan. 1999.

BORT, R. **Why the World Health Organization's response to COVID-19 is crucial to the future of public health.** Rolling Stone, 2020. Disponível em: <https://www.rollingstone.com/politics/politics-features/world-health-organization-coronavirus-response-975543/>. Acesso em: 04 mai. 2020.

CASSELS, A.; SMITH, I.; BURCI, G.l.. Reforming WHO: the art of the possible. **Public Health**, Londres, v. 128, n. 2, p. 202-204, fev. 2014.

Conselho da Europa. **The Handling of the H1N1 pandemic:** more transparency needed. 2010. Disponível em: <https://assembly.coe.int/CommitteeDocs/2010/20100604_H1N1pandemic_e.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2020.

DOSHI, Peter. The elusive definition of pandemic influenza. **Bulletin of the World Health Organization**, s.l., v. 89, n. 1, p. 532-538, abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/bwho/2011.v89n7/532-538>. Acesso em: 7 mai. 2020.

GOSTIN, L. O.; KAVANAGH, M. M. **Why Trump and his allie's criticisms of the WHO are Wrong.** The Washington Post, 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2020/04/13/who-needs-us-funding-weakening-it-will-undermine-global-response/>. Acesso em: 07 mai. 2020.

HARMER, A. **Who's now not funding WHO?** Andrewharmer.org, 2020. Disponível em: <https://andrewharmer.org/2020/04/16/whos-now-not-funding-who/>. Acesso em: 08 mai. 2020.

HUDSON, J. et al. **Trump expands battle with World Health Organization far beyond aid suspension.** Washington Post, 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/national-security/trump-expands-battle-with-world-health-organization-far-beyond-aid-suspension/2020/04/25/72c754e6-856e-11ea-9728-c74380d9d410_story.html>. Acesso em: 05 mai. 2020.

LEE, K. **How to fix the WHO, according to an expert.** [Entrevista concedida a] Jen Kirby. Vox, 2020a. Disponível em: <https://www.vox.com/2020/4/19/21224305/world-health-organization-trump-reform-q-a>. Acesso em: 4 mai. 2020.

LEE, K. **Why the World Health Organization's response to COVID-19 is crucial to the future of public health.** [Entrevista concedida a] Ryan Bort. 2020b. Disponível em: <https://www.rollingstone.com/politics/politics-features/world-health-organization-coronavirus-response-975543/>. Acesso em: 4 mai. 2020.

LIDÉN, Jon. The World Health Organization and Global Health Governance: post-1990. **Public Health**, Londres, v. 128, n. 2, p. 141-147, fev. 2014.

LYNCH, B. **Trump administration takes down Biden's Legacy - at the U.N.** Foreign Policy, 2019. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/09/23/trump-administration-takes-down-bidens-legacy-at-the-u-n/>. Acesso em: 06 mai. 2020.

MACKENZIE, J. S. et al. The WHO Response to SARS and preparations for the future. *In:* KNOBLER, S. et al. (org.) **Learning from SARS.** 1 ed. Washington D.C.: 2004. p. 42-49

MACKEY, Timothy K.; NOVOTNY, Thomas E.. Improving United Nations Funding to Strengthen Global Health Governance: Amending the Helms-Biden Agreement. **Global Health Governance**, New Jersey, v. 6, n. 1, p. 1-12, dez. 2012. Disponível em: <http://blogs.shu.edu/ghg/files/2012/12/GHGJ-VOLUME-VI-ISSUE-1-FALL-2012-Improving-United-Nations-Funding-to-Strengthen-Global-Health-Governance-Amending-the-Helms-%E2%80%93-Biden-Agreement.pdf>. Acesso em: 7 mai. 2020.

Organização Mundial da Saúde [OMS]. **Constituição da Organização Mundial da Saúde.** 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 06 mai. 2020.

OMS. **Programme Budget 2018-2019**. 2017. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/272406>. Acesso em: 08 mai. 2020.

OMS. **Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation report - 78**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200407-sitrep-78-COVID-19.pdf?sfvrsn=bc43e1b_2>. Acesso em: 05 mai. 2020.

PERPER, R. **China is injecting millions into WHO as the US cuts funds:** Experts say Beijing is trying to boost its influence over the agency and its 'deeply compromised' chief. Business Insider, 2020. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/china-who-multimillion-dollar-contribution-political-power-move-2020-4>. Acesso em: 07 mai. 2020

SMITH, David. **Trump threatens to hold WHO funding, then backtracks, amid search for scapegoat.** The Guardian, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2020/apr/07/trump-coronavirus-who-funding-deaths-briefing>. Acesso em: 07 mai. 2020.

TUFECKI, Z. **The WHO shouldn't be a plaything for Great Powers.** The Atlantic, 2020. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/health/archive/2020/04/why-world-health-organization-failed/610063/>. Acesso em: 08 mai. 2020.

YADAV, Manish Kumar. Structure and Functions of the World Health Organization. **Journal of Humanities and Social Sciences**, s.l., v. 22, n. 9, p. 15-41, set. 2017.

A relação entre a suspensão nos Estados Unidos da emissão dos “green cards” durante a pandemia da COVID-19 e as eleições presidenciais de 2020

Vanessa Ramos

Donald Trump, no dia 22 de abril de 2020, assinou uma medida que visa à suspensão da imigração legal para os Estados Unidos pelos 60 dias seguintes, com a possibilidade de extensão após esse período (O GLOBO, 2020). A ordem executiva suspende todos os processos para a obtenção do “*green card*”, o visto de residência permanente para estrangeiros, com o objetivo de “proteger nossos magníficos trabalhadores americanos”, afirmou Trump (UOL, 2020). A referida medida tomada por Trump insere-se no contexto da pandemia da COVID-19, que gerou um aumento nas taxas de desemprego no país, onde, desde meados de março, 26 milhões de trabalhadores fizeram a solicitação do auxílio-desemprego (EL PAÍS, 2020). Segundo o presidente, essa suspensão da imigração legal terá como consequência “ajudar os americanos desempregados a ficarem na linha de frente quando os Estados Unidos reabrirem. Seria errado trocá-los por novo trabalho de imigrantes vindo de outros países” (O GLOBO, 2020).

Essa medida pode parecer um evento isolado na governança do atual presidente dos EUA, mas, na verdade, faz parte de um esforço contínuo para o fechamento dos Estados Unidos tanto para a imigração legal, quanto a irregular. Essa é a agenda defendida por Donald Trump desde a sua campanha eleitoral e, apesar de ter havido certos esforços nesse sentido durante os seus três primeiros anos de governo, é notório que o presidente tem se valido da pandemia para efetivar e intensificar a sua política anti-imigração. O esforço de adotar medidas anti-imigração mais intensas também se insere em um cenário de tentativa de fortalecimento de sua base eleitoral, composta majoritariamente por homens brancos (EDELMAN, 2019), visando à reeleição na disputa de 2020. Para evidenciar esse processo, analisarei brevemente a agenda relacionada a imigrantes e refugiados da campanha eleitoral de Trump, o que foi realizado pelo presidente nos três primeiros anos do seu mandato nesse âmbito, e as políticas desenvolvidas durante a pandemia da COVID-19.

A pauta anti-migração foi um dos elementos mais marcantes da política eleitoral de Trump, em 2016. O então candidato à presidência prometeu concretizar a construção de um muro na fronteira com o México e, ainda, que sujeitaria o Estado mexicano a pagar pela obra com ameaças de sanções, cobranças de dívidas e cortes de acordos comerciais (G1, 2016). Trump ainda afirmou que expulsaria todos os imigrantes não documentados que já estivessem nos EUA, aproximadamente 11 milhões de pessoas, com o objetivo de garantir que as empresas empregassem cidadãos americanos em primeiro lugar (*Ibidem*, 2016). Defendeu, ainda, que os Estados Unidos deveriam proibir a entrada de qualquer muçulmano no país, além de não receber refugiados provenientes da Síria, Iraque e outros países de maioria muçulmana (*Ibidem*, 2016)

Em seus três primeiros anos de mandato, Trump investiu em medidas para diminuir as entradas regulares e irregulares de estrangeiros no país. De acordo com dados do Departamento de Segurança Interna dos EUA, houve, entre 2016 e 2018, uma diminuição de 7,34% na concessão de "*green cards*" e de quase 75% na admissão de refugiados (BBC, 2020). O número de pedidos de asilos concedidos, entretanto, teve um aumento de 89,9% no referido período (*Ibidem*, 2020). A junção dessas três taxas acumulam uma queda de 10% na imigração regularizada entre 2016 e 2018 (*Ibidem*, 2020).

A construção do muro, prometida por Trump na campanha eleitoral, entretanto, não se concretizou: segundo matéria da BBC (2020), de janeiro de 2017 a janeiro de 2020, foram construídos apenas 177 dos 1.609 quilômetros prometidos por Trump. Ademais, dos 3.144 quilômetros de fronteira do México com os EUA, apenas 1.046 quilômetros possuem cercas ou muros que impedem a passagem de pessoas e veículos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Uma das políticas mais relevantes realizadas por Trump durante seu mandato foi o programa Protocolo de Proteção do Imigrante, também conhecido como Permaneça no México, que foi anunciado em 25 de janeiro de 2019 pelo Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020). Esse estipula que os imigrantes de variadas nacionalidades sem documentos de entrada que sejam detidos na fronteira com o México sejam enviados de volta ao Estado mexicano para aguardar a avaliação pela justiça de imigração estadunidense de seu pedido de asilo. Dessa forma, os imigrantes são forçados a permanecer em abrigos no México por toda a duração dos procedimentos legais, o que pode levar meses.

Segundo matéria publicada pela Folha de São Paulo (2020), em um ano, o programa ordenou o retorno para o México de 59 mil pessoas. Ademais, dos 29.309 imigrantes que tiveram seus casos julgados entre janeiro e dezembro de 2019, apenas 187 obtiveram asilo (*ibidem*, 2020), o que configura 0,64% do total de casos. Segundo a organização Human Rights Watch (2020), ainda foram reportados pelo menos 816 casos de sequestro, estupro, tortura, agressão e outros ataques violentos contra solicitantes de asilo e imigrantes forçados a retornar ao México desde o início do programa. Além disso, a organização destaca a situação precária dos campos montados pelo governo dos EUA para receber esse contingente de pessoas, com falta de acesso a medidas sanitárias mínimas, como água limpa, banheiros e chuveiros (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020).

Esse foi o cenário que levou à eclosão de manifestações contra os referidos centros de detenção de migrantes em diversas cidades dos Estados Unidos, como San Diego, Los Angeles e Washington (O GLOBO, 2019). Os manifestantes expuseram ainda comparações entre o governo de Trump e o nazismo alemão, ao segurar cartazes com dizeres como “"Fechem os campos de concentração", "Crianças não pertencem às celas", "Não somos nazistas" e "Quando nós judeus dissemos 'nunca mais', falávamos sério" (*Ibidem*, 2019).

Já no contexto da pandemia do coronavírus, desde o mês de março, com o agravamento da crise de saúde no país, Trump tem aproveitado para atacar os pilares do sistema migratório dos EUA. Segundo matéria do Jornal G1 (2020), o Departamento de Estado americano, no dia 18 de março de 2020, suspendeu os serviços de emissão de vistos, para migrantes e não-imigrantes, em todas as embaixadas e consulados dos EUA. Essa medida, que teve como justificativa a tentativa de conter a propagação do coronavírus no país, impactou centenas de milhares de pessoas (GAÚCHAZH, 2020).

O governo estadunidense ainda adotou, no dia 21 de março de 2020, uma ordem executiva que permite que os agentes do Serviço de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA (CBP) submetam estrangeiros sem documentos de entrada a retornar aos seus países de origem sem que haja a necessidade de abertura de um processo legal (O GLOBO, 2020). Essa medida aplica-se aos estrangeiros vindos de El Salvador, Guatemala, Honduras, México, e, até o dia 10 de abril de 2020, resultou na expulsão de 10 mil imigrantes do país (*ibidem*, 2020). Segundo Mark Morgan, chefe interino do CBP, "atualmente, a agência tem menos de 100 imigrantes indocumentados sob custódia, em comparação com quase 20 mil há um ano" (*ibidem*, 2020).

A suspensão da necessidade de abertura de processos legais para a expulsão e deportação de imigrantes foi recebida com alarde por organizações internacionais e por defensores dos direitos de migrantes e refugiados em todo o mundo, que acusam o presidente de usar a pandemia como desculpa para fechar a fronteira para aqueles que buscam refúgio (O GLOBO, 2020). Segundo Eleanor Lace, diretora do Programa de Proteção aos Refugiados da Human Rights First, os Estados Unidos "estão tratando da mesma forma tanto os requerentes de asilo com documentação que apoie sua situação, quanto imigrantes que cruzam irregularmente a fronteira, o que viola a Convenção para Refugiados e o direito de asilo" (*Ibidem*, 2020).

Por outro lado, Morgan assegura que pedidos de asilo e outras formas de proteção humanitária ainda estão disponíveis para os imigrantes "que demonstram determinado nível de medo", apesar de não explicitar de que forma ocorre essa seleção, já que ele também afirma que aqueles que não têm documentos de entrada ou autorizações de residência são rejeitados (*Ibidem*, 2020). Isso exibe um cenário de preocupante arbitrariedade no que tange à não-violação dos direitos humanos de imigrantes e refugiados.

Para Kari Hong, advogada de imigração e professora na Boston College Law School, o que acontece na fronteira dos EUA agora é uma tragédia:

> Estamos abandonando nosso compromisso legal de fornecer asilo a pessoas cujas vidas estão em perigo em outros países. Ao invocar essas ordens de emergência, o governo Trump está simplesmente fazendo o que quis fazer o tempo todo, que é acabar com a lei de asilo em sua totalidade (THE WASHINGTON POST, 2020, tradução da autora).[1]

Analisar a campanha eleitoral de Trump para as eleições de 2016, o que foi realizado pelo presidente dos EUA durante seus três primeiros anos de mandato e a forte intensificação das medidas de migração durante a crise da COVID-19 é imperativo para entender as razões do anúncio da suspensão de todos os processos para a obtenção dos "*green cards*" durante 60 dias. É evidente que Trump tem politizado o contexto da pandemia para intensificar, de forma nunca antes vista, a sua agenda anti-imigração; honrando os ideais defendidos quando ainda era candidato à presidência A interrupção dos serviços de emissão de vistos e "*green cards*" e a suspensão da necessidade da abertura de um processo legal para a expulsão de imigrantes sem documentos de entrada são movimentos análogos e complementares, que objetivam o fechamento total dos Estados Unidos para a imigração tanto regular quanto irregular.

Analistas, entretanto, afirmam que a suspensão da emissão dos "*green cards*" não terá impacto real no mercado de trabalho estadunidense e que, na verdade, constitui uma mera jogada eleitoral do presidente (BBC, 2020). O especialista no tema de migração e CEO do Hayman-Woodward, Leonardo Freitas, declara:

> Estimo que deva impactar 110 mil pessoas, o que é absolutamente nada quando estamos falando de mais de 26 milhões de desempregados. Então, é uma jogada política de campanha, uma desculpa para colocar em prática essa agenda que agrada ao eleitorado de classe média baixa do presidente, que agora está desempregada (*Ibidem*, 2020)

.

Dessa forma, evidencia-se que o esforço notável de fechamento dos Estados Unidos à imigração insere-se em uma tentativa de fortalecimento da base eleitoral de Donald Trump, aspirando à reeleição do presidente em 2020.

[1] We are abandoning our legal commitment to provide asylum to people whose lives are in danger in other countries. By invoking these emergency orders, the Trump administration is simply doing what it's wanted to do all along, which is to end asylum law in its entirety.

Referências

COMO Trump conseguiu criar um 'muro invisível' para reduzir a entrada de estrangeiros nos EUA . **BBC**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-516 52664>. Acesso em: 01 mai. 2020.

DIAS, Marina. Trump suspende emissão de green card por 60 dias e restringe imigração nos EUA. **GAÚCHAZH**, 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2020/04/trump-suspende-emissao-de-green-card-por-60-dias-e-restringe-imigracao-nos-eua-ck9ai5ix2008g01qobvuxridr.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

DONALD Trump: conheça sua trajetória e suas propostas. **G1**, 2020. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/donald-trump-conheca-sua-trajetoria-e-suas-propostas.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

EDELMAN, Marc. Hollowed out Heartland, USA: How capital sacrificed communities and paved the way for authoritarian populism. **Journal of Rural Studies**, 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.10.045.

GRITO de 'Não aos campos de concentração' de imigrantes ecoa na fronteira EUA-México. **O GLOBO**, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/grito-de-nao-aos-campos -de-concentracao-de-imigrantes-ecoa-na-fronteira-eua-mexico-23805354>. Acesso em: 08 mai. 2020.

GUIMÓN, Pablo. Um em cada seis trabalhadores dos EUA solicitou seguro-desemprego desde meados de março. **EL PAÍS**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia /2020-04-24/um-em-cada-seis-trabalhadores-dos-eua-solicitou-seguro-desemprego-desde-meados-de-marco.html>. Acesso em: 29 abr. 2020..

HUMAN RIGHTS WATCH. **Q&A**: Trump Administration's "Remain in Mexico" Program. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/01/29/qa-trump-administrations-remain-mexico-program#_What_are_conditions>. Acesso em: 29 abr. 2020.

LABORDE, Antonia. Trump acelera expulsão de imigrantes sem documentos durante pandemia de novo coronavírus. **O GLOBO**, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/trump-acelera-expulsao-de-imigrantes-sem-documentos-durante-pandemia-de-novo-coronavirus-24364366>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MIROFF, Nick. Trump administration has expelled 10,000 migrants at the border during coronavirus outbreak, leaving less than 100 in CBP custody. **THE WASHINGTON POST**, 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/national/trump-administration-has-expelled-10000-migrants-at-the-border-during-coronavirus-outbreak/2020/04/09/b177c534-7a7b-11ea-8cec-530b4044a458_story.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SANCHES, Marina. Medida de Trump para barrar imigração mira eleição, não proteção de empregos, dizem especialistas. **BBC**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52404764>. Acesso em: 01 mai. 2020.

SUPREMO dos EUA decide manter programa anti-imigração de Trump. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/supremo-dos-eua-decide-manter-programa-anti-imigracao-de-trump.shtml>.

TRUMP assina decreto que suspende processos de imigração para os EUA. **O GLOBO**, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/trump-assina-de creto-que-suspende-processos-de-imigracao-para-os-eua-24388185>. Acesso em: 29 abr. 2020.

TRUMP firma decreto para limitar imigração aos EUA. **UOL**, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/04/22/trump-firma-decreto-para-limitar-imigracao-aos-eua.htm>. Acesso em: 29 abr. 2020..

Campos de refugiados
suas vulnerabilidades diante da pandemia do novo Coronavírus

Marina Morena Alves

"Seria um milagre impedir o vírus de entrar nos campos... e é perigoso esperar que milagres aconteçam: o Coronavírus não respeita fronteiras ou arame farpado". Este é o depoimento de Steven Van de Vijver, um médico voluntário no campo de refugiados de Moria, na Grécia, para o The Guardian em abril (SMITH, 2020). Com condições precárias relacionadas à superpopulação e insalubridade, os campos de refugiados são extremamente vulneráveis à pandemia do novo Coronavírus. Medidas eficazes contra esse vírus, como o distanciamento social e a constante higienização das mãos, são impossíveis em campos com mais de 40.000 pessoas por km² e sem acesso à água potável, como é o caso de Kutupalong, em Bangladesh (THE ECONOMIST, 2020).

Em 2020, aproximadamente três milhões de refugiados vivem em campos como o Kutupalong ao redor do mundo (UNREFUGEES, 2020). Os campos de refugiados são locais provisoriamente estruturados por Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou Organizações Internacionais (OIs) para providenciar proteção e assistência àqueles que se deslocam forçadamente devido à violência, conflito ou perseguição (UNREFUGEES, 2020). Com condições precárias de moradia e saneamento, os refugiados ficam mais vulneráveis a doenças diarreicas, desnutrição e infecções (UNITEFORSIGHT, 2010). Nesse contexto, como as epidemias tendem a causar um grande impacto nesses locais, a pandemia do novo coronavírus representa um novo tipo de ameaça para os campos de refugiados, sendo uma questão de tempo até atingi-los (SUBBARAMAN, 2020).

A fim de analisar essa conjuntura, é necessário compreender como funciona o acesso à saúde nesses locais, avaliando sua preparação para os possíveis efeitos do Coronavírus. Além disso, também é imprescindível entender como as dificuldades atreladas à higiene e à superpopulação estão sendo perpassadas pela ajuda humanitária, principalmente de ONGs e OIs, e, em alguns casos, pelo auxílio governamental. Com esse intuito, foram selecionados para análise três campos de refugiados: Moria, Ilha Lesbos na Grécia, Kutupalong, em Bangladesh e, por último, Corredor de Afgooye, na Somália. Esses três locais se diferenciam pelas suas características político-geográficas e particularidades, definindo divergências e similaridades quanto ao impacto do Coronavírus.

Antes de aprofundar essa análise nesses casos específicos, cabe ressaltar que muitos campos de refugiados, como Kutupalong, de Bangladesh, possuem hospitais específicos gerenciados por ONGs e atendimento médico por voluntários; já outros seguem o padrão definido pelo Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) de encaminhamento de refugiados ao mesmo tratamento civil. Tal padrão parte do acesso à saúde enquanto direito humano e possui como principais objetivos o fortalecimento das lideranças locais e o apoio de autoridades governamentais relacionadas à saúde pública (UNHCR, 2020).

Em suma, a ajuda humanitária é essencial em campos de refugiados. No entanto, tal atuação na área da saúde é dificultada pelo difícil acesso e o baixo suprimento de instrumentos médicos e remédios direcionados a esses campos. Ademais, os recursos, já restritos, quando somados a uma superpopulação são sobrecarregados, o que dificulta o suprimento constante de alimentos – e de água potável – para todos. Cabe ressaltar que, por cada campo ter suas particularidades, a ajuda não pode ser generalizada, tendo que atender os empecilhos sócio-políticos, especialmente a relação com o governo local e as lideranças comunitárias (BLUNDELL; MILLIGAN; NORRIS; GARNER, 2018).

Nesse sentido, a saúde do campo de refugiados encontra-se atrelada a ajuda humanitária e a atuação ou apoio dos governos locais – tendência que também se faz presente na atual pandemia do novo coronavírus –, mas como os campos selecionados interagem com esse padrão? As particularidades de Moria, na Grécia, de Kutupalong, em Bangladesh e Corredor de Afgooye, na Somália, definirão uma atuação diversa frente à pandemia? Para responder essas perguntas, cada campo de refugiados será analisado separadamente, a fim de fomentar comparações ao final desta análise. O primeiro campo a ser analisado é o de Moria, na Grécia.

Moria, Grécia

Em março de 2020, o presidente turco Recep Tayyip Erdogan expulsou refugiados sírios da Turquia e deslocou-os para a Grécia: o que resultou numa das maiores crises migratórias da Europa (BREMMER, 2020). Contudo, já em abril de 2020, a emergência do coronavírus tomou as prioridades europeias, deixando cerca de 50.000 refugiados em uma situação incerta em território grego (RESCUE, 2020). Nesse contexto, os campos de refugiados localizados nas ilhas gregas aumentaram sua população exponencialmente e tiveram profundas dificuldades relacionadas ao acesso à água potável e alimentos.

Construído para 3.000 pessoas e atualmente com 20.000, o campo Moria, na Ilha grega de Lesbos, encontra-se superpovoado: 325 pessoas, em média, precisam dividir uma torneira e 15 a 20 pessoas dormem dentro de um contêiner (OXFAM, 2020a). À vista disso, o isolamento social e a quarentena tornam-se improváveis, restando questionar a possibilidade de contaminação pelo Coronavírus e o acesso à saúde. Na Ilha Lesbos já existem casos confirmados do novo Coronavírus na população local que, por sua vez, frequenta o mesmo hospital que os refugiados que necessitam de ajuda médica. Essa situação potencializa o risco de infecção externa e, ao entrar no campo, a propagação não poderá ser impedida (SMITH, 2020).

O acesso de refugiados a hospitais nacionais faz parte da provisão de serviços de saúde do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), contando com o suporte de autoridades locais de saúde pública. Esse é o procedimento padrão e, simultaneamente, parece ser o mais arriscado durante a pandemia do Coronavírus; contudo, não há outra alternativa. ONGs que trabalham em Moria manifestaram a falta de testes dentro do campo e o acesso a serviços básicos, tornando necessária a intervenção da organização Médicos sem Fronteiras para instalar estruturas hidráulicas para o acesso à água potável (SMITH, 2020). Ademais, com a pressão internacional, 350 milhões de euros provenientes da União Europeia (UE) foram destinados ao suporte de refugiados, incluindo os que residem em Moria (SMITH, 2020).

É fato que a superpopulação de Moria, combinada às condições inadequadas de higiene e saneamento, pede urgentemente uma evacuação do campo, visto que a Grécia, sob a égide do artigo 12 do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1966) tem o dever de garantir a prevenção, tratamento e controle de epidemias que afetam àqueles sobre sua custódia, incluindo os refugiados. Entretanto, como substituto da evacuação, apenas medidas paliativas estão sendo exercidas pelo governo grego, como a quarentena do campo e a transferência de alguns idosos para hotéis em Atenas (FALLON, 2020). Em suma, é notável que a atuação das ONGs e OIs em Moira é constante, além da transparência e acessibilidade do governo diante da situação – existe intensa cobertura midiática sobre os trâmites da pandemia dentro do campo.

Kutupalong, Bangladesh

Por outro lado, em Kutupalong, a perseguição do governo de Bangladesh aos Rohingyas demarca uma situação muito mais crítica, além de ser um campo trinta vezes maior que Moira, com 600.000 refugiados (ISCG, 2020). Kutupalong abriga os Rohingyas, uma minoria muçulmana apátrida – não titular de qualquer nacionalidade – que foi duramente perseguida a partir de 2017 por militares do Mianmar. Kutupalong por ser um dos campos mais densos e superpopulosos, possui condições insalubres: a água está contaminada e os banheiros interditados (OXFAM, 2020b).

À vista disso, uma pesquisa dirigida na Universidade Johns Hopkins (EUA) apontou que, com a chegada do Coronavírus em Kutupalong, 73% dos refugiados seriam contagiados, no melhor cenário, e 98% no pior; ademais, os cinco hospitais – organizados por ONGs – estariam superlotados após 58 dias (ABRAHIM et al., 2020). No entanto, a provável chegada do COVID-19 em Kutupalong já está afetando a atuação das ONGs que resolveram reduzir o número de voluntários e cessar, temporariamente, as atividades não essenciais, como a educação não formal. Com isso, ficaram os responsáveis pela assistência médica e distribuição de comida (SUBBARAMAN, 2020); esses profissionais também realizam ações para informar os residentes do campo, e seus líderes, sobre o novo Coronavírus.

Tanto as ONGs quanto os refugiados enfrentam uma situação particular: o serviço telefônico e o acesso à internet foram restringidos e os celulares proibidos pelo governo de Bangladesh na área de Kutupalong, impedindo a comunicação instantânea e o acesso às informações online sobre a pandemia (SUBBARAMAN, 2020). Essa situação pode causar problemas no campo, visto que é provável o compartilhamento de informações verbais inverídicas sobre o coronavírus, dificultando o atendimento médico e aumentando a sua propagação.

Como uma tentativa de intensificar a prevenção ao coronavírus, o ACNUR dobrou a distribuição de comida (THE ECONOMIST, 2020), tentando amenizar a desnutrição e fortalecer a defesa do organismo dos refugiados. Mesmo assim, é evidente que o acesso à água potável é escasso, assim como o suprimento de remédios e máscaras, tornando preocupante a situação do campo durante a pandemia. Um ponto a ser considerado sobre Kutupalong é a quarentena do campo, que foi iniciada no dia 24 de abril de 2020 (REUTERS, 2020), e representa uma tentativa de abrandar a propagação do novo coronavírus. Contudo, não são visualizadas outras ações de Bangladesh, causando pânico nos trabalhadores humanitários: “Nós, a comunidade humanitária, definitivamente não estamos prontos” (CARE *apud* THE ECONOMIST, 2020).

No segundo campo analisado, é possível perceber a falta de apoio e atuação do governo local, envolvendo, até mesmo, uma atuação negativa ao cortar a comunicação e acesso à internet em Kutupalong. Essa situação reverbera uma situação mais alarmante para as ONGs e OIs, especialmente no tocante aos recursos básicos destinados ao campo de refugiados que, pela falta de apoio, se tornam insuficientes e aumentam a vulnerabilidade de um grupo já vulnerável, tornando-o mais suscetível à doenças e, consequentemente, à propagação do novo coronavírus.

Corredor de Afgooye, Somália

O último campo a ser analisado na verdade se concretiza enquanto um grupo de campos de refugiados localizados nos arredores de Mogadishu, capital da Somália, denominado o Corredor de Afgooye. Pouco conhecido, esse local se define como a maior concentração de pessoas deslocadas no mundo: O ACNUR estima que 3.2 milhões de refugiados são residentes desse local, baseando-se em imagens de satélite (BEAUMONT, 2010). No entanto, o Corredor de Afgooye é inacessível à jornalistas e agências internacionais de ajuda humanitária – tanto ONGs quanto OIs (BEAUMONT, 2010). Essa situação revela uma particularidade do campo: se trata de uma área particular com monitoramento privado que limita o acesso do público externo, incluindo médicos e assistentes de saúde (SUBBARAMAN, 2020). Além disso, os *gatekeepers*, como são denominados os que fazem esse monitoramento, não dão acesso a grupos humanitários internacionais, e nem ao governo somali.

A resposta à pandemia dentro desse campo se dará exclusivamente pela atuação da população local e por um grupo de médicos somali que estão trabalhando para alavancar a criação de um *call center* nacional para atender as pessoas por telefone nos casos de suspeita de COVID-19, evitando o atendimento presencial. No entanto, Mohamed, residente do Corredor de Afgooye entrevistado pelo jornal The Guardian, ressaltou: "(...) Não fazemos testes, Não temos respiradores. (...) Tudo que o resto do mundo está usando na luta contra o COVID-19, nós não temos" (SMITH, 2020).

Além das problemáticas relacionadas ao coronavírus, os refugiados de Mogadishu não têm acesso, muitas vezes, a alimentos, o que modifica suas prioridades nesse momento, assim como a constante falta de água potável – que não é garantida pelo governo (BURKE; MUMIN, 2020). A situação do Corredor de Afgooye demonstra dificuldades ao não ser receptor de um apoio do próprio governo somali ou de ajuda humanitária externa. Além disso, a assistência médica é afetada pela falta de equipamentos e suprimentos, o que pode ser fatal na pandemia do novo coronavírus.

Considerações Finais

Os campos de refugiados são extremamente vulneráveis a pandemia e a chegada do vírus se constata como uma corrida contra o tempo. Pelos fatos mencionados, é possível afirmar que a propagação do novo coronavírus nesses locais será potencializada pelas condições inadequadas e insalubres de higiene e moradia. Muitos campos não possuem acesso à água potável ou estão superpovoados, tornando impossível não só o distanciamento físico, mas também as medidas básicas de higiene utilizadas na luta contra o coronavírus, como lavar as mãos e a utilização de máscaras.

Além disso, a iminente chegada da pandemia também torna visível a precariedade do atendimento médico que, por sua vez, vulnerabiliza os refugiados ao ser comum a utilização de hospitais civis - aumentando as chances de contágio - e chega a ser impossível o atendimento *in loco* para os casos do coronavírus, tendo em vista a capacidade limitada das ONGs e OIs que sofrem com a falta de testes e respiradores acessíveis. Com isso, o impacto do coronavírus nos campos de refugiados pode ser desastroso, especialmente naqueles que não possuem apoio governamental ou humanitário, como é o caso do Corredor de Afgooye, ou um "anti-apoio" como é o caso de Kutupalong em Bangladesh.

Num plano ideal seria necessária a evacuação e deslocamento das pessoas dos campos para apartamentos e hotéis, tomando os cuidados com o transporte até esses locais, priorizando refugiados em grupos de risco - idosos, com doenças crônicas, pessoas com deficiência, mulheres grávidas e menores desacompanhados (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020). No entanto, esse tipo de medida depende de um apoio governamental e políticas contra a disseminação do vírus que visualizem os refugiados - o que, por muitas vezes, são inexistentes. Essas políticas também deveriam incluir o tratamento universal de refugiados em centros de saúde pública dos países, incluindo a testagem e o tratamento (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020), porém a resistência das autoridades de saúde pública deixa evidente o temor de sucateamento das estruturas locais de saúde.

Além dessas medidas, mais atreladas ao governo local, as ONGs e OIs estão realizando um trabalho de suprir os campos com produtos de higiene adequados e tentando também garantir o acesso à água potável em massa para os residentes (THE ECONOMIST, 2020). Um dos principais objetivos é trazer informações sobre o coronavírus para os refugiados, afirmando seus sintomas e medidas preventivas; esse é um trabalho muito importante para a conscientização dos campos sobre o risco do coronavírus e, simultaneamente, aumentar a receptividade aos médicos voluntários. No entanto, cabe ressaltar que, em Bangladesh, esse trabalho corre sérios riscos pelos cortes de comunicação realizados pelo governo, que dão espaço a uma série de informações errôneas dentro dos campos, complicando o trabalho dos médicos (THE SMITH, 2020).

Em suma, os impactos do coronavírus em campos como Moria, Kutupalong e o Corredor de Afgooye, dentre outros, serão inevitáveis e intensos, sendo essa pandemia uma nova ameaça que revela a vulnerabilidade dos refugiados e pessoas deslocadas ao redor do mundo. Contudo, há esperança de minimização desse impacto com a ação humanitária de ONGs e OIs que estão trabalhando incansavelmente com a obtenção de recursos e transmissão de informações sobre vírus, além de pressionar governos locais para que medidas sejam tomadas acerca do tratamento médico e testagem dos refugiados - além de sua evacuação.

Tal posicionamento tem surtido efeito especialmente nos campos de refugiados localizados na Grécia: a evacuação gradual de aproximadamente 2,5 mil refugiados e suas famílias já foi iniciada, eles serão deslocados das ilhas gregas para o continente, ficando em alojamentos preparados pelo governo grego (EKATHIMERINI, 2020). Esse esforço afirma a importância da atuação conjunta de ONGs, OIs e do governo local para os campos de refugiados, especialmente em uma situação tão crítica quanto a pandemia do novo coronavírus.

Mas não é possível esquecer que essa não é a regra: muitos campos, como os de Bangladesh e Somália, não possuem essa integração e são mais vulneráveis ao impacto do coronavírus. Ou seja, a pandemia revela muitas desigualdades, dentre elas as presentes também em campos de refugiados que, pelas suas particularidades, são mais ou menos suscetíveis à ajuda humanitária e apoio do governo local.

Referências

ABRAHIM, Orit et al. COVID-19 Projecting the impact in Rohingya refugee camps and beyond. **MedRxiv**. 2020. Disponível em: https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.03.27.20045500v1.full.pdf. Acesso 1 mai 2020.

FALLON, Katy. Greece quarantines camp as 20 refugees test positive for COVID-19. Al Jazeera. 2020. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2020/04/woman-greece-refugee-test-positive-coronavirus-200401111738369.html?utm_source=website&utm_medium=article_page&utm_campaign=read_more_links. Acesso 30 abr 2020.

BLUNDELL, Harriet; MILLIGAN, Rachael; NORRIS, Susan; GARNER, Paul. WHO guidance for refugees in camps: systematic review. **BMJ Open.** 2018. Disponível em: https://bmjopen.bmj.com/content/9/9/e027094. Acesso 30 abr 2020.

EKATHIMEIRINI. More than 2,300 refugees to be transferred to mainland after Easter. **Ekathimeirini**. 2020. Disponível em: https://www.ekathimerini.com/251769/article/ekathimerini/news/more-than-2300-refugees-to-be-transferred-to-mainland-after-easter. Acesso 1 mai 2020.

HUMAN RIGHTS WATCH. Greece: Move Asylum Seekers, Migrants to Safety. **Human Rights Watch.** 2020. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2020/03/24/greece-move-asylum-seekers-migrants-safety#. Acesso em 1 mai 2020.

ISCG. Bangladesh: Cox's Bazar Refugee Population (as of 31 March 2020). **In Sector Coordination Group Bangladesh (ISCG).** 2020. Disponível em: https://reliefweb.int/map/bangladesh/bangladesh-cox-s-bazar-refugee-population-31-march-2020. Acesso 1 mai 2020.

SUBBARAMAN, Nidhi. "Distanciang is impossible": refugee camps race to avert coronavirus catastrophe. **Nature.** 2020. Disponível em: https://www.nature.com/articles/d41586-020-01219-6. Acesso 29 abr 2020.

ONU. Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. **ONU**. 1966. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/pacto_internacional.pdf. Acesso 30 abr 2020.

OXFAM. Como estão os campos de refugiados em meio à pandemia do coronavírus? **Oxfam**. 2020a. Disponível em: <https://oxfam.org.br/blog/como-estao-os-campos-de-refugiados-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso 30 abr 2020.

OXFAM. Crise de refugiados Rohingya. **Oxfam**. 2020b. Disponível em: https://oxfam.org.br/ajuda-humanitaria/crise-de-refugiados-rohingya/. Acesso 1 mai 2020.

RESCUE. Refugees in limbo Greece. **Rescue**. 2020. Disponível em: https://www.rescue.org/country/greece. Acesso 8 mai 2020.

REUTERS. "Just one case": fears coronavirus may spread like wildfire in world's refugee camps. **Reuters**. 2020. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-refugees/just-one-case-fears-coronavirus-may-spread-like-wildfire-in-worlds-refugee-camps-idUSKBN21F0OW. Acesso em 1 mai 2020.

THE ECONOMIST. The world's refugee camps are a coronavirus disaster in waiting. **The Economist.** International. 2020. Disponível em: https://www.economist.com/international/2020/04/06/the-worlds-refugee-camps-are-a-coronavirus-disaster-in-waiting. Acesso 29 abr 2020.

SMITH, Helena. "Coronavirus doesn't respect barbed wire": concern mounts for Greek camps. **The Guardian.** 2020. Disponível em: https://www.theguardian.com/global-development/2020/apr/07/coronavirus-doesnt-respect-barbed-wire-concern-mounts-for-greek-camps. Acesso 30 abr 2020.

BURKE, Jason; MUMIN, Abdalle. Mogadishu's refugees "waiting for death" as COVID-19 reaches Somalia. **The Guardian.** 2020. Disponível em: https://www.theguardian.com/global-development/2020/mar/24/mogadishus-refugees-waiting-for-death-as-COVID-19-reaches-somalia; Acesso em 1 mai 2020.

BEAUMONT, Peter. The Afgooye corridor: world capital of internally displaced people. **The Guardian.** 2010. Disponível em: https://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2010/oct/04/somalia-afgooye-corridor-displaced-people. Acesso em 1 mai 2020.

BREMMER, Ian. What Happens Next with Syrian Refugees, Europe and Coronavirus. **TIME**. 2020. Disponível em: https://time.com/5823475/syrian-refugees-europe-coronavirus/. Acesso 30 abr 2020.

UNHCR. Health in camps. **The UN Refugee Agency (UNHCR).** 2020. Disponível em: https://emergency.unhcr.org/entry/54565/health-in-camps. Acesso 30 abr 2020.

UNITEFORSIGHT. Module 1: Healthcare in Refugee Camps and Settlements. **Unite for Sight.** 2010. Disponível em: http://www.uniteforsight.org/refugee-health/module1. Acesso 29 abr 2020.

UNREFUGEES. Refugee Camps. **USA for UNHCR.** 2020. Disponível em: https://www.unrefugees.org/refugee-facts/camps/. Acesso 29 abr 2020.

Coronavírus e consumo

Uma miragem ao ecologismo?

Júlia Eduarda Gouveia Rabelo de Abreu

O avanço frenético da atual pandemia prefigura um aturdimento a países despreparados em lidar com uma crise do porte da COVID 19. Ao deparar-se com uma carência de políticas públicas emergenciais para saúde, com as diligências sanitárias e restritivas, com isolamento social e distanciamento físico, além de crises que determinados Estados já vêm vivenciando, o congelamento da agenda de pautas globais fez-se necessário em meio às dificuldades de se lidar com o contexto atual. Isso resulta no paliativo dos principais fóruns multilaterais e no adiamento dos seus respectivos painéis de discussão devido às medidas de segurança contra o vírus. A situação, no entanto, vem apresentando problemáticas sobre esferas políticas interdependentes, em destaque a ambiental e a da saúde.

Já na década de 1990, o professor Jonathan Patz pontuava a necessidade de se "compreender os vínculos entre mudanças climatológicas e ecológicas como determinantes do surgimento e redistribuição de doenças"(PATZ, 1996, p.217). As mudanças climáticas também influenciam nos vetores e agentes patogênicos, estendendo as possibilidades de surgirem novos hospedeiros e formas de disseminação (BARCELLOS, 2009). Apesar da interrupção das atividades industriais e do comércio, os cientistas prosseguem trabalhando e desenvolvendo novos estudos acerca do vírus. De primeira instância foi descoberto que a origem do vírus é zoonótica, suspeitando-se que o consumo da carne de um animal hospedeiro do vírus tenha sido o vetor de contágio (CRIADO, 2020).

Foram cogitados como transmissores o morcego (G1, 2020) e o pangolim (CRIADO, 2020), considerados iguarias na alimentação de países da Ásia. É sabido que as diversidades culturais também se distinguem nos hábitos alimentares. Em Wuhan, e outros locais na China, tem-se o costume de consumir a carne dos mais variados animais silvestres. Acredita-se, naquele país, que esses hábitos alimentares partem não só de uma tradição oriental ou de um paladar comum, mas também do trauma vivido pela população da China entre as décadas de 1950 e 1960. Despertadas pela política de desenvolvimento catastrófica de Mao Tse Tung, a extrema pobreza e fome marcaram um período que levou a morte de 45 milhões de chineses (TRIGO, 2017). Levando-se em conta também que a China é terceiro maior país em extensão territorial, e que possui a maior população do planeta a ser alimentada - uma estimativa de 1,3 bilhões de pessoas (NAÇÕES UNIDAS, 2019)-, se compreende o desafio que é suprimir a fome neste local.

Com o surto do coronavírus, hoje o governo chinês instaura a proibição, do consumo e da venda de animais exóticos. O contrabando, o tráfico de animais silvestres e a caça ilegal, além de alimentarem um mercado bilionário e provocarem a extinção de diversas espécies (THOMAS, 2018), são propulsores no abastecimento dos mercados que comercializam estes animais, e que posteriormente vão às mesas alimentar os indivíduos (HOMANS, 2019). Animais comercializados vivos são facilitadores da transmissão de doenças, bem como o consumo de carnes que não passam pelas devidas etapas da cadeia de produção e que levam aos riscos de parasitoses e intoxicações alimentares (ZANELLA, 2016).

Ademais, outras epidemias de origem zoonótica também foram experimentadas em outros períodos. A gripe de Hong Kong (H3N2), por exemplo, transmitida pela criação inapropriada de aves em estresse físico, levou a morte de 3 milhões na década de 60 (BIERNATH, 2020). A gripe suína (H1N1) que contaminou humanos com o mesmo vírus de doenças respiratórias de porcos, levou ao óbito 16 mil pessoas (BARIFOUSE, 2020). Somam-se a essas outras epidemias como a da vaca louca (Doença de Creutzfeldt-Jakob), a gripe russa ou gripe asiática (H2N2) e a gripe aviária. Em relatório produzido em 2013 pela Food and Agriculture Organization (FAO), as estatísticas demonstram que:

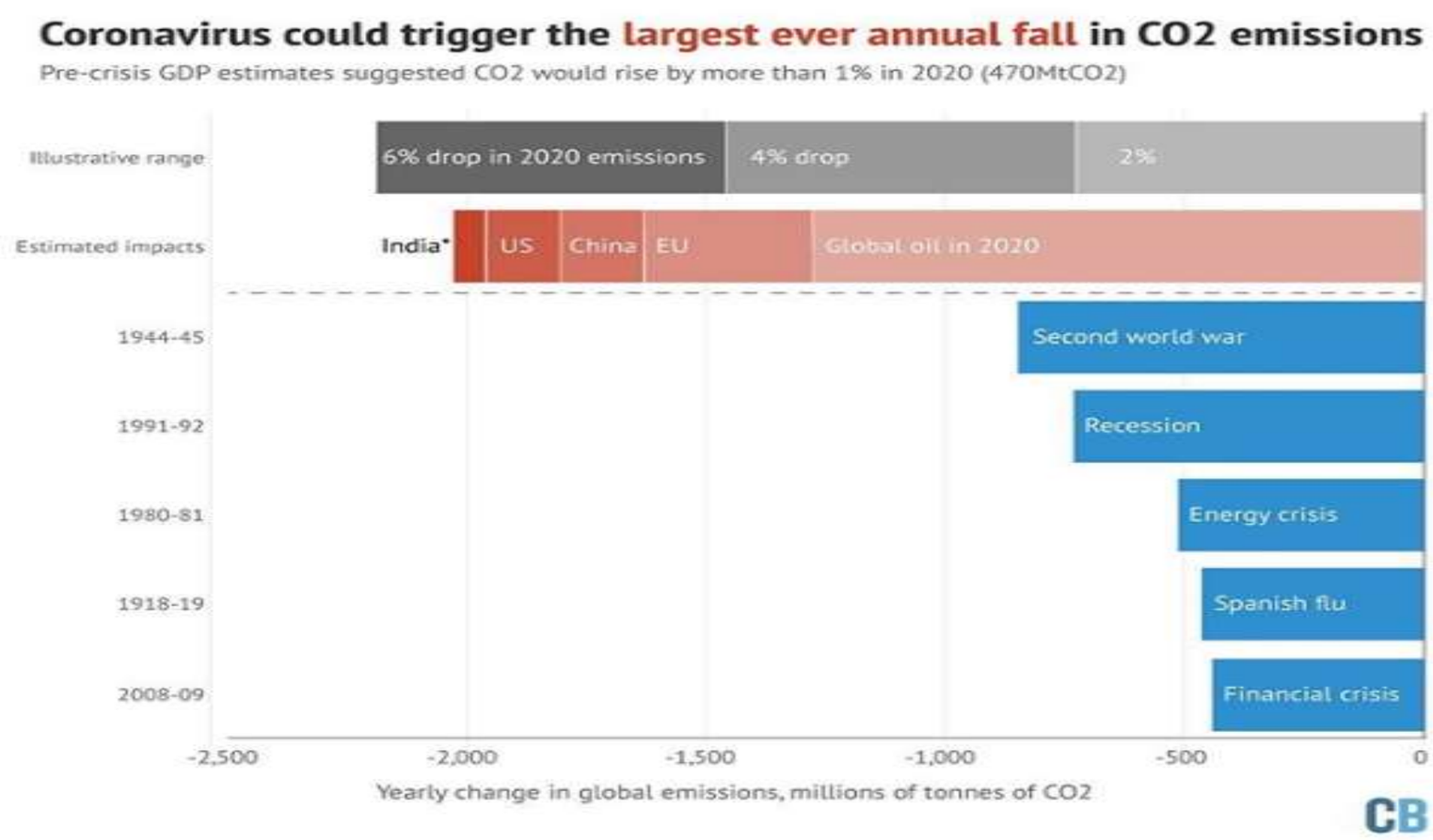
> "Mais de 70% das doenças humanas são originárias de animais e nossa população humana em expansão está habitando mais áreas selvagens e se tornando cada vez mais dependente de animais para alimentação. As densidades de gado estão mudando e os sistemas de produção estão impactando um ao outro de novas maneiras. O comércio relacionado à pecuária está em ascensão e as mudanças climáticas estão criando novas oportunidades para o desenvolvimento de doenças animais. A dinâmica da cadeia alimentar está permitindo que mais doenças se desenvolvam mais rapidamente, e a degradação dos habitats naturais está reduzindo os mecanismos naturais de enfrentamento." (FAO, 2013, p.9)

Portanto, é necessário pontuar que o consumo e a produção de carne merecem reflexão, o que vem ocorrendo com significância nos últimos anos. O abandono e a redução do consumo de carne tem sido reavaliado pelos mais diversos consumidores. Nos campos científicos têm sido desenvolvidas pesquisas e produtos que buscam se aproximar ao mercado de inovação. Isso se deriva de uma grande onda de conscientização sobre os impactos ambientais da produção e do consumo de alimentos de origem animal. Tal conscientização está relacionada com o fato de que o consumo humano exacerbado gera degradação ambiental, que acarreta riscos imensuráveis à saúde global, o que se reverte em termos de qualidade de ar, alimento e vida.

Outro ponto a se tratar nos arredores de consumo e produção é a emissão de gases do efeito estufa, questão em que os mercados e indústrias possuem dificuldade em assumir uma responsabilidade socioambiental. Dada a pandemia, ambientalistas e demais pesquisadores também observam como os fatores ambientais são correlatos aos impactos da crise do coronavírus. O decréscimo dos níveis de gases do efeito estufa, como dióxido de carbono (CO2) e de nitrogênio (NO2) foi notado desde o início da epidemia, como efeito da interrupção das atividades e deslocamentos restringidos pelas normas governamentais (BBC NEWS, 2020).

O gráfico produzido pelo Carbon Brief demonstra a queda da emissão de dióxido de carbono, provocada pela pandemia em comparação com o que foi contabilizado em outros períodos de crise econômica, guerras e epidemias:

Imagem 5 – Queda da emissão de CO2 em crises



Fonte: Carbon Brief (2020)

Ou seja, períodos em que a produção, a industrialização e o consumo tiveram de ser interrompidos ou reduzidos devido às circunstâncias. Levando em consideração as quedas do CO2, isso demonstra a incompatibilidade do modo de produção global com a sustentabilidade. O gráfico também sugere que "a pandemia pode causar cortes de emissões este ano no montante de 2.000 milhões de toneladas de CO2 (MtCO2)."(EVANS, 2020, tradução minha).

Levando em conta o encolhimento da demanda global pelos combustíveis fósseis, a tendência é que as estimativas corram conforme a queda letal da comercialização do petróleo, o que poder gerar olhares otimistas para a situação. Entretanto, o que aflige uma possível estabilidade climática é o fato de que a interrupção das atividades é temporária. A tendência é que, com passar da pandemia e da forte crise econômica, estas atividades retomem em um nível de produção ainda mais intenso, em compensação ao tempo em que estiveram paralisadas. É importante salientar que essas mudanças podem rapidamente retroceder, assim como já foi experimentado em outras crises. E uma vez retrocedidas, estas podem ter impactos ainda mais dramáticos. A experiência histórica tem muito a contribuir nessa percepção, afinal o período após as crises apontadas pelo gráfico anterior demonstrou que as mudanças não surtiram efeito no consciente coletivo.

Em países que sofrem com a poluição direta - e direta no sentido de uma poluição visível e experimentada, seja no ar que se respira, na água que se consome, na qualidade de vida individual - nota-se que os impactos ambientais da interrupção comercial foram muito evidentes. Dando como exemplo a Índia, que lida com uma poluição atmosférica nítida e com o óbito de centenas de pessoas por doenças pulmonares, após décadas encoberto pela massa de ar carregadas de poluição, já se pode avistar a Cordilheira do Himalaia novamente (CNN, 2020). No entanto, as usinas termelétricas, que são principais poluidoras do país, retornarão ao funcionamento após a pandemia. Em termos qualitativos, os resultados são ínfimos e distante de uma reversão considerável das consequências dos quadros climáticos. Segundo o mesmo estudo da Carbon Brief, é necessário caminhar para uma redução de 7,6% da emissão de CO_2 anual, e o retorno após quarentena pode não surtir mudanças promissoras no aspecto ambiental.

O isolamento social tem os seus benefícios efêmeros ao meio ambiente, como a redução da poluição nas ruas, praias e oceanos, bem como o retorno atípico de animais ao meio urbano. Porém, como de praxe, o consumismo encontrou outras maneiras de se adaptar à situação. A quantidade de lixo doméstico que vem sendo produzida pela permanência em domicílio, causada pelo aumento do consumo alimentício e pelo plástico como matéria prima das embalagens dos produtos, denota a rápida mutação que a sociedade de consumo sofre. O lixo hospitalar também se expande em tempos de cuidados redobrados, contribuindo para emissão de resíduos químicos tóxicos, sendo que nem todas as cidades possuem coleta seletiva ou gestão de resíduos adequada para descarte. Além disso, os picos do consumo de energia, de água, que sobrecarregam as matrizes de produção e captação de recursos. Ao todo, isso enfraquece a ingênua percepção de que a pandemia é somente benéfica ao meio ambiente.

Por fim, as incertezas se sobressaem nesse cenário global instável nas mais diversas instâncias. Ainda não há previsões precisas do regresso à normalidade, e tampouco do encerramento da epidemia. Enquanto isso pode-se respirar um ar um pouco mais inalável, a fauna e flora tem um momentâneo descanso e as espécies aproveitam o ambiente, festejando a ausência humana.

A reflexão da relação entre consumo e impacto ambiental deve ser atenciosa. Por mais que os fatos venham servindo a alguns como uma esperançosa miragem ao ecologismo e a um futuro benigno, diga-se de passagem que é pretensioso se pensar em uma mudança substancial e imediata no modelo político e econômico global, o capitalismo. O que o sustenta esse modelo é a sociedade de consumo, através do exercício do consumo desenfreado, que mostra a face crua e impiedosa do capitalismo em suas colateralidades ao meio ambiente, a desigualdade social e àqueles que tentam sobreviver a seus males.

Referências

BARCELLOS, Christovam et al . Mudanças climáticas e ambientais e as doenças infecciosas: cenários e incertezas para o Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 18, n. 3, p. 285-304, set. 2009 . Disponível em http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid= S1679-49742009000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 28 de Abril 2020.

BARIFOUSE, Rafael. "Como o Brasil foi afetado pela pandemia de H1N1, A 1.a do Século 21". **BBC NEWS BRASIL**, São Paulo. Publicado em 25 de Março de 2020. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52042879. Acesso em 27 de Abril de 2020.

BBC NEWS. "Cinco motivos pelos quais pandemia de coronavírus pode não ser boa para o meio ambiente". **BBC News.** Publicado em 06 de Abril de 2020. Disponível em https://www.bbc.com/ portuguese/internacional-52182154. Acesso em 24 de Abril de 2020.

BBC NEWS. "Coronavírus: imagens da Nasa mostram queda da poluição na China em meio ao surto". **BBC News.** Publicado em 01 de Março de 2020. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51699211. Acesso em 25 de Abril de 2020.

BBC NEWS. "Aquecimento global: 7 gráficos que mostram em que ponto estamos". **BBC News.** Publicado em 17 de Janeiro de 2020. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/geral-46424720. Acesso em 30 de Abril de 2020.

BIERNATH, André. "Gripe: quais foram as maiores epidemias da história". **Revista Saúde,** Abril "Medicina". Publicado em 17 de Abril de 2018. Disponível em https://saude.abril.com.br/medicina/gripe-quais-foram-as-maiores-epidemias-da-historia/. Acesso em 28 de Abril de 2020.

EVANS, Simon. "Analysis: Coronavirus set to cause largest ever annual fall in CO2 emissions". **Carbon Brief.** Publicado em 09 de Abril de 2020. Disponível em https://www.carbonbrief.org/analysis-coronavirus-set-to-cause-largest-ever-annual-fall-in-co2-emissions. Acesso em 26 de Abril de 2020.

CNN. “As pessoas na Índia podem ver o Himalaia pela primeira vez em 'décadas', pois o bloqueio diminui a poluição do ar”. Por Rob Picheta. Publicado em 09 de Abril de 2020. Disponível em <https://edition.cnn.com/travel/article/himalayas-visible-lockdown-india-scli- intl/index.html>. Acesso em 24 de Abril de 2020.

CRIADO, Miguel Ángel. “Crescem as evidências de que o pangolim foi o animal de origem do coronavírus”. EL PAÍS. Publicado em 27 de Março de 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-03-27/crescem-as-evidencias-de-que-o-pangolim-foi-o-animal-de-origem-do-coronavirus.html>. Acesso em 27 de Abril de 2020.

FAO. 2013. World Livestock 2013 – Changing disease landscapes. Rome. Disponível em <http://www.fao.org/policy-support/resources/resources-details/en/c/1262789/>. Acesso em 26 de Abril de 2020.

G1. “Novo coronavírus pode ter vindo de morcegos, indica pesquisa”. Publicado em 30 de Janeiro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/30/ novo-coronavirus-pode-ter-vindo-de-morcegos-indica-pesquisa.ghtml>. Acesso em 27 de Abril de 2020.

HOMANS, Charles. “Hong Kong é a principal rota do tráfico de animais silvestres”. The New York Times. Publicado em 25 de Fevereiro de 2019, em Estadão, Internacional. Disponível em <https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,hong-kong-e-a - principal-rota-do-trafico-de-animais-silvestres,70002732119>. Acesso em 30 de Abril de 2020.

NAÇÕES UNIDAS, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão de População (2019). World Population Prospects 2019, dados personalizados adquiridos via site. Disponível em <https://population.un.org/wpp/DataQuery/>. Acesso em 29 de Abril de 2020.

PATZ JA, Epstein PR, Burke TA, Balbus JM. Mudança climática global e doenças infecciosas emergentes. *JAMA.* 1996; 275 (3): 217–223.

PEIRÓ, Patricia. “Humanos que comem animais selvagens sem controle, um barril de pólvora para a saúde mundial”. **EL PAÍS.** Publicado em 06 de Março de 2020. Disponível em https://brasil.elpais.com/planeta_futuro/2020-03-06/humanos-que-comem-animais-selvagens-sem-controle-um-barril-de-polvora-para-a-saude-mundial.html. Acesso em 28 de Abril de 2020.

THOMAS, Jennifer Ann. “A caça ao caçador: o tráfico de animais no Brasil”. **VEJA,** Impacto. Publicado em 24 de Novembro de 2018. Disponível em https://veja.abril.com.br/ blog/impacto/a-caca-ao-cacador-o-trafico-de-animais-no-brasil/. Acesso em 30 de Abril de 2020.

TRIGO, Luciano. Mao e o grande salto para a fome: um catálogo de horrores. **G1**. Publicado em 17 de Março de 2017. Disponível em http://g1.globo.com/pop-arte/blog/maquina-de-escrever/post/mao-e-o-grande-salto-para-fome-um-catalogo-de-horrores.html. Acesso em 29 de Abril de 2020.

ZANELLA, Janice Reis Ciacci. Zoonoses emergentes e reemergentes e sua importância para a saúde e produção animal. **Pesq. agropec. bras.**, Brasília, v. 51, n. 5, p. 510-519, maio de 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-204X2016000500510&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08 de maio de 2020.

Multilateralismo e COVID-19:
desafios de coordenação frente à crise global

Vinícius Alves Faria

A cada dia, novos casos de COVID-19, doença respiratória causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), se confirmam pelo mundo. Graças as medidas de distanciamento social, muitas vezes associadas ao confinamento da população para conter a pandemia, diversos países vem sofrendo grave desaceleração econômica. Segundo o Fundo Monetário Internacional, a recessão da atividade econômica será maior que a vivenciada na Grande Depressão (FMI, 2020), o que evidencia o grande desafio enfrentado por diversas nações ao redor do mundo. Embora esse seja um problema de saúde global, cada país vem adotando, de modo geral, uma postura isolada, tanto do ponto de vista econômico quanto sanitário no combate à doença. Sob essa perspectiva, essa análise versa sobre o multilateralismo e os desafios enfrentados para o estabelecimento de efetiva coordenação nessa crise global.

Desde a crise de 2008, o mundo vivencia um desmonte do multilateralismo. Discursos nacionalistas se intensificaram em diversas nações, causando aumento do estabelecimento de barreiras comerciais e descrédito da atuação de diversas organizações internacionais. Adjunto a esse cenário, o novo coronavírus chega em um momento em que se notabilizam delicadas discussões em âmbito internacional. No mesmo ano em que a Organização das Nações Unidas completa 75 anos, tópicos complexos como mudanças climáticas, enfrentamento do crescimento da desigualdade, proliferação de conflitos armados, migrações, mudanças demográficas, entre outros, se lançam com profundas divergências de solução entre as nações (ONU, 2020).

Nesse contexto irrompe-se a crise, acometendo sistemas de saúde em diversos países ao redor do mundo. A partir disso, nota-se que as respostas de enfrentamento à COVID-19 seguiram dois principais sentidos: por um lado, cooperação e solidariedade; por outro, um emergente nacionalismo. As principais medidas que constatam as primeiras ações têm sido tomadas de maneira bilateral, como as realizadas pela China, com a promoção da intitulada 'diplomacia da máscara' uma denominação que simboliza o esforço da China de enfrentar os desafios de liderança global impostos pela crise e proporcionar auxílio a "irmãos e amigos", países aos quais o líder chinês Xi Jinping garantiu suprimentos e recursos médicos (WONG, 2020). Também é relevante citar as medidas de envio de tropas de apoio por parte da Rússia e de médicos por Cuba à Itália, um dos países mais afetados pela doença na Europa.

Evidências contrárias se apoiam na tomada de posturas isolacionistas, como o fechamento de fronteiras ou a imposição de barreiras comerciais. Embora essa postura possa significar uma maneira de se conter a disseminação do vírus e de garantia de oferta de determinados bens para sua população, algumas dessas medidas se mostraram prejudiciais ao próprio enfrentamento da doença. Isso pode ser observado a partir da postura da Índia que, sendo a maior produtora de hidroxicloroquina, um dos medicamentos mais estudados no tratamento da doença no mundo, proibiu as exportações da droga, estipulando que seus embarques só poderiam ocorrer em circunstâncias limitadas (ESTADÃO, 2020). Por fim, vale ressaltar, também, que o nacionalismo vem se manifestando em casos extremos, como nas ações de líderes que estão se aproveitando para enfraquecer, ou até mesmo derrubar os seus sistemas democráticos, caso que se constata na Hungria.

Em vista dessas respostas, o atual secretário-geral da ONU, António Guterres, sublinhou que, em um mundo interconectado, ninguém está livre do novo coronavírus. "A COVID-19 não respeita fronteiras, em qualquer lugar é uma ameaça para as pessoas em todos os lugares" (ONU BRASIL, 2020). Com isso, o secretário evidenciou a necessidade de coordenação entre os países para efetivo combate à doença. A dificuldade de coordenação, porém, acentua-se à medida que ataques são realizados às instituições que deveriam estar fomentando essa ação. Tem-se, como exemplo, a interrupção do financiamento realizado pelos Estados Unidos à Organização Mundial da Saúde (OMS), o que levou à redução de recursos destinados para operações da agência (YEUNG, 2020), atual protagonista entre as organizações de combate à pandemia no mundo.

Outra dificuldade que se apresenta para o estabelecimento de efetiva coordenação é a disputa de narrativas entre as grandes potências. Donald Trump, atual presidente dos EUA, e Mike Pompeo, seu secretário de Estado, denunciaram a China por suas falhas no tratamento inicial do surto e propagaram a teoria da conspiração de que o vírus era uma arma biológica fabricada pelos chineses (KUZNIA; GRIFFIN, 2020). Enquanto isso, importantes autoridades chinesas promoveram a teoria de que os militares dos Estados Unidos poderiam ter trazido o novo coronavírus para a China (WESTCOTT; JIANG, 2020). Ambos os rumores ganharam força considerável, mesmo com cientistas demonstrando, a partir da análise de seu genoma, que o vírus não é uma construção de laboratório, nem mesmo um organismo propositadamente manipulado (ANDERSEN; RAMBAUT; LIPKIN; HOLMES; GARRY, 2020).

Além das organizações internacionais, outra importante frente multilateral de cooperação que vem apresentando dificuldades é a União Europeia. Estremecida pelo *brexit*, processo de saída do Reino Unido do bloco, a UE vem tentando adotar medidas para mitigar os efeitos atuais da crise. Após a falha no oferecimento de resposta rápida de ajuda aos membros que foram grandemente afetados pela pandemia, como a Espanha e a Itália (THE GUARDIAN, 2020), suas políticas de ajuda econômica vem causando grandes divergências entre os países membros. Outra grande preocupação, já mencionada, é a Hungria. Seu líder, o primeiro-ministro Viktor Orbán, tomou atitudes que afetam princípios fundamentais da União Europeia, como o princípio de Estado de Direitos, tornando a UE ainda mais fragmentada e difícil de se administrar. (RÀCZ, 2020)

A falta de coordenação também tem causado conflitos no comércio internacional. A urgência para ter acesso a equipamentos indispensáveis de proteção individual não levou a uma estratégia global de cooperação e solidariedade entre os países, como instou a OMS. O governo estadunidense adotou, ao mesmo tempo, um comportamento ultraliberal de livre oferta e demanda, e uma postura intervencionista do Estado em assuntos de livre comércio, sendo até mesmo acusado de 'pirataria moderna' (CHARLEAUX, 2020) ao desviar cargas de equipamentos médicos num ato agressivo de disputa comercial contra países como o Brasil, a Alemanha e a França, devido a incapacidade de produção desses equipamentos para tratamento de seus cidadãos em tempo hábil.

Tentando reverter esse quadro, foi criada a Aliança pelo Multilateralismo. Lançada pelos Ministros das Relações Exteriores da França e da Alemanha, essa se configura como uma rede informal em que mais de 90 países e atores não estatais, como organismos internacionais e a União Europeia, agem baseados na convicção de que uma ordem multilateral é a única garantia confiável de estabilidade internacional, paz e prosperidade. A Aliança não se propôs a ser uma nova instituição, essa visa somente apoiar e fortalecer as organizações existentes, em particular as Nações Unidas (ONU, 2020).

A Aliança também desempenha um papel importante na luta contra a COVID-19. Um recente encontro virtual reuniu ministros das Relações Exteriores de quase 30 países para iniciar uma resposta coletiva à pandemia (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020). Os Ministros das Relações Exteriores enfatizaram o valor do multilateralismo e, através da adoção de uma declaração conjunta, enviaram um forte sinal de apoio às Nações Unidas, incluindo a Organização Mundial da Saúde como espinha dorsal da resposta global à COVID-19. Eles destacaram a necessidade de mais e aprimorada coordenação internacional, cooperação e solidariedade e sublinharam seu compromisso de contribuir com esses esforços (ONU, 2020).

Outra frente de cooperação que pode servir como exemplo é a da comunidade científica internacional. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) organizou um encontro online entre representantes de 122 países com objetivo de realizar intercâmbio sobre o papel da cooperação internacional em ciência e o aumento dos investimentos no contexto da COVID-19 (ONU BRASIL, 2020). Essa tem se mobilizado há várias semanas em torno da emergência da COVID-19, sobretudo no compartilhamento e na disponibilização universal dos resultados de pesquisas, assim como na reformulação sem precedentes de seus métodos de trabalho.

Com isso, a crise de COVID-19 mostrou até que ponto as instituições multilaterais são cruciais para a saúde, a prosperidade e a segurança coletiva. No entanto, as respostas de enfrentamento à pandemia ainda são insuficientes e a fragilidade do multilateralismo se torna latente, inibindo alternativas de coordenação. Disso decorrem amplos malefícios, como arbitrariedade e falta de agilidade na tomada de decisões em âmbito global. Com todos os países do planeta precisando das mesmas ferramentas para preservar vidas de uma só vez, rivalidades nacionalistas se acirraram e estão comprometendo o acesso de todos. Desse modo, torna-se urgente a necessidade de maior apoio aos esforços de instituições multilaterais à implementação de uma resposta global coordenada e coerente, que tenham respeito aos princípios da democracia e do Estado de Direito, face às severas consequências socioeconômicas da crise.

Referências

ANDERSEN, K.G., RAMBAUT, A., LIPKIN, W.I. et al. The proximal origin of SARS-CoV-2. **Nat Med 26**, 450–452. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1038/s41591-020-0820-9. Acesso em: 06 de maio de 2020.

CHARLEAUX, João Paulo. A acusação contra os EUA de prática de 'pirataria moderna'. **Nexo,** 2020. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/07/A-acusa%C3%A7%C3%A3o-contra-os-EUA-de-pr%C3%A1tica-de-%E2%80%98pirataria-moderna%E2%80%99. Acesso em: 01 de maio de 2020.

ESTADÃO. Nacionalismo atrapalha a batalha global contra o coronavírus. **Estadão**. 2020. Disponível em: https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,nacionalismo-atrapalha-a-batalha-global-contra-o-coronavirus,70003267907. Acesso em: 07 de maio de 2020.

FMI. Perspectives de l'économie mondiale Avril 2020. **Fonds Monétaire International.** 2020. Disponível em: https://www.imf.org/fr/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020. Acesso em: 07 de maio de 2020.

KUZNIA, Robert; GRIFFIN, Drew. How did coronavirus break out? Theories abound as researchers race to solve genetic detective story. **CNN**. 2020. Disponível em: https://edition.cnn.com/2020/04/06/us/coronavirus-scientists-debate-origin-theories-invs/index.html. Acesso em: 01 de maio de 2020.

O GLOBO. Diplomacia das máscaras da China ganha força na América Latina contra o coronavírus. **O Globo.** 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/diplomacia-das-mascaras-da-china-ganha-forca-na-america-latina-contra-coronavirus-24346774. Acesso em: 01 de maio de 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. OMS diz não haver comprovação de que recuperados da COVID-19 estejam imunes ao vírus**. Nações Unidas Brasil,** 2020. Disponível em: https://nacoesunidas.org/oms-diz-nao-haver-comprovacao-de-que-recuperados-da-COVID-19-estejam-imunes-ao-virus/. Acesso em: 01 de maio de 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. UNESCO mobiliza 122 países para promover ciência aberta e cooperação para enfrentar a COVID-19. **Nações Unidas Brasil,** 2020. Disponível em: https://nacoesunidas.org/unesco-mobiliza-122-paises-para-promover-ciencia-aberta-e-cooperacao-para-enfrentar-a-COVID-19/. Acesso em: 08 de maio de 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. ONU pede participação global em diálogos para aniversário de 75 anos. **Nações Unidas Brasil,** 2020. Disponível em: https://nacoesunidas.org/onu-pede-participacao-global-em-dialogos-para-aniversario-de-75-anos/. Acesso em: 01 de maio de 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Reunião de Ministros sobre o Coronavírus.** gov.br, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/fevereiro/reuniao-de-ministros-sobre-o-coronavirus. Acesso em: Acesso em: 01 de maio de 2020.

RÁCZ, András. A New Risk to the EU from Coronavirus: Viktor Orbán's Hungary. **SSOAR**, 2020. Disponível em: https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/67092/ssoar-2020-racz-A_New_Risk_to_the.pdf?sequence=1&isAllowed=y&lnkname=ssoar-2020-racz-A_New_Risk_to_the.pdf. Acesso em: 01 de maio de 2020.

THE GUARDIAN. Just when Italy really needed some unity, the EU failed it – and continues to do so. **The Guardian.** 2020 Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2020/apr/19/european-union-italy-unity-failure-debt-germany-netherlands. Acesso em: 01 de maio de 2020.

UNITED NATIONS. COVID-19 and the Alliance for Multilateralism. 2020. **United Nations.** Disponível em: https://www.un.org/en/un-chronicle/COVID-19-and-alliance-multilateralism. Acesso em: Acesso em: 01 de maio de 2020.

WESTCOTT, Ben; JIANG, Steven. Chinese diplomat promotes conspiracy theory that US military brought coronavirus to Wuhan. **CNN**. 2020. Disponível em: https://edition.cnn.com/2020/03/13/asia/china-coronavirus-us-lijian-zhao-intl-hnk/index.html Acesso em: 06 de maio de 2020.

WONG, Brian. China's Mask Diplomacy. **The Diplomat.** 2020. Disponível em: https://thediplomat.com/2020/03/chinas-mask-diplomacy/ Acesso em: 06 de maio de 2020.

YEUNG, Jessie. The US is halting funding to the WHO. What does this actually mean? **CNN**. 2020. Disponível em: https://edition.cnn.com/2020/04/15/world/trump-who-funding-explainer-intl-hnk/index.html. Acesso em: 06 de maio de 2020.

Necropolítica, Direitos Humanos e a COVID-19 no Brasil

Eliza Mendes Côrrea

No ano de 2020, o sistema internacional foi surpreendido pela pandemia da COVID-19. A COVID-19, do inglês, Coronavirus Disease 2019, é a doença infecciosa causada pelo novo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave[1] (SARS-CoV-2), um vírus que pode causar desde infecções assintomáticas até quadros respiratórios graves - muitos pacientes podem não ter sintomas, mas, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 20% podem apresentar dificuldades respiratórias e precisar de tratamentos com suportes ventilatórios (MINISTÉRIO DA SAÚDE [MS], 2020). A pandemia em curso, identificada como tal pela OMS em março de 2020, teve início na China e rapidamente se espalhou pelo mundo, atingindo diversos países em todos os continentes. Até o dia 27 de abril de 2020, foi reportado que o vírus atingiu 213 países, tendo 2.959.929 casos confirmados e 202.733 mortes confirmadas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE [OMS], 2020).

Em território brasileiro, o vírus atingiu 71.886 de pessoas, causando 5.017 mortes, deixando uma taxa de mortalidade de 7% (dados referentes ao dia 28 de abril de 2020) (MS, 2020). O governo brasileiro, ao perceber o perigo mediante ao rápido aumento da quantidade de casos, passou a implementar medidas para prevenir e diminuir os riscos da doença. Os últimos boletins epidemiológicos - publicações técnico-científicas periódicas e de livre acesso disponibilizadas pelo governo sobre doenças sazonais específicas - referentes à COVID-19 são indicativos relevantes do protagonismo científico brasileiro na temática (MS, 2020). Com o avanço do vírus no Brasil, diversos estados e cidades aderiram à quarentena como forma de prevenção à expansão do vírus.

Esse avanço acelerado da contaminação gerou diversos estudos e pesquisas científicas no país, sendo que uma das informações mais importantes sobre o vírus, seu genoma, foi descoberto em apenas 48 horas. A pesquisa foi conduzida pelo Instituto Adolfo Lutz e as universidades de São Paulo (USP) e Oxford (Reino Unido) e tornou possível encontrar a origem da epidemia e entender como o vírus se dispersa. As universidade públicas brasileiras vêm desempenhando um papel de destaque nesse cenário, desde a pesquisa no Instituto de Ciências Biológicas da UnB que investiga a memória imunológica dos pacientes depois que contraem a COVID-19 atá a pesquisa da Unicamp que busca criar novas formas de detectar a presença do vírus no sistema imunológico humano (CARVALHO; MASSUELLA, 2020). Mas, apesar desses esforços, o vírus ainda se espalha pelo país.

A cidade de São Paulo é a mais populosa do Brasil e com a maior atividade econômica do país. Assim, uma contaminação em massa teria potencial letal preocupante em um contexto de milhões de habitantes. No dia 26 de março de 2020, foi confirmado o primeiro caso de COVID-19 do Brasil em São Paulo, referente a um homem idoso que retornou de uma viagem à Itália (Ministério da Saúde, 2020). É válido ressaltar que o Governador do Estado de São Paulo, João Doria, promulgou o decreto n.º 64.881, em 22 de março de 2020, a partir do qual ficava “decretada medida de quarentena no Estado de São Paulo, consistente em restrição de atividades de maneira a evitar a possível contaminação ou propagação do coronavírus” (SÃO PAULO, 2020). Mesmo com essa precaução, o vírus se alastrou.

Os números até o 1º de maio de 2020 no estado de São Paulo contabilizaram 30.374 casos, com 2.511 mortes confirmadas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Naquele ponto, já era possível perceber um certo descaso da saúde pública em relação às camadas sociais de rendas mais baixas durante a pandemia, práticas que correspondem a um regime de necropolítica. Para o filósofo camaronês Achille Mbmebe (2016), criador do conceito, são práticas de necropolítica aquelas que subjugam a vida ao poder da morte, sendo a expressão máxima da soberania a capacidade de definir quem importa e quem não importa dentro de uma sociedade, isto é, quem pode viver e quem deve morrer. Em sua obra, o autor entende que existe uma estrutura política, jurídica e subjetiva do Estado de Exceção que reduz a subjetividade dos indivíduos a somente um corpo biológico, retirando as características que os tornam seres sociais - destituindo-lhes de sua cidadania. Dessa forma, a soberania do Estado de Exceção confere-lhe o direito de matar - ou deixar morrer -, em exercício contínuo. O chamado necropoder foi percebido em relações contemporâneas de conflito, como o Apartheid e o anti-semitismo alemão, e não são tão incomuns quanto podem aparentar (MBEMBE, 2016).

A necropolítica brasileira pode ser percebida no curso da atual pandemia nas falas do atual Presidente, Jair Bolsonaro. Em um pronunciamento feito em março de 2020 para redes de televisão e de rádio, o presidente minimizou os impactos na saúde dos pacientes de COVID-19, alegando que o vírus seria “apenas uma gripezinha” e afirmando que a economia precisava continuar e os empregos também (FOLHA, 2020). No mesmo dia em que a quarentena foi decretada no estado de São Paulo, o Presidente ironizou os impactos do vírus ao dizer que o brasileiro “não pega nada” e, no dia seguinte, mostrou seu descrédito no número de mortos no estado paulista (BORGES; FIGUEIREDO; RODRIGUES, 2020).

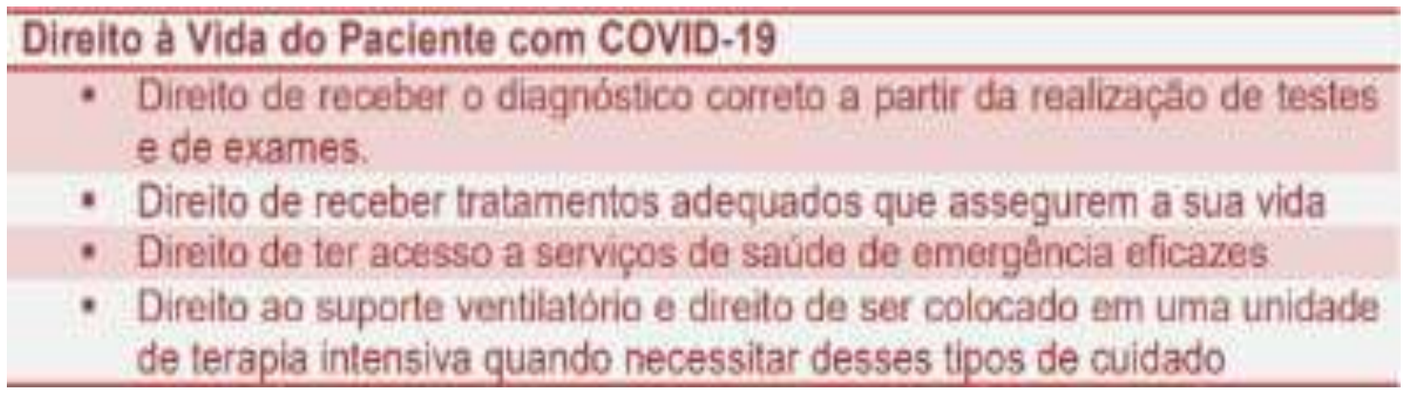
Já no mês de abril, Bolsonaro demonstrou seu descaso com a saúde pública ao ser questionado sobre o aumento das mortes causadas pelo vírus, perguntando "E daí?", retirando sua parcela de responsabilidade sobre o estado atual da situação (FOLHA, 2020). Evidencia-se que, no atual cenário, há uma parcela da população que é atingida de forma desproporcional no contexto populacional brasileiro: as camadas mais pobres. Os resultados da necropolítica brasileira aparecem nos números de mortos em diferentes bairros da capital paulista, sendo os bairros mais pobres aqueles que contabilizam a maior parte das mortes e que contam com o menor acesso aos serviços de saúde capazes de oferecer o tratamento (BORGES; FIGUEIREDO; RODRIGUES, 2020).

Para ilustrar esse ponto, vale observar a diferença no percentual de mortos entre os contaminados em dois bairros de São Paulo. O bairro periférico Brasilândia, na zona norte paulistana, teve, até o dia 17 de abril de 2020, 89 casos de COVID-19 e 54 mortes confirmadas. Já no bairro abastado do Morumbi, houve 297 casos, e somente sete mortes (BORGES; FIGUEIREDO; RODRIGUES, 2020). Uma das hipóteses que podem explicar essa discrepância é que as zonas mais ricas da cidade possuem maior acesso a recursos de saúde e, assim, têm mais chances de sobrevivência, uma vez que os serviços presentes nas periferias são mais escassos. O Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura da Cidade de São Paulo, Edson Aparecido, pronunciou que oferecerá 150 leitos de UTI (unidades de terapia intensiva) para o Hospital Municipal da Brasilândia dentro de 40 dias. É válido ressaltar que, em apenas uma semana, o bairro da Brasilândia teve um aumento de 63% de casos confirmados (FIGUEIREDO; BORGES; RODRIGUES, 2020).

Nesse sentido, percebe-se que o governo brasileiro vem falhando em fornecer o direito humano mais básico aos moradores das periferias - o direito à vida. A plena garantia desse direito depende de serviços de saúde de qualidade e medidas públicas que buscam proteger a vida de seus cidadãos. De acordo com o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH/ONU), as medidas governamentais são as respostas dos Estados em situações de emergência, que contam com a criação e supervisão de planos de gerenciamento de emergências e contingências (CDH, 2018). Dessa forma, o Estado brasileiro tem a obrigação de proteger a vida de todo e qualquer cidadão que esteja em situação de risco, oferecendo serviços de qualidade. É importante salientar que as parcelas mais ricas da sociedade brasileira não dependem da saúde pública para ter acesso à um tratamento de qualidade, uma vez que possuem convênios particulares. Assim, a necessidade de uma saúde pública acessível se torna importante para as camadas mais pobres, que não podem arcar com os custos de um convênio particular.

Dado esse contexto, entende-se que cabe ao Estado fornecer testes para o diagnóstico dos pacientes, e, consequentemente, o tratamento adequado. Isso significa oferecer ventiladores e UTIs para que a demanda pela saúde pública seja atendida, além de buscar evitar o aumento de novos casos (OBSERVATÓRIO DIREITOS DOS PACIENTES, 2020). Desse modo, percebe-se que não são todos os cidadãos brasileiros que estão tendo seus direitos respeitados nessa crise, reafirmando as falhas na implementação dessa agenda no país.

Imagem 6 - **Direito à vida do paciente com COVID-19**



Fonte: CEPEDISA (2020)

Por fim, pode-se concluir que o Estado brasileiro é omisso às mortes que ocorrem nas periferias do país, uma vez que essas mortes podem ter um cunho intencional. A necropolítica tem se intensificado nesse momento, oferecendo um aval natural para que os direitos humanos da população mais pobre sejam feridos, ao não fornecer suprimentos básicos de saúde, e a narrativa presidencial reforça ainda mais o aval estatal para que esse cenário se perpetue.

Referências

ARAÚJO, Mateus. O que necropolítica tem a ver com a pandemia e com as falas de Bolsonaro. **UOL**. Disponível em: https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/03/o-que-necropolitica-tem-a-ver-com-a-pandemia-e-com-falas-de-bolsonaro.htm. Acesso em: 25/04/2020.

BERCITO, Diogo. Pandemia democratizou o poder de matar, diz autor da teoria 'necropolítica'. **Folha de São Paulo.** 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml. Acesso em: 29/04/2020.

BORGES, Beatriz; FIGUEIREDO, Patrícia; RODRIGUES, Rodrigo. Morumbi tem mais casos de coronavírus e Brasilândia mais mortes; óbitos crescem 60% em uma semana em SP. **G1**. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/18/morumbi-tem-mais-casos-de-coronavirus-e-brasilandia-mais-mortes-obitos-crescem-60percent-em-uma-semana-em-sp.ghtml. Acesso em: 30/04/2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Boletins Epidemiológicos**. Disponível em: https://www.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos. Acesso em: 30/04/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus**. 2020. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-COVID. Acesso em: 29/04/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus**/Brasil. 2020. Disponível em: https://COVID.saude.gov.br/. Acesso em: 30/04/2020.

CARVALHO, Julia; MASSUELLA, Luana. Dez pesquisadores brasileiros contam o que estão estudando sobre o coronavírus. 2020. **CNN**. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/04/11/dez-pesquisadores-brasileiros-contam-o-que-estao-estudando-sobre-o-coronavirus. Acesso em: 08/05/2020.

COMITÊ DE DIREITOS HUMANOS DA ONU. General Comment No. 36 on Article 6 of the International Covenant on Civil and Political Rights, on the Right to Life. **Comitê de Direitos Humanos da ONU.** 2018. Disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/SharedDocuments/1_Global/CCPR_C_GC_36_8785 _E.pdf . Acesso em 30 de abril 2020.

EXAME. Periferia concentra a maior parte das mortes suspeitas em São Paulo. **Exame**. 2020. Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/periferia-concentra-a-maior-parte-das-mortes-suspeitas-em-sao-paulo/. Acesso em: 30/04/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Veja declarações de Bolsonaro minimizando coronavírus diante de escalada de morte. **Folha de São Paulo.** 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/veja-declaracoes-de-bolsonaro-minimizando-coronavirus-diante-de-escalada-de-mortes.shtml. Acesso em: 30/04/2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, 2016.

OBSERVATÓRIO DIREITOS DOS PACIENTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA DA UNB. Direitos Humanos dos Pacientes e COVID-19. **Observatório de Direitos dos Pacientes.** 2020. Disponível em: http://cepedisa.org.br/direitos-humanos-dos-pacientes-e-COVID-19/. Acesso em: 30/04/2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Secretaria de Saúde.** Coronavírus. 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_em_saude/doencas_e_agravos/coronavirus/index.php?p=291766. Acesso em: 30/04/2020.

SÃO PAULO. **DECRETO Nº 64.881, DE 22 DE MARÇO DE 2020**. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto-quarentena.pdf. Acesso em: 30/04/2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Coronavirus disease 2019. **World Health Organization.** 2020. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019. Acesso em: 30/04/2020.

O Estado suicidário brasileiro se revela diante da pandemia da COVID-19

Willian Silva de Oliveira Alves

O vírus Sars-Cov-2 (Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2) teve sua origem em 2019 na cidade de Wuhan (província de Hubei, na China), gerando a doença COVID-19. Desde então a COVID-19 espalhou-se pelo mundo, sendo classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, como uma pandemia (WHO, 2020). Os efeitos colaterais da COVID-19 ultrapassaram fronteiras e atingiram diversos setores que compõem a estrutura dos Estados, como áreas sanitárias, econômicas, políticas e sociais.

Entretanto, Jair Bolsonaro (Brasil) se encaixa em um grupo, ao lado dos déspotas Alexander Lukashenko (Bielo-Rússia) e Gurbanguly Berdymukhamedov (Turcomenistão) e de Daniel Ortega (Nicarágua), de governantes que se se posicionam contrários às recomendações sanitárias da OMS, minimizando, em suas ações e discursos políticos, a gravidade da COVID-19 (THE ECONOMIST, 2020).

A fim de desenvolver esta análise, o texto será dividido em três partes. A primeira se debruça sobre o conceito teórico de Estados suicidários; a segunda procura estabelecer correlações entre a atual política governamental brasileira e o conceito citado previamente; por fim, a terceira traz reflexões acerca da atuação de Jair Bolsonaro como agente do Estado suicidário.

Estados suicidários

O conceito de Estados suicidários foi desenvolvido pelo filósofo francês Paul Virilio (1932-2018). Segundo Virilio (1993), o Estado suicidário é a característica final, e o inevitável desfecho, de todos os Estados que têm o desenvolvimento técnico e o progresso econômico como elementos principais de sua existência (em detrimento de outros aspectos que compõem a sociedade). Este é suicida na medida em que exaure seus próprios recursos naturais e humanos, reproduzindo a lógica da busca infindável do aumento da produção e do consumo para atender a uma estrutura de mercado econômica neoliberal. Dessa forma, o Estado suicidário é "um novo estágio do Estado nos moldes de gestão imanentes ao neoliberalismo. É, portanto, sua fase terminal" (SAFATLE, 2020).

Para Virilio (1993), o conceito de Estado suicida/suicidário não foi criado para caracterizar, especificamente, Estados fascistas (entretanto, o nazifascismo se apresentou como a manifestação máxima de um Estado suicida). Dito isto, é importante ressaltar que há intrínsecas correlações entre os Estados fascistas do século XX e o Estado suicidário: Aqui, podemos associar o próprio conceito de Estado suicidário à característica de regimes fascistas que se remetem ao heroísmo e ao culto da [própria] morte. No fascismo, essa aproximação com seu próprio fim relaciona-se ao indivíduo (ego), e no Estado suicidário ao próprio corpo estatal (FOUCAULT, 1976).

O Estado suicidário brasileiro flerta com sua própria catástrofe:
a COVID-19

A pandemia da COVID-19 escancarou o atual viés fascista do Estado brasileiro. Agora, ele se encontra além da "mera" agência necropolítica – política da morte adaptada pelo Estado, onde este detém o poder de decisão sobre quem deve viver e quem deve morrer – do Estado como gestor da morte e do desaparecimento de corpos (SAFATLE, 2020). O Estado brasileiro não é apenas o emissário da morte de parcelas da população, mas é também o ator que administra sua própria catástrofe. Como afirma Safatle:

> "O fascismo brasileiro, em seu nome Bolsonaro, encontrou uma catástrofe para chamar de sua. Ela veio sob a forma de uma pandemia, que exigiria da vontade soberana a construção de uma ação coletiva e de uma solidariedade genérica que não deixasse corpos sacrificados pelo caminho. "[...] não se trata de um estado autoritário clássico que usa da violência para destruir inimigos. Trata-se de um estado suicidário de tipo fascista que só encontra sua força quando testa sua vontade diante do fim." (SAFATLE, 2020)

O enfrentamento da COVID-19 exige ação estratégica e racional por parte dos governantes. Contudo, diante da possibilidade de se submeter à uma exigência de autopreservação, evitando a construção de narrativas contra inimigos imaginários e ações demagógicas, Bolsonaro (sem partido) preferiu direcionar sua autoridade governamental para gerir a locomotiva brasileira rumo ao flerte com a morte generalizada, o que se evidencia por meio das constantes desavenças com a mídia e com outros poderes. Bolsonaro foi pivô da demissão do então Ministro da Saúde (Henrique Mandetta), das interferências na autonomia da Justiça através da exoneração do superintendente geral da Polícia Federal (Maurício Valeixo) e posterior saída do Ministro da Justiça e Segurança Pública (Sérgio Moro). Ademais, há recorrentes desinteligências com o Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil (Rodrigo Maia - DEM) e o Presidente do Senado Federal do Brasil (Davi Alcolumbre - DEM) (EL PAÍS, 2020).

Mas, por quê Bolsonaro insiste em políticas de negacionismo e de ataques à esmo em plena pandemia? Segundo Hannah Arendt (1975, p. 390) na obra As Origens do Totalitarismo, esta é "a essência dos movimentos totalitários, os quais só podem permanecer no poder enquanto estiverem em movimento e transmitirem movimento a tudo que os rodeia". Bolsonaro, desta forma, não se apresenta preocupado em abrir vias de diálogo e conciliação, mas sim em produzir inimigos que serão, posteriormente, combatidos por ele. Afinal, o objetivo é claro: manter o Estado em permanente estado de tensão belicosa.

Imagem 7 – **Bolsonaro reage ao ser perguntado sobre o aumento do número de mortes por COVID-19.**



Fonte: Portal G1 (2020)

Como dito na seção anterior, o Estado suicidário brasileiro se baseia na lógica de produção/consumo inerente ao modelo político-econômico neoliberal. Em suma, se ampara na essência de "capitalismo versus escravidão", no qual a morte [da mão-de-obra] é reduzida a um efeito colateral do funcionamento do sistema e da economia (SAFATLE, 2020). Dessa forma, a lógica colonial se mantém, porém agora aplicada a toda a população: os "senhores de engenho" contemporâneos, chancelados por medidas do governo que incluíam até a possibilidade de suspensão dos salários de deus empregados por até quatro meses, (PIRES, 2020), decidem quem são aqueles pelos quais vale a pena sofrer, e quem são os que não valem o esforço.

Para Junior Durski, dono da rede de restaurantes Madero, o Brasil não pode parar porque "cinco ou sete mil pessoas vão morrer" (PIRES, 2020). Alexandre Guerra, CEO da rede de Giraffas, questionou se "ao invés [do trabalhador] estar com medo de pegar esse vírus, deveria também estar com medo de perder o emprego" (ibid, 2020). O empresário Roberto Justus indagou "o que é morrer de 10 a 15 por cento dos mais velhos se comparado com o estrago na economia?" (ibid., 2020). Chega-se portanto a consagração final dessa lógica: o combate à COVID 19 não é prioridade, afinal o engenho não pode parar.

Jair Bolsonaro como agente do Estado suicidário

Foucault (1976), ao analisar técnicas de governos dos Estados modernos sobre seu corpo populacional, se utiliza do conceito de biopolítica. Nesta, "o biopoder é utilizado [pelo Estado] pela ênfase na proteção de vida, na regulação do corpo, na proteção de outras tecnologias. Os biopoderes se ocuparão então da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, dos costumes, etc., na medida em que essas se tornaram preocupações políticas." (FERNANDES; RESMINI, s.d.)

Desta forma, a biopolítica é uma forma de exercer poder sobre os seres humanos para torná-los corpos "dóceis e úteis", com o objetivo de fazer sua população existir e subsistir sob a tutela do Estado. Em outras palavras, a sociedade "abre mão" de parte de sua liberdade, dando ao Estado o controle sobre setores essenciais à vida, como saúde (controle de pandemias, gestão de sistemas universais de saúde), segurança, etc. Por sua vez o Estado tem o compromisso de manter sua população viva, tendo como objetivo final a preservação de uma sociedade capaz de operar seus sistemas econômico e sociais (FOUCAULT, 1976).

Mas, se o Estado detém o biopoder, ele detém também o direito sobre a vida e a morte de sua população (FOUCAULT, 1976). A pergunta a ser feita é: como o Estado julga quem vive e quem morre? Isto ocorre através do racismo (ibid., 1976). Neste ponto, o conceito de "raça", não se refere às classificações fisiológicas, como brancos, negros ou judeus . O racismo é utilizado como um mecanismo para gerar uma espécie de separação no domínio da vida, entre quem deve viver e quem deve morrer (ibid., 1976). Desta forma, corpos "indóceis e inúteis" são institucionalmente marginalizados.

Acerca do nazifascismo (e outros movimentos fascistas), Foucault (1976, p. 310) diz que "[na visão fascista] é preciso que se chegue a um ponto tal que a população inteira seja exposta à morte. Apenas essa exposição universal de toda a população à morte poderá efetivamente constituí-la como raça superior e regenerá-la definitivamente perante as raças que tiverem sido totalmente exterminadas ou que serão definitivamente sujeitas".

Fazendo um paralelo entre as falas do presidente Jair Bolsonaro frente à pandemia da COVID-19, como críticas ao isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias, percebe-se que, na visão deste, os "indóceis" e "inúteis" (idosos, pessoas com comorbidades, trabalhadores informais, moradores de comunidades de baixa renda, etc.) fazem parte dos corpos sociais que podem ser expostos à morte.

Imagem 8 – **Charge crítica às ações de Bolsonaro durante a pandemia da COVID-19**



Fonte: Portal Dom Total (2020)

Considerações finais

A saber, no dia 17 de maio de 2020, data do fechamento deste texto, o Brasil registrou 241.080 casos confirmados do novo coronavírus, e 16.118 mortes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Portanto, é evidente que a pandemia da COVID-19 escancarou o atual viés político do Estado suicidário brasileiro. Ao expor sua população aos riscos imensuráveis da doença, o Estado revela seu prazer libidinoso em flertar com sua própria destruição.

Reduzir a morte de milhares de cidadão à meros efeitos colaterais do funcionamento de um sistema econômico que não pode, em nenhuma hipótese, ter seu ritmo alterado é um ato que tem sido modus operandi do Estado brasileiro. Da mesma forma, ao contribuir para instaurar um ambiente de constante tensão política com os demais órgão que compõe o poder da República do Brasil, e estimular políticas anticientíficas em relação à pandemia da COVID-19, Jair Bolsonaro esboça um perigoso futuro para sua população.

Por fim é mister ressaltar: governos autoritários tendem a se enfraquecer conforme exaurem suas estruturas internas. E, a história tende a registrar, para o bem e mal, lições a serem aprendidas para o futuro. Quando a crise da pandemia da COVID-19 passar, o Brasil se encontrará com sérias questões sociais, políticas e econômicas a serem postas à luz dos fatos. Por hora, mesmo em meio à pandemia do novo coronavírus, há uma importante reflexão: Estados são transitórios, suas instituições e sua população permanecem.

Anexo A: "Apesar de você" - Chico Buarque (1970)

Hoje é você quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu
Você que inventou esse Estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme eu foria
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar

Água nova brotando
E a gente se amando
Sem parar
Quando chegar o momento
Esse meu sofrimento
Vou cobrar com juros, juro
Todo amor reprimido
Esse grito contudo
Esse samba no escuro
Você que inventou a tristeza
Ora, tenha a fineza
De desinventar
Você vai pagar é é dobrado
Cada lágrima rolada
Nesse meu penar
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Inda pago pra ver
Qual você não queria
Você vai se amargar

Vendo esse dia raiar
Sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir
Que esse dia há de vir
Antes do que você pensa
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia
Como vai se explicar
Vendo o céu clarear
De repente, impunemente
Como vai abafar
Nosso coro a cantar
Na sua frente
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai se dar mal
Etc. e tal

Referências

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, instrumento de poder.** Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975

BUARQUE, Chico. **Apesar de Você.** São Paulo: Phonogram; PolyGram; Philips, 1970. Compacto simples (3:55min).

DELEUZE, G. ; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia,** vol. 3. Trad. Aurélio Guerra Neto et al. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DomTotal. Mortes por coronavírus. **DomTotal.** 24 abr 2020. [s.n], 2020. Disponível em: https://domtotal.com/charge/2918/2020/04/mortes-por-coronavirus/. Acesso em 29 abr 2020.

EL PAÍS. "O presidente queria alguém [na PF] a quem pudesse ligar, colher informações": as principais frases de Moro. **EL PAÍS.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-24/o-presidente-queria-alguem-na-pf-a-quem-pudesse-ligar-colher-informacoes-as-principais-frases-de-moro.html. Acesso em 29 abr 2020.

FERNANDES, Daniel. RESMINI, Gabriela. **Biopolítica.** Disponível em: http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/biopolitica.html. Acesso em 29 abr 2020.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Colllège de France** (1976). Trad. Maria Eermantina, 2005.

G1, Globo. 'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'. **G1.** Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml. Acesso em 29 abr 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Painel Coronavírus. **Ministério da Saúde.** Disponível em: https://COVID.saude.gov.br/. Acesso em 08 mai 2020.

PIRES, Carol. A maior tragédia do coronavírus pode ser nas favelas brasileiras. **The New York Times.** 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/pt/2020/03/31/espanol/opinion/a-maior-tragedia-do-coronavirus-pode-ser-nas-favelas-brasileiras.html. Acesso em 29 abr 2020.

SAFATLE, V. **Bem-vindo ao Estado suicidário**. N-1 edições. Disponível em: https://n-1edicoes.org/004. Acesso em 29 abr 2020.

THE ECONOMIST. Jair Bolsonaro isolates himself, in the wrong way. **The Economist.** 2020. Disponível em: https://www.economist.com/the-americas/2020/04/11/jair-bolsonaro-isolates-himself-in-the-wrong-way. Acesso em: 29 abr 2020.

VIRILIO, P. **El Estado suicida**. In:_____. La inseguridad del territorio. Tradução Thierry Jean-Eric Iplicjian e Jorge Manuel Casas. Buenos Aires: La Marca, 1993.

VIRILIO, P. ; LOTRINGER, S. **Guerra pura: a militarização do cotidiano**. Trad. Elza Miné e Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

World Health Organization. Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report – 94. **World Health Organzation** [s.n], 2020. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200423-sitrep-94-COVID-19.pdf?sfvrsn=b8304bf0_4. Acesso em 29 abr 2020.

O monitoramento digital na pandemia:

como conciliar o direito à privacidade com a proteção da saúde coletiva?

João Pires Mattar

Medidas de restrição de circulação de pessoas e monitoramento da população são as principais ferramentas utilizadas pelas autoridades para controlar a transmissão do novo coronavírus. Já é possível ver o resultado em países que foram os primeiros a serem afetados pela pandemia e, por conseguinte, os primeiros a elaborar mecanismos para retomada gradual da normalidade, sendo incontestável a sua eficácia. Contudo, tais medidas tensionam a relação entre proteção da saúde pública e a garantia dos direitos e liberdades individuais. Até a ampla difusão da vacina contra a COVID-19, este será um debate corrente. Ponto chave desta controvérsia é o receio que mecanismos e leis criadas para o enfrentamento da pandemia perdurem mesmo quando já não houver riscos à saúde pública. Este texto irá abordar, em especial, a complicada harmonização entre a rastreamento digital de contatos e o direito à privacidade..

Entre as recomendações de epidemiologistas e autoridades sanitárias para retomada segura da atividade econômica está o contact tracing (SANCHE et al, 2020), isto é, mapeamento e identificação de pessoas que possam ter sido expostas ao vírus, a fim de isolá-las e impedir uma contaminação em sequência. A Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta que esta foi uma das medidas que tornou possível controlar o surto de ebola na África ocidental, entre 2013 e 2016 (WHO, 2014). Mas no caso do ebola, foi feito manualmente – uma vez diagnosticada, o infectado informa uma lista de pessoas com quem ele teve algum contato, e as autoridades, por sua vez, as contactam, testam e monitoram seus sintomas. Evidentemente, é impossível replicar para o caso do novo coronavírus, e o método está sujeito a falhas: como se reportaria cada pessoa que esteve próximo ao ir a um supermercado?

Logo, para realizar o *contact tracing* na atual conjuntura , os países estão empregando recursos digitais. A China foi o primeiro país a lançar um sistema de monitoramento em massa. O aplicativo "Alipay Health Code" gera um código que indica seu estado de saúde: verde (permite a circulação irrestrita), amarelo (sujeito a isolamento) e vermelho (quarentena obrigatória de 14 dias). Considerado o mais eficiente do ponto de vista sanitário, é também o menos transparente, pois o governo chinês não detalha quais informações e critérios são utilizados para atribuir as cores (GUROVITZ, 2020). O cidadão chinês é obrigado a apresentar o código constantemente, seja para usar o transporte público, seja para entrar em condomínios residenciais. Não surpreende que o aplicativo compartilhe os dados com a polícia (KROLIK; MOZUR; ZHONG, 2020), alimentando o já robusto sistema de vigilância chinês.

Já o modelo de *contact tracing* de Singapura tem se tornado uma referência no mundo — e difere do sistema chinês substancialmente. O governo lançou um site oficial exclusivo para detalhar o funcionamento de seu aplicativo "TraceTogether", apresentando uma série de garantias à privacidade. Primeiro, a instalação do aplicativo é voluntária e o consentimento pode ser revogado a qualquer momento. O software tampouco utiliza dados de localização, usando apenas o Bluetooth para detectar que um dispositivo com o app instalado se aproximou de outro (logo, não registra onde foi o encontro). Os dados são armazenados somente no aparelho, em outras palavras, não são compartilhados com o governo. Somente quando o usuário for diagnosticado com COVID-19 que lhe é solicitado a exportação desses dados para identificar outros usuários do TraceTogether que estiveram próximo a ele nos últimos dias (Government Technology Agency of Singapora, 2020a). A Austrália também lançou, no dia 26 de abril, seu próprio aplicativo — o "COVIDSafe" — com um sistema muito semelhante ao de Singapura. (Department of Health of the Australian Government, 2020).

O historiador israelense Yuval Harari, em artigo publicado na Financial Times, apresenta a questão entre saúde pública e privacidade pessoal em duas "escolhas" opostas: vigilância totalitária ou empoderamento do cidadão. Enquanto a primeira se sustenta em medidas coercitivas e vigilância centralizada, a segunda baseia-se em confiança das pessoas nas autoridades públicas, para criar uma população "auto-motivada e bem informada", disposta a monitorar a si mesma e contribuir voluntariamente com as autoridades.

As colocações do autor contribuem para o debate, mas são reducionistas. De fato, o modelo de Singapura trilha o caminho cujo Harari chama de “empoderamento do cidadão”. O nome do aplicativo (“rastrear juntos”) e o seu funcionamento estão fundamentados na colaboração voluntária, e o site, bem informativo e de fácil compreensão, busca convencer a população a baixar o aplicativo (“Proteja você mesmo, Proteja nossos entes queridos, Proteja nossa comunidade”). Mas nem tudo são flores: o aplicativo identifica seu usuário pelo número de telefone, e o governo poderia rastrear a movimentação de cada usuário do Trace Together simplesmente colocando receptores de Bluetooth espalhados pela cidade (CHO; IPPOLITO; YU, 2020).

O caso impulsionou o desenvolvimento de um sistema de vigilância digital capaz de assegurar que os pacientes diagnosticados cumpram o isolamento. Para isso, utiliza, dentre outros, dados de cartão de crédito, localização por GPS e até mesmo reconhecimento facial das câmeras de segurança, sendo tão efetivo quanto invasivo (SANTIRSO, 2020). Yuval Harari, que cita a própria Coréia do Sul como país que deve sucesso a cooperação da população, se esquece de mencionar o sistema de vigilância draconiano e a quarentena compulsória. Para além disso, o caso da paciente 31 alerta para o dano que uma única pessoa é capaz de fazer ao não cooperar, mesmo em uma sociedade bem disciplinada e disposta a seguir as orientações.

Países ocidentais buscam lançar seus próprios aplicativos, e a tendência é que utilizem algo semelhante ao modelo de Singapura, que utiliza o Bluetooth ao invés de localização por GPS (THOMPSON, 2020). No momento de escrita desta análise, França, Alemanha e Grã-Bretanha se encontram em um impasse com Google e Apple: enquanto os países pressionam por uma flexibilização das políticas de privacidade, as empresas resistem. Diferente de Singapura, a intenção é que os dados pessoais sejam armazenados em um servidor central. Dessa forma, quando for feito o diagnóstico de alguém, o governo não dependerá, necessariamente, da permissão do usuário para notificar outras pessoas, pois estes dados já estariam com o Estado. Outro ponto é sobre o funcionamento do aplicativo em *background* (funcionamento "invisível"), não permitido pela Apple (REUTERS, 2020). Ambos foram apontados por Singapura como limitações do seu aplicativo TraceTogether (Government Technology Agency of Singapore, 2020b), o que expõe, novamente, dilema entre saúde coletiva e direito à privacidade.

Diante do bloqueio econômico e as mortes causadas pelo vírus, muitos afirmam que a privacidade é um preço pequeno a se pagar. Programas de vigilância ganham maior aceitabilidade na opinião pública, e debates que em circunstâncias normais se estenderiam por meses, são precipitados em face do estado de emergência. Deve-se considerar que, uma vez que o Estado adquira esse poder, dificilmente irá abdicar dele. Incorremos no risco de normalizar um estado de vigilância abusivo e torná-lo permanente

O filósofo italiano Giorgio Agamben, no livro "Estado de Exceção" publicado há quase vinte anos, chamava atenção para a transformação de medidas provisórias e excepcionais em técnicas de governo, em outras palavras, a exceção tornando-se regra. A crise do coronavírus indiscutivelmente coloca a sociedade diante da necessidade de monitorar infectados. O que Agamben alerta, é que "a necessidade, longe de apresentar-se como um dado objetivo, implica claramente um juízo subjetivo e que necessárias e excepcionais são [...] apenas aquelas circunstâncias que são declaradas como tais" (AGAMBEN, 2004, p. 46). Para fazer o *contact tracing* digital, por exemplo, há uma variedade de modelos, que possuem graus de violabilidade de nossa privacidade maiores e menores, assim como identificam riscos de contaminação de forma mais ou menos efetiva. Os epidemiologistas nos apresentam uma informação concreta: do ponto de vista sanitário, quanto mais monitoramento, melhor. Como conciliar isto com a proteção a nossa privacidade, isto está a cargo da sociedade avaliar e debater.

O Brasil se encontra em uma situação delicada em virtude do adiamento da Lei Geral de Proteção dos Dados (LGDP), que deveria entrar em vigor em agosto próximo. A Agência Nacional de Proteção de Dados, órgão previsto para regulamentação e fiscalização da lei, tampouco foi implementada, sendo essa uma das justificativas para ampliação do prazo da LGPD. Se houver um mínimo de comprometimento do governo federal em conter a pandemia, medidas de contact tracing serão elaboradas. Contudo, o tratamento de dados sem uma legislação própria que o regula coloca os cidadãos em posição muito vulnerável, o que torna ainda mais indispensável o debate sobre o tema no Brasil.

A questão entre direitos individuais e proteção da saúde pública não se trata de uma dicotomia, em que se escolhe um ou outro, mas tampouco significa que harmonizá-los é uma tarefa simples, como busquei expor neste texto. Nesse sentido, gostaria de concluir apresentando algumas orientações, ponderações e princípios que devem ser considerados ao elaborar políticas públicas de monitoramento digital. Os pontos a seguir foram sintetizados a partir de textos e documentos escritos por jornalistas (BIDDLE, 2020. GUROVITZ, 2020), *think tanks* (Laboratório de Políticas Públicas e Internet, 2020), acadêmicos (CHO; IPPOLITO; YU, 2020. ABELER, BÄCKER; BUERMEYER, 2020), instituições (Banco Interamericano de Desarollo, 2020) e, por fim, pela declaração conjunta assinada por uma centena de organizações da sociedade civil (Rede Intervozes, *Civil Liberties Union for Europe, Human Rights Watch*, Access Now, dentre outras). Entre eles há o consenso de que é possível proteger a saúde coletiva enquanto são respeitados os direitos individuais, desde que se atente-se aos pontos abaixo:

1. Qualquer programa deve ter um objetivo claro e bem delimitado, para que a coleta de dados seja proporcional e a mínima possível para atingir esta meta;

2. As autoridades de saúde devem ser aquelas responsável pela definição e condução da coleta de dados;

3. Os dados devem ser usados com fim exclusivamente sanitário, ou seja, não podem ser utilizados por outras agências do governo mesmo que apresentem utilidade, seja para prender um criminoso, deportar um imigrante irregular ou cobrar sonegadores de impostos;

4. Os códigos do software devem ser públicos e auditáveis por técnicos e membros da sociedade civil;

5. Qualquer programa/ferramenta deve estar limitado a uma data de validade rigorosa;

6. A anonimização deve ser a maior possível e recursos computacionais e protocolos de criptografia devem ser empregados;

7. Por fim, deve-se considerar que programas de monitoramento digital excluem populações sem acesso a tecnologia, e a saúde de grupos marginalizados deve ser contemplada por outras políticas.

Referências

ABELER, Johannes; BÄCKER, Matthias; BUERMEYER, Ulf. Corona-Tracking & Datenschutz: kein notwendiger Widerspruch. **NETZPOLITIK.ORG.** Disponível em: https://netzpolitik.org/2020/corona-tracking-datenschutz-kein-notwendiger-widerspruch. Acesso em: 01 de mai. de 2020.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção.** 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2004.

Banco Interamericano de Desarrollo. **¿Es la privacidad de los datos el precio que debemos pagar para sobrevivir a una pandemia?** Documento para discussión n. IDB-DP-00764, abr. de 2020. Disponível em: https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Es_la_privacidad_de_los_datos_el_precio_que_debemos_pagar_para_sobrevivir_a_una_pandemia.pdf. Acesso em: 01 de mai. de 2020.

BIDDLE, Sam. Privacy experts say responsible coronavirus surveillance is possible. **The Intercept,** 2 de abr. de 2020. Disponível em: https://theintercept.com/2020/04/02/coronavirus-COVID-19-surveillance-privacy/. Acesso em: 01 de maio de 2020.

CHO, Hyunghoon; IPPOLITO, Daphne; YU, Yu William. **Contact Tracing Mobile Apps for COVID-19: Privacy Considerations and Related Trade-offs.** 30 de mar. de 2020. Disponível em: https://arxiv.org/pdf/2003.11511.pdf**.** Acesso em: 01 de mai. de 2020.

Department of Health of the Australian Government. **COVIDSafe app**, Camberra, 29 de abr. de 2020. Disponível em: https://www.health.gov.au/resources/apps-and-tools/COVIDsafe-app#resources-COVIDsafe-app. Acesso em: 29 de abr. de 2020.

Government Technology Agency of Singapora. **TraceTogether Privacy Safeguards**, 2020a. Disponível em: https://www.tracetogether.gov.sg/. Acesso em: 28 de abr. de 2020.

Government Technology Agency of Singapore. **BlueTrace: A privacy-preserving protocol for community-driven contact tracing across borders,** 2020b. Disponível em: https://bluetrace.io/static/bluetrace_whitepaper-938063656596c104632def383eb33b3c.pdf. Acesso em: 29 de mar. de 2020.

GUROVITZ, Helio. É possível rastrear sem invadir. **G1,** 13 de abr.. de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/2020/04/13/e-possivel-rastrear-sem-invadir.ghtml. Acesso em: 29 de abr. de 2020.

HARARI, Yuval Noah. Yuval Noah Harari: the world after coronavirus. **Financial Times,** Londres, 20 de mar. de 2020. Disponível em: https://www.ft.com/content/19d90308-6858-11ea-a3c9-1fe6fedcca75. Acesso em: 28 de abr. de 2020.

HERNANDEZ M.; SCARR S.; SHARMA M. The Korean clusters: How coronavirus cases exploded in South Korean churches and hospitals. **Reuters,** Londres, 20 de mar. de 2020. Disponível em: https://graphics.reuters.com/CHINA-HEALTH-SOUTHKOREA-CLUSTERS/0100B5G33SB/index.html. Acesso em: 29 de abr. de 2020.

Joint civil society statement: States use of digital surveillance technologies to fight pandemic must respect human rights. 02 de abr. de 2020. Disponível em: https://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Documento_vigil%C3%A2ncia.pdf. Acesso em: 01 de maio de 2020.

KROLIK, Aaron; MOZUR, Paul; ZHONG, Raymond. In Coronavirus Fight, China Gives Citizens a Color Code, With Red Flags. New York Times, Hangzhou, 1 de mar. de 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/03/01/business/china-coronavirus-surveillance.html. Acesso em: 28 de abr. de 2020.

Laboratório de Políticas Públicas e Internet. Relatório LGPD em tempos de COVID-19: balanço do webinário realizado com especialistas em proteção de dados pessoais. Abr. de 2020. Disponível em: https://9977a902-e455-46d9-8a7b-0ac71f155f93.filesusr.com/ugd/77388c_920893a510034484bab422ee3c889384.pdf. Acesso em: 01 de maio de 2020.

Laboratório de Políticas Públicas e Internet. Relatório Vigilância Digital contra COVID-19: um mal necessário? Abr. de 2020. Disponível em: https://9977a902-e455-46d9-8a7b-0ac71f155f93.filesusr.com/ugd/77388c_f164b66b78d94c769b8d749547c7d00e.pdf. Acesso em: 01 de maio de 2020.

REUTERS. France, Germany in standoff with Silicon Valley on contact tracing, Londres, 24 de abr. de 2020. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-europe-tech/france-germany-in-standoff-with-silicon-valley-on-contact-tracing-idUSKCN2262LM. Acesso em: 29 de abr. de 2020.

SANCHE S, et. al.. High contagiousness and rapid spread of severe acute respiratory syndrome coronavirus 2. Journal of the Centers for Disease Control and Prevention, V. 26, No. 7, Jul. 2020.

SANTIRSO, Jaime. Coreia do Sul: contra o coronavírus, tecnologia. El País, Pequim, 15 de mar. de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-15/coreia-do-sul-contra-o-coronavirus-tecnologia.html>. Acesso em: 28 de abr. de 2020.

THOMPSON, Derek. The Technology That Could Free America From Quarantine. The Atlantic, 07 de abr. de 2020. Disponível em: https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2020/04/contact-tracing-could-free-america-from-its-quarantine-nightmare/609577/. Acesso em: 29 de abr. de 2020.

World Health Organization. Contact Tracing During an Outbreak of Ebola Virus Disease. Brazzaville, WHO Regional Office for Africa, set. 2014. Disponível em: https://www.who.int/csr/resources/publications/ebola/contact-tracing-during-outbreak-of-ebola.pdf. Acesso em: 29 de abr. de 2020.

O paradoxo nacionalista em tempos de pandemia

Daniel Cunha Rego

Tempos excepcionais, como o que vivemos, tornam mais explícitas as contradições às quais nos acostumamos apenas por virtude de sua persistência. A mais recente fase da modernidade tardia, desde a queda do socialismo real, traz em si uma contradição que, repetida e aplicada à exaustão, foi promovida ao campo da normalidade institucional e, pior ainda, ganhou status de verdade científica: a expansão da globalização sob a égide do credo neoliberal.

Historicamente, os sistemas econômicos tendem a ser conectados à visão de mundo e às crenças morais em voga e o primeiro sistema a não fazê-lo foi o capitalismo (POLANYI, 2013). O conceito de "alienação" é frequentemente interpretado apenas em termos da posse material dos meios de produção, mas possui uma esfera imaterial tão importante quanto: a alienação da sociedade e seus costumes da esfera econômica, separados agora pelas 'leis do mercado' descobertas por Smith. Polanyi (2013) nos mostra que, em menor ou maior grau, o *laissez-faire* foi sendo pragmaticamente limitado pelos Estados. John Ruggie (1982), por exemplo, mostra como o chamado "liberalismo embutido" (*embedded liberalism*) permitiu à estabilidade do Ocidente no pós-guerra o politizar a economia, trazendo para a esfera da discussão econômica preocupações sociais o que, em última instância, dava alguma legitimidade a essa esfera.

Entretanto, a partir de Tatcher e Regan, esse 'pacto' entre economia e política intermediado pelo Estado social começou a declinar. Pouco depois, o "fim da história" proclamado em 1991 após o triunfo definitivo do neoliberalismo na Guerra Fria pareceu finalmente superar a lacuna entre o passado e o futuro e deslocar o ser humano da temporalidade, restringindo seu campo de ação à mera repetição de padrões de atividade econômicas que conduziriam invariavelmente à prosperidade universal, já que nenhum dos antigos três mundos poderia mais esconder-se atrás de uma cortina de ferro. Esse homem ocidental a-histórico seria o *télos* da modernização neoliberal e, seu imperativo, a aniquilação da temporalidade por onde passasse, levando pacificamente todo o mundo à um estado de suspensão da política e da filosofia, tornadas irrelevantes pelo funcionamento autônomo e informatizado do mercado.

As contradições permeiam a modernidade e deixam resquícios

A modernidade está acostumada a contradições; poder-se-ia argumentar que elas são seu fundamento e o que permitem o sempiterno movimento a que ela se propõe (BAUMAN, 2010). Uma notável contradição, apontada por Jürgen Habermas, é o Estado-nação constitucional. Ele tem suas raízes na imediata era absolutista pré-moderna (modernidade aqui no sentido intelectual, não propriamente histórico) e deriva da necessidade da contenção pelo direito de uma estrutura cujo fundamento era a soberania total do Monarca (HABERMAS, 1998).

Diversas acomodações conceituais foram executadas para encaixar no conceito de Estado de Direito o Estado-nação. O conceito de soberania foi deslocado da figura do monarca para a abstração do povo (que, apesar de formalmente ser o detentor da soberania, não a exerce, e nem dispõe de meios para exercê-la, diretamente) e para a Constituição. Porém a associação entre "povo" e "nação" permaneceu e, junto com ela, a noção de identidade baseada não em um conjunto de princípios e valores cívicos compartilhados, mas na falsificação de uma tradição ou de uma história compartilhada. A ideia de uma "nação espiritual", unida pela lealdade ao Soberano, se misturou com a de cidadãos-legisladores que se associam para desfrutar da liberdade e da vida comum (HABERMAS, 2014).

A forma jurídica do Estado-constitucional, cujas leis são universais (isto é, para todo ser-humano), é a princípio incompatível com a do Estado-nação, que se enxerga como uma família muito alargada, e não como uma comunidade de cidadãos livres (HABERMAS, 1998; HUNT, 2009). Essa contradição é uma das raízes de diversos nacionalismos e populismos que hoje se proliferam buscando, em vão, resgatar a 'origem transcendente' da nação, que nunca existiu (ANDRERSON, 2008). O conceito mais caro ao Estado-constitucional, a democracia, é irrelevante (se não prejudicial) ao Estado-nação, que se rege pela expansão da lógica a-política da dominação familiar do patriarca, homem privado soberano sobre a sua casa, filhos, mulheres e escravos (ARENDT, 2013).

Essa contradição foi evidenciada no pós II Guerra, especialmente depois do desmoronamento dos impérios coloniais (BONNICI, 2011). Subitamente, as "nações" europeias se viram obrigadas a alargar seu conceito de povo para incluir ex-membros das periferias do Império, evidentemente não sem resistências internas, uma inclusão apenas possível pela lógica constitucional do Outro como sujeito-de-direito, cidadão, e pela forma jurídica e política (não espiritual, imemorial ou fraternal) de minha relação com esse outro (BAUMAN, 2006).

A pandemia é o evento a explicitar a contradição da modernização neoliberal?

Após o "fim da história", a globalização parecia uma realidade não apenas benéfica, mas sobretudo inexorável. Era questão de tempo até que as últimas *terrae nullius* para o capitalismo global fossem arrancadas de seu tempo (sempre o passado) e levadas ao estado de suspensão temporal no qual o Ocidente se encontrava. Nessa globalização, capitaneada pela flâmula do neoliberalismo econômico, faltava o elemento político. Enquanto a cadeia de fornecimento global e a mundialização dos processos industriais e financeiros se aprofundavam, a integração política sobre a égide das Nações Unidas movia-se a passos lentos. Mesmo o sistema multilateral, uma conquista importante sobretudo dos países em desenvolvimento no século XX, vem sendo recentemente questionado e esvaziado pelos Estados Unidos, seu maior patrocinador durante o século passado e que agora age por meio do chavão "*America First*".

Nesse sentido, a Pandemia é um evento-síntese que explicita essa contradição da globalização neoliberal: o desmoronamento das cadeias globais de produção e o subsequente retorno ao nacionalismo econômico e ao protecionismo evidenciam a impossibilidade da globalização despolitizada. O paradoxo aqui é que um problema essencialmente global está sendo atacado com recursos Estatais precisamente porque a globalização econômica (que se desestrutura ao menor sinal de perigo) não está ancorada em uma estrutura política que permita uma governança global democrática.

A solidariedade, princípio fundamental neste momento, não pode ser cultivada apenas com laços econômicos de interesse, mas com relações comunicativas, políticas e jurídicas significativas entre sujeitos-de-direito que, em liberdade, deliberam sobre a vida comum no mundo humano. Essa deliberação é mediada tanto pelo direito, que garante um lugar-comum de partida, quanto pela ação comunicativa, que assegura o respeito à ética do discurso.

A pandemia, a *Cosmópolis* e o destino comum

Cosmo é o substantivo grego que designa ordem, legalidade, beleza. *Cosmópolis* não designa necessariamente uma república planetária, mas um conjunto de práticas democráticas de entendimento e de cooperação. A pandemia é uma das trágicas oportunidades que a história fornece ao ser-humano para repensar os limites de sua organização social a partir da compreensão de seu destino comum (EL-ZOMOR; YACOUB, 2020)

O recrudescimento a nacionalismos e protecionismos (guiados pelo medo e não pela ousadia de criar algo novo, capacidade distintamente humana) se deve muito a contradições históricas não resolvidas, como a citada entre o Estado-nação e o Estado-constitucional. Enquanto a nação, comunidade imaginada, for o sujeito que legitima a soberania Estatal, as Relações Internacionais continuarão a ser guiadas pelo paradigma hobbesiano da guerra de todos contra todos e marcadas pela fragmentação e periódico recrudescimento dos particularismos. É preciso que a modernidade tardia assuma o 'salto constitucional' e o leve ao nível global.

A *Cosmópolis* é o reconhecimento de todo indivíduo como titular de direitos não por sua condição de súdito ou cidadão de determinado Estado, mas por sua condição humana de animal político, capaz de realizar atos e de proferir discursos. Isso não equivale a um Estado global, mas à transformação do direito internacional/direito das gentes em um direito cosmopolita, assentado em bases político-deliberativas, não nacional-soberanistas. A anarquia seria superada por um sistema constitucional de garantia dos direitos fundamentais.

O novo século já nos apresenta desafios sem precedentes e evidencia o esgotamento dos modelos econômicos e das formas jurídico-políticas que, em tempos passados, até poderiam ter proporcionado algum nível de segurança e estabilidade no contexto de um mundo mais fragmentado e distante. Agora, os desafios que a história nos apresenta são cada vez mais universais, e particularismos são incapazes de solucioná-los.

A globalização neoliberal, despolitizada, não trouxe solução para a pandemia, ao contrário, escancarou sua própria fragilidade e sua contradição ao permitir o rápido regresso aos nacionalismos quando há na pauta questões mais urgentes que o comércio. Rapidamente, a maior potência global recorreu a táticas tão antiquadas como a "pirataria moderna" (BBC, 2020) e ao esvaziamento do multilateralismo na solução dos problemas globais (PINTO, 2020). Ao contrário de cooperar, dialogar e deliberar, as duas maiores potências preferiram recorrer à guerra de narrativas e de desinformação, colocando o interesse nacional e a razão de Estado acima dos interesses da humanidade (GIELOW, 2020).

Grandes crises, como a que vivemos, podem não mudar a história *per se*, mas têm um enorme potencial de acelerá-la e uma fecundidade que permite que homens e mulheres ousem, pela ação, criar coisas novas. Apesar do recrudescimento dos nacionalismos e particularismos que assistimos no momento, é preciso lembrar, como enfatizaram os professores Mohamed El-Zomor e Amin Yacoub, que "a formação das Nações Unidas e da União Europeia no pós-II Guerra são exemplos concretos de que o *destino comum* tende a unir países que passaram conjuntamente por uma catástrofe global" (EL-ZOMOR; YACOUB, 2020).

Agir não é fácil. Arendt (2013) nos lembra que, de todas as atividades humanas, a ação é a mais imprevisível. Ao mesmo tempo, é a única que permite mudar o mundo, começar coisas novas. Requer, entretanto, a superação do medo das consequências pela coragem que permite, pela esperança, renovar os assuntos humanos. Essa foi também a conclusão de Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa, perseguindo seu arqui inimigo Hermógenes nos sertões dos Gerais: "O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem".

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo: Forense Universitária, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. Europa: **Uma aventura inacabada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CORONAVÍRUS: EUA são acusados de 'pirataria' e 'desvio' de equipamentos que iriam para Alemanha, França e Brasil. **BBC**, 4 abr. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52166245. Acesso em 7 mai. 2020.

BONNICI, Thomas. Literatura negra e seu contexto britânico. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 3, n. 6, 2011.

EL-ZOMOR, Mohamed S.; YACOUB, Amin R.. The paradoxical effect of COVID-19 on globalisation. **OxPol**, 27 abr. 2020. Disponível em: https://blog.politics.ox.ac.uk/the-paradoxical-effect-of-COVID-19-on-globalization/. Acesso em 7 mai. 2020.

GIELOW, Igor. Origem do coronavírus volta ao centro da guerra fria entre EUA e China. **Folha de São Paulo**, 16 abr. 2020. Disponível em https://folha.com/051u4i92. Acesso em 8 mai. 2020.

HABERMAS, Jürgen. The European nation-state: On the past and future of sovereignty and citizenship. **Public culture**, v. 10, p. 397-416, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: Uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PINTO, Ana Estela de Sousa. OMS lamenta decisão de Trump e diz que divisão só favorece transmissão do vírus. **Folha de São Paulo**, 15 abr. 2020. Disponível em: https://folha.com/v529btxs. Acesso em 8 mai. 2020.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Lisboa: Edições 70, 2013.

RUGGIE, John Gerard. International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order. **International organization**, v. 36, n. 2, p. 379-415, 1982.

OMS:
da varíola ao coronavírus

Henrique Motta

Leste da Nigéria, dezembro de 1969. A mensagem chegou praticamente como um chiado através do rádio. As notícias relatavam um surto de varíola em uma vila remota do país. Missionários haviam criado uma rede de sinais de rádio por toda a região de Ogoja, onde trabalhavam na campanha nacional de erradicação da doença. Todos os dias, as 7 da manhã, acordavam para conferir relatórios de diferentes localidades. Naquele dia, notícias nada animadoras chegaram, e o Dr. William Foege, médico da Organização Mundial da Saúde, partiu para a vila em questão durante a tarde. Ao chegar, uma multidão cercou seu carro. Foege desceu, falou com o chefe da vila e começou seu trabalho. Em algumas horas, atestou que a doença em questão era mesmo a varíola. Após desenhar um mapa preciso do surto, o médico e sua equipe vacinaram os que ainda não haviam sido infectados. Contudo, o trabalho ainda estava longe de ser finalizado. O estadunidense logo percebeu que habitantes da região viviam do comércio feito em determinados mercados que serviam várias cidades. Portanto, viajantes, sem se saberem infectados, poderiam espalhar a doença. Logo mobilizou sua equipe e, usando seus recursos limitados, vacinou pessoas em tais rotas buscando criar anéis de imunidade que impediriam a transmissão do vírus. Depois de uma semana, a resposta de Fodge e sua equipe ao surto havia sido finalizada. Tudo que podiam fazer agora era sentar e esperar. (OMS, 2011).

O relato em questão é parte da iniciativa global conduzida pela Organização Mundial da Saúde para combater a Varíola. Em 1959, quando o projeto começou, 2 milhões de pessoas morriam anualmente por conta da doença (OMS, 1959). 20 anos depois, em 1979, a OMS anunciava que a Varíola havia sido completamente erradicada, sendo o primeiro feito do tipo na história humana (OMS, 2011).

Em 1953, a possibilidade de erradicação da doença ainda estava sendo discutida, e muitos países a viam com desconfiança dado o tamanho do desafio (OMS, 2014). No entanto, Victor Zhdanov, um epidemiologista soviético, via as coisas de forma diferente. O russo havia participado da bem-sucedida campanha de erradicação da doença em seu país, e imaginava que tal sucesso poderia ser replicado em escala global. No fim das contas, Zhdanov tinha razão. Após duas décadas com muitos problemas e desafios enfrentados, a iniciativa atingiu seu objetivo.

Na conjuntura atual, o mundo enfrenta mais uma pandemia e a OMS tem diante de si mais um desafio epidemiológico. No entanto, a Organização, em meio ao caos instaurado pelo vírus SARS-COV-2, tem sua eficiência e autoridade científica questionadas por atores políticos importantes. No dia 14 de abril, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou que cortaria as contribuições financeiras do país à agência. O mandatário estadunidense defende que organização agiu de forma branda com relação à falta de transparência chinesa no início da pandemia (McNEILL; PEÑA, 2020).

No Brasil, Jair Bolsonaro, publicou uma suposta cartilha elaborada pela organização contendo instruções sobre masturbação infantil, seguida pela seguinte mensagem: “Essa é a OMS que muitos dizem que devo seguir no caso do coronavírus. Deveríamos então seguir também suas diretrizes para políticas educacionais?” (MARTINS, 2020). No entanto, embora tais líderes critiquem a Organização, não há como vislumbrar uma solução rápida e eficiente para o problema sem a participação da OMS. O objetivo desta análise é expor argumentos que comprovem tal afirmação, expondo a importância histórica da organização e como sua estrutura e atuação são fundamentais no combate ao coronavírus, discutindo obstáculos e levantando questionamentos sobre a atuação da organização internacional neste cenário.

Um dos maiores desafios ao combate à COVID-19 é a transnacionalidade da pandemia. Fronteiras são apenas barreiras políticas ilusórias frente ao vírus. Transmissão entre a países ocorre a todo momento (OMS, 2020). Portanto, a situação em uma determinada nação não se normalizará enquanto resultados efetivos em um número considerável de países não forem atingidos. Uma leva de turistas estrangeiros, por exemplo, poderia trazer consigo o retorno do vírus (AL JAZEERA, 2020). Além disso, o caráter altamente globalizado da economia mundial praticamente impede que um determinado estado retome seu crescimento de forma isolada. Mesmo, por exemplo, que a China tenha conseguido controlar seu número de casos, enquanto a situação internacional for de calamidade, sua economia dificilmente irá retomar seu ritmo prévio. O mercado consumidor de países compradores de produtos chineses, como o Brasil, possivelmente continuará com lojas fechadas, prejudicando a produção industrial da nação asiática. Desta forma, a normalidade não virá isoladamente, mas sim através de uma resposta internacional coordenada ao vírus (ONU, 2020).

Como demonstra a experiência da erradicação da varíola, a OMS pode ser um agente eficiente para driblar o problema da transnacionalidade. Elementos propostos pela Organização foram fundamentais para criar uma resposta em escala mundial à varíola. Treinamentos, cursos e materiais foram disponibilizados para pessoas originárias das comunidades onde o vírus era endêmico (OMS, 2011). Isto possibilitou o mapeamento das infecções e uma vacinação mais efetiva, evitando que o vírus se espalhasse por regiões como Oguja e voltasse a atravessar fronteiras.

A Organização também foi um importante palco para que a cooperação internacional se desenvolvesse. Adversários geopolíticos, como os EUA e URSS, tiveram cientistas trabalhando em conjunto, compartilhando e compilando informações sobre a varíola. Além disso, discussões abrangentes tiveram lugar nas assembleias promovidas pela organização. De lá, propostas práticas de ações coordenadas, como a elaboração de novos métodos de conservação da vacina, ganharam corpo para tornarem-se realidade. (OMS, 2011)

Seu alcance também foi fundamental para o sucesso da iniciativa. São 192 os países membros da Organização (OMS, 2020). Portanto, nações com diversos problemas institucionais, financeiros e sociais tiveram acesso às suas iniciativas. Em 1965, por exemplo, Lyndon Johnson, então presidente estadunidense, anunciou que apoiaria iniciativas da OMS para erradicar a doença em 20 países da África Subsaariana, um esforço de grandes proporções que se mostraria efetivo (OMS, 2011).

Em linhas gerais, a cooperação internacional sobre aspectos técnicos, o compartilhamento de informações, produção de novas tecnologias, distribuição de materiais e eventualmente de vacinas, produção de manuais e treinamentos, criação de padrões e orientações, entre outros, surgidos a partir das iniciativas da OMS foram fundamentais para a erradicação da varíola. Em meio à pandemia da COVID-19, os mesmos fatores precisam emergir para que se chegue a uma solução de forma rápida (ONU, 2020).

Apenas a OMS possui capacidade técnica e um arcabouço institucional suficientes para tal. A Organização possui diversas comissões divididas por região no globo, reúne especialistas da área de saúde do mundo inteiro e possui a capacidade de escoar recursos aos cantos mais remotos do planeta (OMS, 2020). Seu aspecto técnico, que teoricamente a confere um caráter de neutralidade política à instituição, também seria importante, pois permitiria que a OMS circulasse entre governos das mais diversas correntes ideológicas. No entanto, é justamente esta dita neutralidade que é questionada por Trump quando o mandatário se refere a um suposto enviesamento da Organização com relação à China (WHITEHOUSE, 2020).

Isto posto e dado o histórico técnico da Organização, pode-se dizer que ela tem sido crucial no combate à pandemia até o momento. No entanto, outras questões devem ser levantadas. A OMS tem desesperadamente falhado em fazer com que seus 194 membros sigam suas diretrizes. No dia 11 de março, ao classificar a COVID-19 como uma pandemia, o diretor geral da Organização, Tedros Adhanom, falou sobre níveis perigosos de inação no mundo (BURANYI, 2020). Ao ser perguntado sobre quais eram os países em questão, Mike Ryan, médico irlandês que lidera a resposta da OMS ao vírus, respondeu que a Agência não critica seus membros em público. Muitos argumentam que isto se deve ao pouco poder que a organização possui (BURANYI, 2020).

Diferentemente de organizações internacionais como a OMC, a Organização Mundial da Saúde não possui mecanismos legalmente vinculantes. Ou seja, as diretrizes propostas pela Organização são apenas recomendações, ou *soft laws* (ONUF, 1989). Não sofrem sanções, portanto, os países que as desrespeitarem. Contudo, dado o seu mandato vago, sua estrutura espraiada e uma atuação focada também na diplomacia, a OMS age de formas bastante diferentes dependendo de seu diretor geral. Em sua resposta à SARS, liderada pela norueguesa Gro Harlem Brundtland, a Organização monitorou e até mesmo censurou alguns de seus membros, entre eles a China (BURANYI, 2020). A abordagem mais agressiva adotada foi bem sucedida, e superada a SARS, a OMS buscou formalizar um maior poder de interferência sobre seus membros. Porém, houve um senso de "e se fossemos nós no lugar da China" (BURANYI, 2020), o que levou os estados a rejeitarem dar mais poder a uma organização internacional.

Isto demonstra que as organizações internacionais ainda estão sujeitas aos desígnios dos estados, e por mais que sua retórica muitas vezes combine com aquela defendida por mandatários ao redor do mundo, suas decisões não vinculantes serão preteridas quando interesses econômicos e estratégicos entrarem em jogo. A OMS tem feito grandes esforços com vistas a mitigar a pandemia do vírus SARS-COV-2, além de estar trabalhando em direção a uma solução final. Apesar disso, provavelmente seu grande desafio no enfrentamento desta crise será político. A crise é transnacional e a Organização é uma força global, mas os governos não estão pensando globalmente, preocupam-se apenas em reduzir seus números. E depois, por mais que, como demonstrado, a Organização seja fundamental para uma solução, assim como foi na erradicação da varíola, medidas como o *lockdown*, recomendado pelo organização (OMS, 2020), trazem grandes custos econômicos, fazendo com que muitos líderes políticos relutem em aceitá-las

Além do mais, rivalidades geopolíticas pré-existentes, como a entre os EUA de Trump e China, e aspectos ideológicos de determinados governos, como o antiglobalismo de Bolsonaro, turvam a visão que tais líderes políticos têm da crise. Neste cenário, ambos adotaram posições anti científicas e classificaram como ideológicas decisões técnicas feitas por especialistas da OMS de diversos cantos do mundo. Questionar estudos e laudos técnicos é algo perfeitamente factível, mas é algo que deve ser feito com evidências, caso contrário o questionamento torna-se apenas irresponsabilidade. Em meio a essa turba de anti ciência, a Organização Mundial da Saúde luta para derrubar barreiras políticas e vislumbra possíveis cortes de orçamento. Mesmo assim, continua sendo a principal ferramenta institucional do mundo no combate a esta crise.

Referências

AL JAZEERA. Timeline: How the new coronavirus spread. 2020. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2020/01/timeline-china-coronavirus-spread-200126061554884.html. Acesso em: 02 maio 2020.

BURANYI, Stephen. The WHO v coronavirus: why it can't handle the pandemic. why it can't handle the pandemic. **The Guardian**, 2020. Disponível em: https://www.theguardian.com/news/2020/apr/10/world-health-organization-who-v-coronavirus-why-it-cant-handle-pandemic. Acesso em: 02 maio 2020.

GRADY, Denise. Coronavirus Is Spreading, but W.H.O. Says It's Not a Global Emergency. **The New York Times,** 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/01/23/health/china-virus-who-emergency.html. Acesso em: 02 maio 2020.

MARTINS, Humberto. Bolsonaro publica supostas diretrizes da OMS sobre masturbação infantil. **Correio Braziliense**, 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/29/interna_politica,849854/bolsonaro-publica-supostas-diretrizes-da-oms-sobre-masturbacao-infanti.shtml. Acesso em: 02 maio 2020.

McNEILL, Donald; PEÑA, Richard. W.H.O., Now Trump's Scapegoat, Warned About Coronavirus Early and Often. **The New York Times,** 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/04/16/health/WHO-Trump-coronavirus.html. Acesso em: 02 maio 2020.

OMS (org.). **Bugs Drugs & Smoke: stories from public health**. Genebra: Oms, 2011.

OMS. What we do. 2020. Disponível em: https://www.who.int/about/what-we-do. Acesso em: 02 maio 2020.

ONU. 'Solidarity, hope' and coordinated global response needed to tackle COVID-19 pandemic, says UN chief. 2020. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2020/03/1059752. Acesso em: 02 maio 2020.

ONUF, Nicholas. **A World of Our Making**. Miami: Routledge, 1989.

WHITEHOUSE. President Donald J. Trump Is Demanding Accountability From the World Health Organization. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/president-donald-j-trump-demanding-accountability-world-health-organization/. Acesso em: 02 maio 2020.

Os fatores de risco e os possíveis impactos da pandemia do novo Coronavírus na Nigéria

Ana Luísa Vitali

A pandemia causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), que já infectou mais de 3 milhões de pessoas, foi capaz de isolar quase todos os países do mundo em 2020 para conter a rápida disseminação do vírus (FAHEY, 2020). Muito além de uma crise sanitária, a pandemia afeta áreas distintas e deixará prejuízos não só pelas vidas perdidas, mas também pela instauração de uma recessão econômica global, crises políticas e aumento das desigualdades dentro e entre as nações.

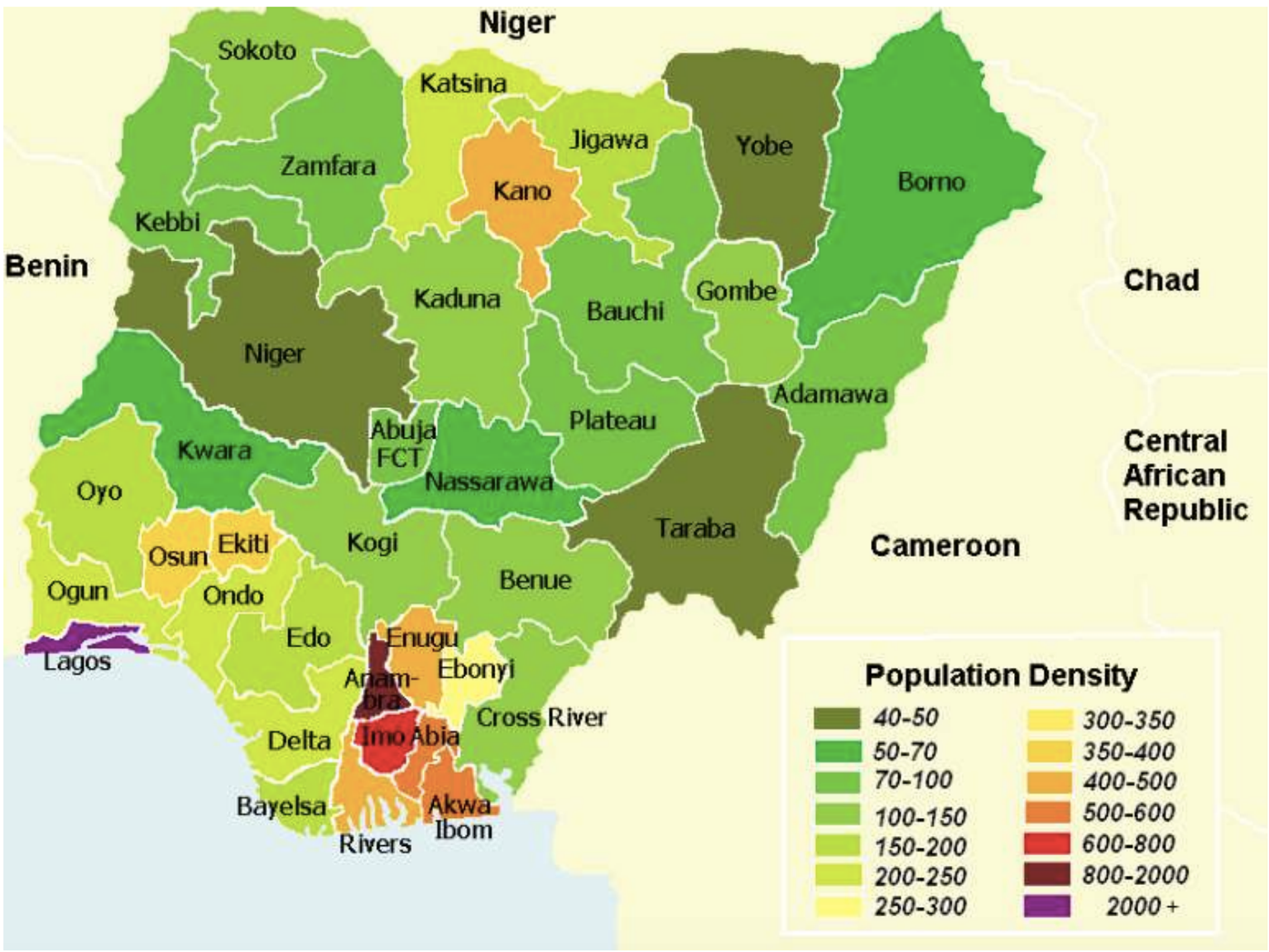
As mazelas pré-existentes em cada país serão intensificadas devido à pandemia, visto que regiões com sistemas de saúde precários e com baixas taxas de saneamento básico serão as mais afetadas pela COVID-19. Frente a essa questão, os países de terceiro mundo estão mais vulneráveis às consequências da contaminação da doença, já que, por exemplo, há 10 países no continente africano que não possuem nenhum respirador e a média total da região é de 5 leitos para cada 1 milhão de pessoas, contra os 4000 disponíveis para a mesma quantidade na Europa (MACLEAN, MARKS, 2020).

Contudo, o continente africano é composto por mais de 50 países com diferentes dinâmicas e os impactos da pandemia precisam ser regionalizados para uma análise mais verossímil. Considerando os principais fatores de risco para o início da contaminação e disseminação posterior do vírus (exposição internacional, qualidade do sistema de saúde, tamanho da população, entre outros) a Nigéria é, sem dúvidas, um país que pode ser fortemente afetado pelo Coronavírus.

.

Por ser um vírus “importado”, os primeiros casos confirmados de COVID-19 ocorrem devido à movimentações internacionais de indivíduos, o que se comprova no exemplo das cidades mais afetadas ao redor do mundo, que concentram um nível alto de turistas por ano, como Nova York, Milão e São Paulo. No caso da Nigéria, o país se encontra na lista de mais visitados do continente africano, juntamente com a África do Sul, Marrocos e Egito (AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES, 2020). Portanto, conforme esperado, o primeiro caso confirmado foi de um nacional italiano que retornou de Milão (KAZEEM, 2020a). A partir da primeira contaminação, o perigo não está concentrado somente na exposição internacional, mas também na densidade demográfica do país.

Imagem 9 - Mapa de estados com densidades demográfica da Nigéria



Fonte: Maps Nigeria

Lagos, uma das megacidades do continente africano e a mais populosa da Nigéria, possui mais habitantes por km² do que Nova York, o novo epicentro da doença, o que se revela como um alto fator de risco para o país. Além disso, em áreas urbanas de muita aglomeração, medidas de isolamento são mais difíceis de serem implementadas devido à heterogeneidade da população e de seus assentamentos, que nem sempre são adequados ou têm condições mínimas de saneamento básico. Igualmente, uma grande quantidade de trabalhadores estão em regime informal, assim, não podem deixar de trabalhar, pois caso o façam não teriam renda para sustentar suas famílias (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2020). Desse modo, as taxas de isolamento social acabam sendo muito baixas e, consequentemente, menos eficazes.

Um outro ponto extremamente relevante para o alcance de baixas taxas de mortalidade da COVID-19 é um sistema de saúde bem estruturado. Mesmo que poucos casos tenham necessidade de atendimento hospitalar ou internação, a disponibilidade desses recursos é vital para que todos que precisem possam ser atendidos. A Nigéria possui um dos sistemas de saúde mais ineficazes do continente africano (AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES, 2020), portanto, além de não conseguir proteger sua população, também coloca os funcionários da saúde em risco. Por conseguinte, outra questão importante é a testagem em massa, pois vários casos serão assintomáticos e é necessário ter conhecimento destes casos para isolá-los e evitar a maior contaminação. Infelizmente, os dados já mostram que isso não será possível, já que os dados do dia 07/05 são de 3145 casos confirmados, mas apenas 109 testes por milhão de pessoas, bem abaixo da média ideal da Coreia do Sul, de 12.666 testes por milhão (WORLDOMETERS, 2020).

Regionalizar a resposta à pandemia é indispensável, visto que alguns fatores são relevantes para algumas regiões e não são para outras. Por exemplo, a baixa idade média da população pode desfalcar a análise para o continente africano, pois 70% da população possui menos de 30 anos (UNITED NATIONS, 2019), o que resultaria em uma grande parte de indivíduos fora do grupo de risco da doença, assim, diminuindo a vulnerabilidade. Contudo, há outras questões como desnutrição, grande disseminação de outras doenças como malária ou HIV/AIDS que podem agravar o estado dos infectados. Dessa forma, a Nigéria não está livre de riscos por conta da idade de sua população.

Além disso, outros dois fatores são relevantes para conter a disseminação do vírus em uma nação: transparência do governo e liberdade de imprensa. Isso porque a confiança dos cidadãos em seu governo ajuda na adesão a políticas de isolamento e na solidariedade das comunidades em momentos de crise. O papel da imprensa é intrinsicamente ligado ao governo, já que se este impede o funcionamento livre dessa, os pronunciamentos não podem ser ter sua factualidade confirmada e a liderança do país pode manipular os dados como bem preferir.

O caso nigeriano traz mais preocupação no que concerne à confiança nas instituições devido à baixa transparência do governo, o que é complementado pela atuação limitada da imprensa, que é somente parcialmente livre (FREEDOM HOUSE, 2020). Durante o lockdown em Lagos, no final do mês de abril, mais de 50 jovens foram presos em um confronto com a polícia (KABIR, 2020). Eles alegaram preconceito por parte dos policiais durante manutenção do isolamento, já que algumas pessoas eram autorizadas a sair e outras não. Ademais, quinze líderes muçulmanos foram presos por não respeitarem as diretrizes durante o Ramadã (OKELLO, 2020). O presidente reconheceu os desafios durante esse período, mas pediu que as cerimônias sejam feitas dentro de casa. No total, mais de 500 episódios conflituosos aconteceram no país desde o início das medidas de quarentena, o que é preocupante e pode sinalizar que esses confrontos venham a aumentar mais ainda no período (ACCORD, 2020).

Notavelmente, os cenários conflituosos nesse período somente agravam a situação da pandemia. Fora os embates de pequena escala citados previamente, a Nigéria é um dos países do continente africano que mais lida com conflitos armados que resultam no deslocamentos de milhões de pessoas. A atuação do grupo fundamentalista Boko Haram na região pode interferir na distribuição de insumos básicos durante a crise, além de aumentar a vulnerabilidade daqueles que vivem em locais próximos a atuação do grupo. O mesmo aconteceu na República Democrática do Congo na epidemia de Ebola, quando grupos armados ativos impediram a chegada de estoques de vacina para a população (ZANINI, 2020a).

Atrelado aos cenários de guerras e instabilidades, os campos de refugiados para pessoas deslocadas, tanto de um outro país quanto internamente, representam áreas extremamente desamparadas para a proteção contra o Coronavírus. Além da problemática óbvia das grandes aglomerações, o acesso à diversos utensílios básicos já é dificultado, assim como a disponibilidade de água e sabão, que compõe prevenções básicas para conter a disseminação da doença. As previsões para a Nigéria são alarmantes, já que 85% dos milhões de indivíduos deslocados estão em apenas 8 nações africanas, incluindo o país. Um enfermeiro do Médicos Sem Fronteiras morreu em um campo no estado de Borno, fortemente dominado pelo Boko Haram, e, apesar dos esforços recentes das Nações Unidas para a construção de espaços para a quarentena, os riscos permanecem muito altos nesses assentamentos (ANYADIKE, 2020).

Uma situação interessante vem ocorrendo no estado de Kano, atual epicentro da doença no país, que registrou um alto número de mortes. Segundo o governo local, as mortes foram de complicações de outras doenças como malária ou meningite, e não devido à contaminação do Coronavírus (MUHAMMAD, 2020). Contudo, conforme abordado anteriormente, a Nigéria não está testando o suficiente e os casos - não só em Kano, como no país inteiro - provavelmente estão sendo subnotificados, assim como em outras partes do mundo, e as mortes no estado podem estar sendo acobertadas. O sistema de saúde nigeriano não tem a capacidade de fazer testes em escala ampla e o país possui menos de 500 respiradores em seu território, o que pode significar uma explosão iminente tanto no número de infectados quanto no número de mortos (KAZEEM, 2020b).

A economia do país também é um fator de risco para a maior disseminação do vírus. Os preços do barril de petróleo caíram drasticamente devido à crise, justamente no ano em que a Nigéria estava prevista para sair de sua recessão econômica, que enfrentava desde 2008 (GOPALDAS, 2020). Com milhares de nigerianos com rendas prejudicadas e com políticas de assistência do governo muito fracas – em torno de 70 reais por criança – (ZANINI, 2020), a tendência é que ocorram mais e mais movimentos pressionando o fim do isolamento, o que mais uma vez contribui para um aumento do número de casos na região, principalmente considerando o fato de que o país é o mais populoso do continente africano.

Portanto, é possível perceber que é necessário muita atenção com o caso da Nigéria durante a pandemia do Coronavírus. Um país que já possui várias instabilidades pode entrar em crises ainda maiores caso não seja administrado corretamente - e pode já estar nesse caminho. Por ter grande movimentação internacional de indivíduos, o país foi pego de "surpresa" com o primeiro caso, porém, ainda deixou seus aeroportos internacionais funcionando até um mês após essa confirmação (KAZEEM, 2020b). Suas outras vulnerabilidades também aumentaram a disseminação, que pode não ser contida nem mesmo com os lockdowns em Lagos, Abuja e Ogum, pois protestos contrários à esse isolamento vêm crescendo na região.

Por fim, o principal questionamento é se, no futuro, quando os países europeus e os Estados Unidos conseguirem se recuperar da crise, ou uma vacina for descoberta, quão rápido esta chegará na Nigéria. A pandemia mostrou, mais uma vez, as limitações do mandato das Nações Unidas e causou uma ruptura no multilateralismo, exemplificada pelo abandono da União Europeia à Itália e pelas atitudes protecionistas dos EUA em relação à distribuição de utensílios médicos. O continente africano seguirá esquecido? A história indica que sim. Numa região que ainda sofre com a malária e a ebola, mesmo que a ciência apresente a possibilidade de colocar os surtos dessas doenças ao fim, não parece conseguir erradicá-las. Os impactos do coronavírus em países de alto risco, como a Nigéria, poderão seguir assombrando o país por anos - e sem nenhum apoio do resto do mundo, que já terá superado a pandemia.

Referências

ACCORD. **COVID-19 Conflict and Resilience Monitor**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.accord.org.za/conflict-resilience/24-april-2020/. Acesso em: 01 maio. 2020.

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES. **Mapping Risk Factors for the Spread of COVID-19 in Africa**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://africacenter.org/spotlight/mapping-risk-factors-spread-COVID-19-africa/?utm_source=Infographic%3A+Mapping+COVID+Risk+Factors&utm_campaign=Mapping+COVID+Risks&utm_medium=email. Acesso em: 01 maio. 2020..

ANYADIKE, Obi. First cases of coronavirus lockdown Nigeria's northeast. **The New Humanitarian**, [S. l.], 2020. Disponível em: http://www.thenewhumanitarian.org/news/2020/04/24/coronavirus-Nigeria-Borno-displaced-camps?utm_source=Media+Review+for+April+27%2C+2020&utm_campaign=Media+Review+for+April+27%2C+2020&utm_medium=email. Acesso em: 01 maio. 2020.

FAHEY, Ryan. Half the world in lockdown: 3.9 billion people are currently called on to stay in their homes due to coronavirus. **The Daily Mail**, [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.dailymail.co.uk/news/article-8181001/3-9-billion-people-currently-called-stay-homes-coronavirus.html. Acesso em: 01 maio. 2020.

FREEDOM HOUSE. **Global Freedom Status**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://freedomhouse.org/explore-the-map?type=fiw&year=2020. Acesso em: 01 maio. 2020.

GOPALDAS, Ronak. Nigeria's perfect storm. **Institute for Security Studies,** [S. l.], 2020. Disponível em: https://issafrica.org/iss-today/nigerias-perfect-storm?utm_source=BenchmarkEmail&utm_campaign=ISS_Weekly&utm_medium=email. Acesso em: 01 maio. 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **The impact of the COVID-19 on the informal economy in Africa and the related policy responses**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/—africa/—ro-abidjan/documents/briefingnote/wcms_741864.pdf. Acesso em: 01 maio. 2020.

KABIR, Adejumo. Lagos protesters kick against coronavirus lockdown, attack police officers. **Premium Times,** [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.premiumtimesng.com/regional/ssouth-west/390093-lagos-protesters-kick-against-coronavirus-lockdown-attack-police-officers.html?utm_source=Media+Review+for+April+28%2C+2020&utm_campaign=Media+Review+for+April+28%2C+2020&utm_medium=email. Acesso em: 01 maio. 2020.

KAZEEM, Yomi. Nigeria has confirmed an Italian man as Sub-Saharan Africa's first coronavirus case. **Quartz,** [S. l.], 2020a. Disponível em: https://qz.com/africa/1810075/coronavirus-nigeria-confirms-sub-saharan-africas-first-case/. Acesso em: 01 maio. 2020.

KAZEEM, Yomi. The troubling data point behind Nigeria's low number of coronavirus cases. **Quartz,** [S. l.], 2020b. Disponível em: https://qz.com/africa/1824401/coronavirus-nigerias-cdc-has-conducted-only-153-tests/. Acesso em: 01 maio. 2020.

MACLEAN, Ruth. MARKS, Simon. 10 African countries have no ventilators. That's only part of the problem. **The New York Times,** [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/04/18/world/africa/africa-coronavirus-ventilators.html. Acesso em: 01 maio. 2020.

MUHAMMAD, Garba. Kano's state rise in deaths not due to Coronavirus. **Reuters,** [S. l.], 2020. Disponível em: https://af.reuters.com/article/topNews/idAFKCN2290R6-OZATP?utm_source=Media+Review+for+April+27%2C+2020&utm_campaign=Media+Review+for+April+27%2C+2020&utm_medium=email. Acesso em: 01 maio. 2020.

OKELLO, Christina. Africa adapts to new taste of Ramadan under COVID-19 lockdown. **Radio France Internationale,** [S. l.], 2020. Disponível em: http://www.rfi.fr/en/africa/20200426-africa-adapts-to-new-taste-of-ramadan-fasting-month-under-COVID-19-lockdown-muslim-islam-coronavirus?utm_source=Media+Review+for+April+27%2C+2020&utm_campaign=Media+Review+for+April+27%2C+2020&utm_medium=email. Acesso em: 01 maio. 2020.

UNITED NATIONS, **Department of Economic and Social Affairs. World Population Prospects 2019**. [S. l.], 2019. Disponível em: https://population.un.org/wpp/DataQuery/. Acesso em: 01 maio. 2020.

WORLDOMETERS. **COVID-19 coronavirus pandemic**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.worldometers.info/coronavirus/. Acesso em: 01 maio. 2020.

ZANINI, Fábio. Com letalidade 10 vezes a da COVID-19, ebola persiste na República Democrática do Congo. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 2020a. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/com-letalidade-10-vezes-a-da-COVID-19-ebola-persiste-na-republica-democratica-do-congo.shtml. Acesso em: 01 maio. 2020.

ZANINI, Fábio. África espera pelo pior da pandemia com medidas duras e falta de estrutura. **Folha de São Paulo,** São Paulo 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/05/africa-espera-pelo-pior-da-pandemia-com-medidas-duras-e-falta-de-estrutura.shtml. Acesso em: 01 maio. 2020.

Para além da biologia

a COVID-19, o confinamento e as relações de gênero

Letícia Plaza

Uma crise global se desdobra em muitas outras. A história demonstra que toda situação de crise na sociedade, seja qual for a sua natureza (de guerras a recessões, de crises políticas a crises de saúde), traz consigo a sombra de uma outra crise, escondida no âmbito privado — o aumento da violência doméstica e intrafamiliar. Um dos efeitos colaterais mais alarmantes da COVID-19, que foi observado no mundo todo como consequência da necessidade de confinamento e isolamento social, foi o aumento vertiginoso dos índices de violência doméstica (ONU MULHERES, 2020), que, em sua vasta maioria, vitimiza mulheres e meninas, mas que também representa um perigo iminente à população LGBTIA[1]. A violência contra as mulheres e a violência LGBTIAfóbica encontram na sociedade a mesma raiz estrutural: a misoginia intrínseca ao modelo familiar heteronormativo. A população LGBTIA desafia e quebra as normas e expectativas sociais de gênero pela sua simples existência. Muitos países, inclusive, seguem criminalizando relações entre pessoas do mesmo sexo. Todos esses fatores servem como estímulos à violência, abuso e repressão da identidade sexual e de gênero por parte de familiares no âmbito privado (OUTRIGHT, 2020).

[1] Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e Travestis, Instersexos e Assexuais.

Para vítimas de violência doméstica, a COVID-19 representa mais uma ameaça. No contexto da atual pandemia, o isolamento social, medida mais responsável e que tem demonstrado maior eficácia para a contenção do alastramento do vírus, pode significar uma situação de risco para vítimas de violência doméstica, que se veem obrigadas a conviver constantemente com seus agressores e separadas das pessoas e dos recursos que poderiam salvá-las. Como combustível para a violência, o isolamento social tem aumentado tensões no ambiente doméstico e familiar, em grande parte devido a preocupações com segurança, saúde e dinheiro. A crise econômica desencadeada pela pandemia cria barreiras adicionais para que as vítimas deixem os seus parceiros violentos ou seus ambientes familiares de abuso, dos quais muitas vezes dependem financeiramente.

Com o mundo em quarentena, cerca de 4 bilhões de pessoas estão em casa (DESANTIS, 2020). Globalmente, estima-se que os casos de violência doméstica aumentaram em um terço apenas na primeira semana de confinamento (EUROPA, 2020). Trata-se de uma medida essencial que, por outro lado, traz consigo mais um perigo mortal. Enquanto para a maioria das pessoas a sua casa é o lugar mais seguro a estar no momento atual, para tantas outras, a casa é o lugar menos seguro a se estar - o que constitui uma situação de difícil solução. É o que a ONU Mulheres (2020) chama de "pandemia das sombras", que cresce lado a lado à pandemia explícita e visível do coronavírus. À medida que infecções e mortes decorrentes da COVID-19 são relatadas pelos países, pedidos de ajuda de vítimas de violência doméstica e feminicídios também são relatados. África do Sul, Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, China, França, Espanha, EUA, Líbano, Quirguistão, Quênia, Reino Unido e Uganda registraram crescentes denúncias de violência doméstica durante a crise e aumento da demanda para abrigos de emergência (ODHIAMBO; KURMANBEKOVA; UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMISSIONER [OHCHR]; ONU MULHERES; HUMAN RIGHTS WATCH; WOMEN, 2020).

Linhas de apoio à violência doméstica em Singapura e Chipre registraram aumento de chamadas em mais de 30%. Na França, o acréscimo foi de 36% em Paris e 32% no resto do país, e houve ainda dois feminicídios apenas na primeira semana de confinamento (ADRIAN; GOLFIERI, 2020). Na Califórnia, nos EUA, dois dias após a ordem de quarentena, as chamadas de denúncia de violência doméstica aumentaram em 240% (GAO et al, 2020). No Brasil, os números absolutos não foram aferidos, mas no Rio de Janeiro registrou-se aumento de 50% nos casos de violência doméstica em decorrência da quarentena (ADRIAN; GOLFIERI, 2020). É importante salientar que, por trás dos números oficiais de denúncia, esconde-se um número muito maior de subnotificação (BARUFALDI et al, 2017).

A ONU Mulheres insta aos governos de todo o mundo que a pandemia das sombras seja gerenciada no mesmo âmbito das ações da saúde contra o coronavírus. Caso falhe em ser controlada, o impacto econômico da COVID-19 promete ser ainda mais profundo. O custo global da violência contra as mulheres já havia sido estimado em cerca de US$ 1,5 trilhão antes do advento do coronavírus. À medida que a violência aumenta junto à pandemia, esse valor só tende a aumentar. Nesse sentido, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, instou a todos governos de todos os Estados a incluir a prevenção e o combate à violência contra as mulheres como parte constitutiva e essencial de seus planos nacionais de resposta à COVID-19 (ONU MULHERES, 2020).

A ONU Mulheres (2020) relembra que o impacto econômico da crise expõe também as mulheres à exploração sexual com fins comerciais (para além da natureza sexual que a violência doméstica e intrafamiliar muitas vezes incorpora), decorrentes de “mecanismos negativos de enfrentamento à crise”, como parte da falta de segurança alimentar (em outras palavras, muitas mulheres veem-se obrigadas a recorrer à prostituição por fome).

No caso das mulheres trans e travestis, recorrer à prostituição para o sustento próprio é uma alternativa ainda mais comum, tendo em vista a drástica marginalização de transgêneros, transexuais e travestis, que se inserem em um quadro comum de instabilidade e rejeição do ambiente doméstico somado à forte discriminação no mercado de trabalho (FERREIRA, 2018). De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (2018 apud FERREIRA, 2018), 90% da população trans no Brasil está envolvida em prostituição.

De maneira paralela e muitas vezes interseccionada, o estigma e a discriminação também fazem do ambiente doméstico um espaço pouco seguro para a população LGBTIA, especialmente a parcela mais jovem, que costuma depender financeiramente de familiares que muitas vezes não aceitam sua identidade sexual e/ou de gênero, impossibilitando o afastamento de ambientes de abuso. Nesse sentido, o desemprego e a perda do poder de compra é um importante fator potencializador da violência em ambientes familiares abusivos. Mesmo que em proporções menores que a população trans, as outras parcelas da população LGBTIA também enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, estando mais sujeitas ao desemprego (FERREIRA, 2018). Em alguns países, essa situação pode se intensificar, como no Líbano, onde a maioria dos comércios são familiares e a rejeição da família[2] pode significar uma perda de conexões familiares ("wasta"), essenciais no mercado de trabalho (YOUNES, 2020).

Embora o termo "violência doméstica" geralmente remeta ao abuso perpetrado no âmbito intra-marital, sua definição inclui qualquer tipo de abuso violento entre pessoas que convivam no espaço doméstico, sejam eles familiares, convidados, visitantes esporádicos ou empregados. O termo é comumente relacionado à violência intrafamiliar, que, por sua vez, é cometida entre membros da família, com ou sem laços de consanguinidade, incluindo pessoas que passam a assumir função parental e/ou uma relação de poder em relação à outra, dentro ou fora do espaço doméstico. Os dois tipos de violência são facilmente associados e sobrepostos, e ambos compreendem a violência física, sexual, psicológica, patrimonial, fatal e a negligência (BRASIL, 2002).

[2] No Líbano, a rejeição de indivíduos LGBTIA por parte da família é bastante comum, tendo em vista que 80% da população rejeita a homossexualidade (PEW RESEARCH, 2013 apud LEWIS, 2020). Essa situação é corroborada pelo Estado, que criminaliza a homossexualidade (LEWIS, 2020).

Assim como as mulheres, os indivíduos LGBTIA também estão sob maior risco de violência doméstica e intrafamiliar durante a pandemia da COVID-19 (OUTRIGHT, 2020). É importante notar, também, que a população LGBTIA não apenas sofre abuso e violência por parte de pais, irmãos e outros familiares, como também podem encontrar-se em relacionamentos abusivos e, inclusive, têm maiores chances de sofrer violência por parte de um parceiro íntimo do que pessoas heterossexuais (CDC, 2010). Enquanto o gênero é, obviamente, um fator de maior vulnerabilidade à violência doméstica, sendo mulheres mais vulneráveis a esse tipo de violência do que homens, a orientação sexual é um fator menos evidente, mas que também aumenta muito os riscos de vitimização, sendo os números comparativos, separados por gênero, sempre maiores dentre a população LGBTIA (CDC, 2010). Na intersecção entre gênero e sexualidade, encontram-se as maiores vítimas de violência doméstica, física e sexual: as mulheres bissexuais.

Por terem uma identidade sexual não normativa e, ao mesmo tempo, por se relacionarem com homens — os maiores perpetradores de violência — os números são alarmantes para as mulheres bissexuais. Uma pesquisa feita em 2010 pelos CDC — Centers for Disease Control and Prevention, nos EUA, mostrou que, enquanto 35% das mulheres heterossexuais e 44% das mulheres lésbicas experienciam violência doméstica e/ou sexual ao longo de suas vidas, as mulheres bissexuais[3] correm um risco notavelmente maior — 61% delas terão sofrido esse tipo de abuso ao longo da vida (CDC, 2010). Uma pesquisa mais recente, feita em 2017, também nos EUA, denunciou que 75% das mulheres bissexuais entrevistadas reportaram terem sofrido violência doméstica e/ou sexual (JOHNSON; GROVE, 2017). Isso significa que, mais cedo ou mais tarde, a vasta maioria das mulheres bissexuais serão abusadas, perseguidas, espancadas ou estupradas apenas por existirem[4].

[3] Para efeitos de uma mais fácil apuração de dados pelas pesquisas, o termo bissexual é utilizado como termo guarda-chuva para todas a identidades não-monossexuais, o que inclui também inclui pansexuais.

[4] A pesquisa mais recente que conta com amplos dados estatísticos é a de 2010, realizada pelos CDC, nos EUA. A outra pesquisa citada, com dados quantitativos mais recentes, de 2017 (JOHNSON; GROVE), também foi realizada nos EUA. Esses dados não podem ser extrapolados para o mundo, à medida que os níveis de violência doméstica e de intolerância LGBTIA variam de país para país, mas as pesquisas citadas trazem noções gerais sobre as distribuições dos casos de violência dentre as diferentes identidades da sigla. Em função da invisibilidade generalizada da população bissexual, em todo o mundo raros são os levantamentos de dados que contam com uma variável específica para essa população. No Brasil, nunca foi feito um levantamento equivalente.

Outra parcela extremamente vulnerável de mulheres LGBTIA, que também são vitimizadas pela intersecção perversa entre misoginia e cis-heteronormatividade[5], como já notado anteriormente, é a de mulheres trans e travestis. Isso também é notado entre homens trans e outras identidades trans não-binárias. Uma pesquisa feita em 2015 pelo National Center for Transgender Equality, nos EUA, demonstrou que 47% das pessoas trans já sofreram abuso sexual, 54% sofreram violência doméstica de um parceiro íntimo e 24% sofreu violência severa de seus parceiros (JAMES et al, 2016). No Brasil, país que mais mata transexuais e travestis no mundo, registrando mais que o triplo de assassinatos do que o México, o segundo colocado, os efeitos da transfobia tendem a ser mais drásticos e letais que em qualquer outro país (CUNHA, s.d). Embora os dados disponíveis sejam escassos, em decorrência da invisibilização e estigmatização sistemática das parcelas bissexual e transgênero da população LGBTIA, a conjuntura atual de confinamento em decorrência da COVID-19 demonstra ser especialmente preocupante para as mulheres LGBTIA, especialmente as bissexuais, trans e travestis.

Em tempos de crise, o acesso a serviços de proteção, denúncia e auxílio é ainda mais restrito que usualmente, ao passo que a violência aumenta devido aos longos períodos de confinamento. No caso específico da pandemia da COVID-19, a denúncia é ainda mais restrita pelo fato do isolamento ser praticamente absoluto. Essa situação resulta em um aumento significativo e preocupante da vulnerabilidade das parcelas mais marginalizadas da população. Isso inclui mulheres e a população LGBTIA, que se somam a outros fatores de vulnerabilidade social, como classe social e raça. Quando combinados, esses fatores resultam em efeitos catastróficos. Comunidades marginalizadas são desproporcionalmente vulneráveis durante crises como a da COVID-19 e demandam maior atenção e cuidado da sociedade, dos indivíduos, dos governos e das organizações internacionais.

[5] A cis-heteronormatividade é um sistema sociopolítico que organiza as relações sociais de gênero de acordo com as normas sociais do patriarcado, de maneira binária (macho vs. fêmea) e hierárquica (promovendo a subordinação das mulheres aos homens). O patriarcado engendra uma estrutura política misógina (de desprezo às mulheres e a tudo que remete a qualidades "femininas") segundo a qual o poder político é atribuído ao pai de família detentor de propriedade privada, isto é, o patriarca, que ocupa a mais alta posição na hierarquia familiar. Tanto a heterossexualidade quanto a cisgeneridade estão implícitas no modelo patriarcal e determinam o modelo da "família tradicional". Enquanto a heterossexualidade é a orientação sexual normativa, a cisgeneridade se refere à identidade de gênero normativa (em oposição à transgeneridade) e descreve a condição de uma pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído ao nascer.

Se, por um lado, há países que dispõem de redes de apoio acessíveis para vítimas de violência, por outro, a maior parte deles têm governos que negligenciam o problema, principalmente em relação às minorias LGBTIA. Mesmo com incentivos estatais, as mulheres também encontram muitos obstáculos para denunciar e se afastar de ambientes abusivos. Como resposta ao recorrente desamparo do Estado, muitas organizações da sociedade civil no mundo inteiro têm realizado um importante trabalho de promoção de assistência e abrigo a sobreviventes de violência doméstica e intrafamiliar, salvando vidas todos os dias, e muitas vezes arriscando as suas próprias (especialmente nos países que criminalizam a população LGBTIA, sobretudo em tempos de crise global de saúde)[6].

[6] Destacam-se, nesse sentido, diversas ONGs de direitos LGBTIA nos Camarões engajadas em ações de combate à COVID-19, incluindo prevenção do HIV e o cuidado de pacientes cuja imunidade é afetada pelo HIV/AIDS. Mesmo com crescentes restrições do Estado, que criminaliza a homossexualidade, organizações como Affirmative Action, Alternatives Cameroon, Positive Génération, dentre muitas outras, continuam trabalhando em meio à pandemia e lutando contra a COVID-19 (STANS, 2020).

Anexo B: Saiba como denunciar no Brasil:

- Ligue para a Central de Atendimento à Mulher: 180.
- Ligue para denúncias de direitos humanos de emergências: 100.
- Ligue para o Disque-Denúncia do seu estado: 181.
- Acione a Polícia Militar: 190.
- Procure uma Delegacia da Mulher 24h.
- Faça uma denúncia online pelo Safernet.
- Procure as Defensorias Públicas ou as Casas da Mulher Brasileira do seu estado.
- CE: Defensoria Pública: Disque-Denúncia: 129; Whatsapp: (85) 997634909 / 987125180; e-mail: nudem@defensoria.ce.def.br; Delegacia Eletrônica da Polícia Civil (para Boletins de Ocorrência).
- DF: Delegacia Eletrônica da Polícia Civil; Disque-Denúncia: 197 (Opção 0); Denúncia Online (Whatsapp): (61) 98626-1197; Denúncia Online (e-mail): denuncia197@pcdf.df.gov.br
- . GO: Centro de Referência Estadual da Igualdade (CREI): (62) 3201-7489.
- MG: Centro de Referência da População LGBT: (41) 3277-4128/4227/6908.

- MS: Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (CENTRHO): (67) 3321-7343.
- MT: Delegacia Especializada de Defesa da Mulher: (65) 3901-4277.
- PB: Delegacia de Repressão a Crimes Homofóbicos: (83) 3218-6762.
- PI: Delegacia de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos e Repressão às Condutas Discriminatórias: (86) 3216-5256.
- PR: Disque-Denúncia: 181; Site da Polícia Civil.
- RJ: Delegacia de Polícia de Repressão aos Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi): (21) 2333-3509.
- RN: Disque Defesa Homossexual: 0800-281-2336.
- SP: Delegacia Eletrônica da Polícia Civil; Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo - Secretaria da Justiça e Cidadania (CPDS): (11) 3241-4997 / (11) 3241-4449; Delegacia de Polícia de Repressão aos Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi): (11) 3311-3555.
- SE: Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) 24h: (79) 3205-9400/5400 (Aracaju), (79) 3522-8777 (Estância), (79) 3431-8513 (Itabaiana), (79) 3631-2114 (Lagarto), (79) 3256-4001 (N. Sra. do Socorro).

Referências

ADRIAN, A.; GOLFIERI, M. O aumento da violência doméstica em tempos de COVID-19. **Estadão Blogs - Fausto Macedo**, 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-aumento-da-violencia-domestica-em-tempos-de-COVID-19/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

BARUFALDI, L. A.; SOUTO, R. M. C. V.; CORREIA, R. S. B., MONTENEGRO, M. M. S., PINTO, I. V., SILVA, M. M. A.; LIMA, C. M. Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.22, n.9, Rio de Janeiro, Sept. 2017. Print version ISSN 1413-8123. On-line version ISSN 1678-4561 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.12712017.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION [CDC]. NISVS: **An Overview of 2010 Findings on Victimization by Sexual Orientation**. National Center for Injury Prevention and Control. Division of Violence Prevention, 2010. Disponível em: <https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/cdc_nisvs_victimization_final-a.pdf>. Acesso em 08 mai. 2020.

CUNHA, T. Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais: Segundo ONG europeia, em nenhuma outra nação há tantos registros de homicídios de pessoas transgêneras. **Correio Braziliense**, s. d. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>. Acesso em 08 mai. 2020.

DESANTIS, R. Half of Earth's Population Is Now on Coronavirus Lockdown as Cases Exceed 1 Million. **People**, 03 abr. 2020. Disponível em: <https://people.com/human-interest/half-world-coronavirus-lockdown-cases-exceed-1-million/>. Acesso em 08 mai. 2020.

EUROPA. COVID-19: Stopping the rise in domestic violence during lockdown. **Press Releases**, 2020. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20200406IPR76610/COVID-19-stopping-the-rise-in-domestic-violence-during-lockdown>. Acesso em: 11 abr. 2020.

FENG, J. COVID-19 Fuels Domestic Violence In China. **Supchina**, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://supchina.com/2020/03/24/COVID-19-fuels-domestic-violence-in-china/>. Acesso em 08 mai. 2020.

FERREIRA, A. A. Queering the Debate: Analysing Prostitution Through Dissident Sexualities in Brazil. **Contexto Internacional**, vol. 40(3), Sep/Dec 2018, DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2018400300006, Pereira & Freitas. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/cint/v40n3/0102-8529-cint-2018400300525.pdf>. Acesso em 08 mai. 2020.

GAO, B; NOVATO, O; WAGNER, G; CARMENATE, J. Domestic violence victims can still get help during COVID-19 as organizations and shelters remain open. **Annenberg Media, University of Southern California [USC] Annenberg School for Communication and Journalism**. Disponível em: <http://www.uscannenbergmedia.com/2020/04/24/domestic-violence-victims-can-still-get-help-during-COVID-19-as-organizations-and-shelters-remain-open/>. Acesso em 08 mai. 2020.

HUMAN RIGHTS WATCH [HRW]. **COVID-19**: A Human Rights Checklist. April 14, 2020. Disponível em <https://www.hrw.org/news/2020/04/14/COVID-19-human-rights-checklist>. Acesso em 08 mai. 2020.

HRW. **South Africa**: Set Rights-Centered COVID-19 Measures. Monitor Lockdown Enforcement; Support Vulnerable Groups. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/04/07/south-africa-set-rights-centered-COVID-19-measures>. Acesso em 08 mai. 2020.

JAMES, S. E.; HERMAN, J. L.; RANKIN, S.; KEISLING, M.; MOTTET, L.; ANAFI, M. **The Report of the 2015 U.S. Transgender Survey**. 2016. Washington, DC: Natnal ioCenter for Transgender Equality. Disponível em: <https://www.transequality.org/sites/default/files/docs/USTS-Full-Report-FINAL.PDF>. Acesso em 08 mai. 2020.

JOHNSON, N. L.; GROVE, M. Why Us? Toward an Understanding of Bisexual Women's Vulnerability for and Negative Consequences of Sexual Violence. **Journal of Bisexuality**, 17:4, 435-450, DOI: 10.1080/15299716.2017.1364201. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15299716.2017.1364201?journalCode=wjbi20>. Acesso em 08 mai. 2020.

KURMANBEKOVA, A. **Women Risk Domestic Violence During Kyrgyzstan's Lockdown**: Domestic Violence Services Need to Be Classified As "Essential". Human Rights Watch [HRW], April 8, 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/04/08/women-risk-domestic-violence-during-kyrgyzstans-lockdown>. Acesso em 08 mai. 2020.

LEWIS, E. Coronavirus: Lebanon's LGBT+ community is locked down and unprotected. **The New Arab**, 2020. Disponível em: <https://english.alaraby.co.uk/english/indepth/2020/4/17/coronavirus-lebanons-lgbt-community-is-locked-down-and-unprotected>. Acesso em 08 mai. 2020.

BRASIL. **Violência intrafamiliar**: orientações para a prática em serviço. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

ODHIAMBO, A. Tackling Kenya's Domestic Violence Amid COVID-19 Crisis: Lockdown Measures Increase Risks for Women and Girls. **HRW**, April 8, 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/04/08/tackling-kenyas-domestic-violence-amid-COVID-19-crisis>. Acesso em 08 mai. 2020.

ONU MULHERES BRASIL. **Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe**: Dimensões de gênero na resposta. BRIEF mar. 2020. Disponível/ em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ONU MULHERES BRASIL. ONU Mulheres Américas e Caribe faz 14 recomendações para que mulheres e igualdade de gênero sejam incluídas na resposta à pandemia do COVID-19. **ONU Mulheres Brasil**, 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-americas-e-caribe-faz-14-recomendacoes-para-que-mulheres-e-igualdade-de-genero-sejam-incluidas-na-resposta-a-pandemia-do-COVID-19//>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ONU MULHERES BRASIL. Violência contra as mulheres e meninas é pandemia das sombras, afirma diretora executiva da ONU Mulheres. **ONU Mulheres Brasil,** 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-das-sombras-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

OUTRIGHT. **Domestic violence and COVID-19**. OutRight International - Human Rights for LGBTIQ People Everywhere, March 31, 2020. Disponível em: <https://outrightinternational.org/content/domestic-violence-and-COVID-19>. Acesso em: 11 abr. 2020.

STANS, C. Cameroon: LGBT activists join fight against COVID-19. **Erasing 76 Crimes**, April 1, 2020. Disponível em: <https://76crimes.com/2020/04/01/cameroon-lgbt-activists-join-fight-against-COVID-19/>. Acesso em 08 mai. 2020.

TAUB, A. A New COVID-19 Crisis: Domestic Abuse Rises Worldwide. **The New York Times**, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/06/world/coronavirus-domestic-violence.html>. Acesso em: 11 abr. 2020.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMISSIONER [OHCHR]. UN rights experts fear Uganda is using COVID-19 emergency powers to target LGBT people. **OHCHR,** abr. 2020. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=25832&LangID=E>. Acesso em 08 mai. 2020.

WOMEN, children face increased risk of abuse during Mideast lockdowns. **Al-Monitor**, Apr 24, 2020. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2020/04/women-children-iran-imprisoned-lockdown-COVID19-coronavirus.html>. Acesso em 08 mai. 2020.

YOUNES, R. In Lebanon's COVID-19, aid the vulnerable, including LGBT people. **The New Arab**, 2020. Disponível em <https://english.alaraby.co.uk/english/comment/2020/4/16/in-lebanons-COVID-19-aid-the-vulnerable-including-lgbt-people>. Acesso em 08 mai. 2020.

The East Asian responses to COVID-19:
a comparative analysis on the region

Kamila Aben Athar

The COVID-19 pandemic gained unprecedented relevance since early December, when China detected the occurrence of a new kind of pneumonia in Wuhan, whose was unknown. On December 31st, 2019, the Chinese government reported the alarming situation to the World Health Organisation (WHO) Country Office (WHO, 2020). In January, new cases were reported outside China and the world stood alert. First, there were cases divulged in other Asian countries, such as Thailand, South Korea, Singapore, and Philippines. Later, the virus spread to Europe, having Italy as the country with the highest number of victims outside China (BBC, 2020a), along with France reporting the first COVID-19 death outside Asia (AGUILERA ET AL., 2020). Initially, the WHO declared this health outbreak as a Public Health Emergency of International Concern. However, as the virus spread to other regions, such as the American and African continents, the Organisation characterized this virus as a pandemic, in mid-March (WHO, 2020).

Even though it has been only four months since the beginning of this crisis, the international community had witnessed a diverse range of public policies taken place in each country. Some cases turned out to be exceptional examples in the fight against the virus, such as South Korea, Singapore and Vietnam (CARROLL, 2020; FLEMING, 2020; VU; TRAN, 2020). Other responses became notoriously negative, such as Italy, Spain, United States and Japan (MCMURTRY; ZAMPANO, 2020; LUSCOMBE, 2020; RYALL, 2020).

For the sake of this analysis, the comparison efforts presented here will focus on the situation in the East Asia region, since it is a region of historical disputes (China-Japan and South Korea-Japan) whereby resentments are still very much present within their relations, and, on the other hand, this new situation imposes new sets of challenges to overcome the current crisis as a united region.

China

According to Worldometers website (2020a), China had reported 82,874 cases of COVID-19 in its territory, from which 4,633 passed away. Since early this crisis, the Chinese Communist Party (CCP) dedicated its efforts to lock down the city of Wuhan, the center of the outbreak, and also control the spread to other regions in the country (KRETSCHMER, 2020). However, the Chinese government was surprised by the fact that this virus' level of environmental contamination surpasses the one of SARS (the Severe Acute Respiratory Syndrome), which is a different respiratory disease that occurred throughout Asia in 2002 and had its first cluster of cases in the Chinese province of Guangdong (HEWINGS-MARTIN, 2020). Therefore, China had witnessed the rapid rise of cases in Wuhan, where there were reported over 500 new cases in only a few days, and also in other cities of the Hubei province (GRIFFITHS ET AL., 2020).

The CCP announcement of building, in only 10 days, a new 1,000-bed hospital to treat patients suspected of contracting COVID-19 showed to the world the Chinese capacity to give a firm and quick response to the health crisis (SIDDIQUE, 2020). The images down below present satellite pictures of the new hospital in January and in April 2020.

Figure 10 - Satellite images of the new Chinese hospital site (January and April 2020)



Source: WILLIAMS (2020).

Moreover, in late March, China raised entry bars to foreign visitors (BBC, 2020b). Although the country continued to report, on a lower scale, some locally-transmitted cases, almost all its new cases now come from abroad, either foreigners coming into China, or returning Chinese nationals. However, the Chinese government claimed that the COVID-19 hit its peak in China, and, thereafter, the lockdown in Wuhan had been gradually eased since early April. As Zhong and Wang (2020) affirm, even if the lockdown had ended, the normal life in Wuhan may be a distant dream, since the city recovery will be watched across the globe for lessons on how populations move past pain and calamity. Of mainland China's more than 80,000 reported cases of the virus, nearly two-thirds have been in Wuhan.

It is important to highlight that the international community looks carefully at the Chinese situation, and some even doubt that China had in fact beaten the COVID-19, as Chinese health authorities affirm (KUO, 2020). Public health experts and citizens claim the situation in China has improved dramatically due to the strong implementation of testing, quarantines and social distancing. Nevertheless, according to a Hong Kong's public broadcaster (RTHK) report (2020), some hospitals in Wuhan are allegedly refusing" to test patients who showed symptoms. Kyodo News in Japan (2020) also reported that a local Chinese doctor said the number of cases was manipulated before President Xi Jinping's visit to Wuhan, what could indicate that the official numbers and figures may not express the totality of what is happening in China due to possible data manipulation and underreporting (PALMER, 2020).

South Korea

According to Worldometers website (2020b), South Korea reported 10,774 cases and 248 deaths of COVID-19. The Asian country has been considered one of the leading examples in the fight against the virus. At the beginning of the spread, due to its territorial closeness to China, South Korea was considered to be battling the worst coronavirus outbreak outside China (BBC, 2020c). The city of Daegu, one of the major cities of South Korea and center of the outbreak in this country, for example, had witnessed the biggest coronavirus outbreak outside of China, having reported a total of 6,807 cases since the outbreak started there in late February (SMITH, 2020). Now, Daegu reported zero new cases after just a month.

Even though the country is one of the closest neighbors of China, the origins of the contamination in South Korea go beyond that. In March, the number of confirmed cases in South Korea neared 7,400 and many of them have been traced back to the Shincheonji Church of Jesus, a fringe Christian group (RASHID, 2020). Apparently, it was believed that a 61-year-old Shincheonji congregant – known as Patient nº 31 – had infected other worshipers during services.

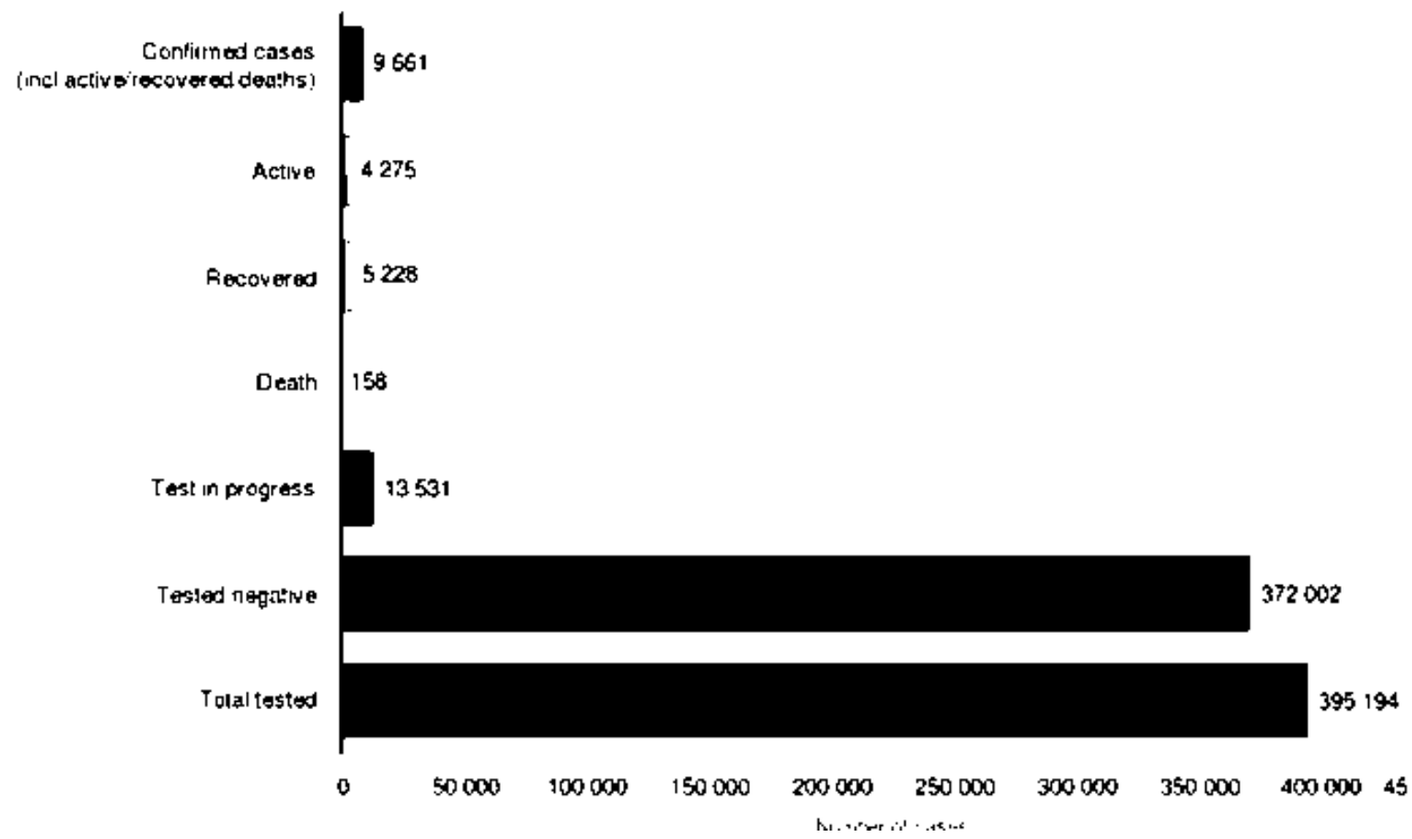
The Korea Centers for Disease Control and Prevention reported that 63.5% of all confirmed cases in the country were “related to Shincheonji Church”. Thereafter, Mr. Lee Man-hee, the founder of the Shincheonji Church, was accused of hiding the names of some members as officials tried to track patients before the virus spread (BBC, 2020c).

Another religion-related episode happened in South Korea, where nearly 50 other people got infected with COVID-19 at a church after an official sprayed saltwater into members’ mouths because they thought it would kill the virus (DUNCAN, 2020). An official at the River of Grace Community Church in Gyeonggi Province, near Seoul, used the same spray bottle on multiple churchgoers without disinfecting the nozzle, causing a large number of the 100 or so attendees to be infected, including the church’s pastor and his wife. The South Korean authorities condemned such acts and pressed charges against these churches.

However, while the country faced such upheavals, the fast response allowed South Korea to build influence worldwide. Since the confirmation of its first COVID-19 case in late January, South Korea has shown a determination of facing this public health crisis which appears to be paying off. From a sudden spike in the number of cases to its decision to implement widespread testing, South Korea has shown able to respond quickly and decisively (FLEMING, 2020). According to South Korean Foreign Minister, Ms. Kang Kyung-wha, the rapidity with which COVID-19 took hold in South Korea surprised the authorities. However, the government put immediately into place a series of well-established strategies to stop the spread.

Foreign Minister Kang also affirmed that the Blue House (South Korean Presidential Palace) took an all-government approach. For example, the Prime Minister created a task force of all government ministries, and all regional and city governments. Besides, when one region ran out of hospital beds, the government asked other provinces to open up beds in their hospitals. Another critical factor to deal with the crisis was testing. Kang confirmed that South Korea has tested over 350,000 cases, in which some patients were tested many times before they were released, so they could say they were fully cured (FLEMING, 2020). The following image demonstrates the number of COVID-19 confirmed, recovered and test cases in South Korea up until March.

Figure 11 - Number of coronavirus (COVID-19) confirmed, recovered, and test cases in South Korea (March 30, 2020)



Source: FLEMING (2020)

Having reportedly the virus under control, South Korea even held elections under strict safety measures in mid-April (SHIN, 2020). On 15th April, South Koreans went to polls to elect members of parliament. About 14,000 polling stations were open around the country after disinfection, and voters were required to wear a mask and have a temperature check upon arrival. Anyone whose temperature was higher than 37.5º C was led to a special booth. As of 9 a.m., voter turnout was 8%, about 0.9% points higher than in the last parliamentary election in 2016, according to the National Election Commission (NEC). That excludes nearly 27% of the 44 million registered voters who took part in early voting in the previous weekend. Among them, there were about 2,800 coronavirus patients, for whom the NEC allowed voting by mail and set up special polling stations for early voting. More than 13,000 in self-quarantine have signed up to vote and will be allowed to do so after other voters leave at 6 p.m.

Ever since, South Korea has started to ease its social distancing and lockdown rules (SHIN; YANG, 2020). According to Foreign Minister Kang, the government plans to open schools on 6th April after the announcement of two school openings postponements due to the COVID-19 crisis. “The right to an education is a crucial part of our social values”, said Kang. Also, the South Korean government believes that they cannot deprive South Korean children of their right to learn, so it means that they have to do everything in the next two weeks to maintain the spread at a manageable level (FLEMING, 2020).

Lastly, South Korea did not only control the situation within its territory, but also expanded their relations with the world by exporting of COVID-19 Testing Kits to other countries, such as the United States and Brazil (FERRIER; HWANG, 2020). South Korea sent nearly $132 million worth of coronavirus diagnostic kits overseas in the first 20 days of April, up significantly from around $50 million in all of March. These exports have proven to be an effective means to enhance existing bonds and build new relationships, particularly below the official diplomatic level. Other countries are similarly leveraging bottom-up channels and people-to-people ties to win a share of South Korean test kit exports.

Aside from commercial sales, South Korean companies are also donating diagnostic kits, further adding to the country's positive image during the pandemic. Samsung Heavy Industries Nigeria has secured 5,000 test kits from the South Korean government to help with the local response. Similarly, LG Group donated 50,000 kits to the Indonesian government in response to a request from Jakarta. Seoul has stated its intent to donate tests to additional countries, including partners in Africa and the Middle East, based on bilateral relations and partners' ability to tackle the virus on their own. Collectively, these cases represent a new opportunity for more direct, potentially lifesaving outreach to millions of people around the world for South Korea (FERRIER; HWANG, 2020).

Japan

According to Worldometers (2020c), Japan had reported 14,305 positive cases and 455 deaths of COVID-19. Unlike the two previously analyzed cases, Japan is the country that has been facing the greatest level of criticism over its adopted policies against the COVID-19 in the East Asian region.

Although the numbers of both confirmed cases and fatalities indeed remain significantly lower than many of its peer countries in Southeast Asia (SUZUKI, 2020), the Japanese government's latest measures - or the lack of them - received many negative responses from the citizens and the global community.

In late March, Prime Minister Shinzo Abe continued to declare that Japan was not yet in a situation to declare a state of emergency (AL JAZEERA, 2020). Facing calls to do so, Japanese Prime Minister Shinzo Abe was derided on social media on Thursday for instead offering people cloth masks, pointing to growing frustration with his handling of the crisis (LIES; SIEG, 2020). Abe's offer of free masks - two per household - came the day after experts had warned Japan was on the brink of a medical crisis and a health system collapse as cases surge, especially in Tokyo (BBC, 2020d). The Prime Minister even declared on Wednesday Japan that he was "barely holding the line" in its battle against the virus (DORN, 2020).

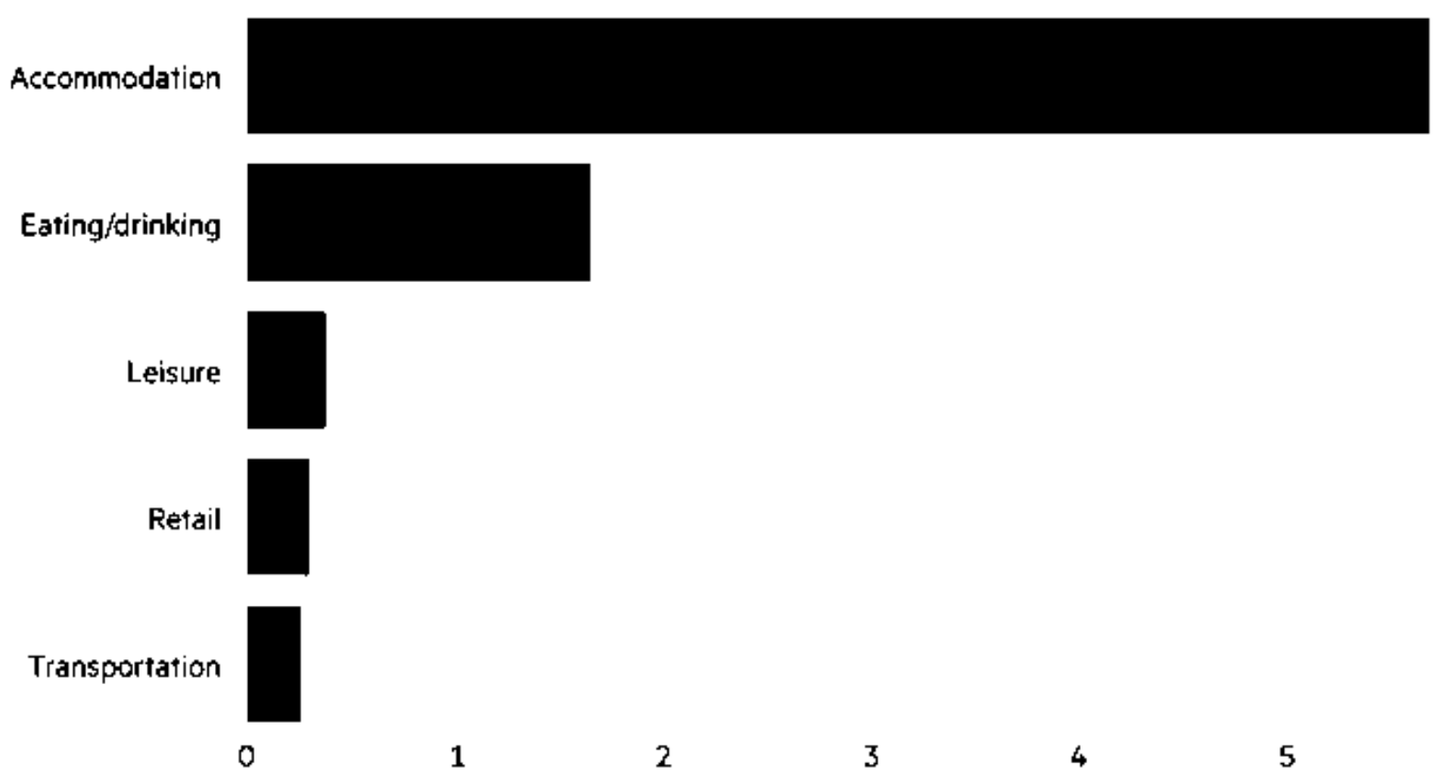
The low testing rate in Japan also raised questions from the international community (WINGFIELD-HAYES, 2020). As it seems, Japan is only testing people who are already quite sick. In fact, the official guidelines for doctors say they should only recommend a test if the patient has pneumonia. When asked why the level of testing done is about half of the capacity weeks after the government has started to ramp up its testing, a health ministry official explained it reflects the number of tests doctors are prescribing. Besides that, Keio University in Tokyo conducted a study about COVID-19 tests done on patients admitted for non-COVID related illnesses and procedures. The study found that around 6% of them tested positive for COVID-19 (ICHINO, 2020). According to Professor Kenji Shibuya (Kings College London), from a public health point of view, Japan's refusal to test more widely is incredibly risky (WINGFIELD-HAYES, 2020).

Likewise, only in late March, the Japanese government and International Olympic Committee succumbed to intense pressure from athletes and sporting bodies around the world to delay Tokyo's 2020 Summer Games for a year because of the global outbreak (AL JAZEERA, 2020). Among the Olympics organizers, who had overseen preparations worth over USD 25 billion, and the Japanese and international companies, who have paid more than USD 3.1 billion to make the 2020 Olympics the most heavily sponsored sports event in history, the decision to postpone the Olympics was a difficult choice to make (LEWIS; AHMED, 2020). The Tokyo Metropolitan government estimated that, from the winning of the bid in 2013 to a decade after the games in 2030, the event would give a USD 294 billion boost to the national economy. Beyond that, for Shinzo Abe, Japan's longest-serving Prime Minister, the games offered a potent symbol of national recovery from the 2011 Tohoku earthquake and of his Abenomics program, which consists in "a comprehensive policy package to revive the Japanese economy from two decades of deflation, all while maintaining fiscal discipline" (THE GOVERNMENT OF JAPAN, s.d, pp.1).

According to the average real economic growth analysis in developed countries that have hosted the Olympics since 1992, the actual year of the games delivers only a limited boost in comparison to the profit achieved in the long-term due to investments on infrastructure and other areas. Thus, some may affirm that postponing the games is unlikely to cause serious economic harm in the short term. Mr. Masamichi Adachi, UBS' chief economist in Japan, affirmed that "The concern is the long-term consequences if the games are completely canceled next year, especially given that such a situation would mean the pandemic is not yet under control. [That could] weigh on long-term growth expectations" (LEWIS; AHMED, 2020). Therefore, many observers agree that a postponement is better than a cancellation..

However, most of the economic policy-makers show a different perspective on the situation and argue that it is premature to expect a rescheduled 2021 games to provide any economic boost, as the image down below shows the possible losses of projected 2020 sales to hit Tokyo this year.

Figure 12- The hit to Tokyo from a postponed Olympic Games: Losses as share of projected 2020 sales (%)



Source: LEWIS; AHMED (2020).

Thus, the emphasis of the Japanese government and companies is now on limiting the impacts of the postponement on Japanese economy. For several years, Tokyo has fed the Olympic hype, increasing hotel bookings and in the commercial anticipation of a nation that has, since winning the right to host the games, seen inbound tourism jump from 10 million visitors a year to almost 32 million in 2019 (LEWIS; AHMED, 2020). Now, the Japanese government must focus its efforts on fighting the effects of COVID-19 on its citizens and this may only happen effectively if the government understands that the Olympics is not the priority right now.

For the conclusion, it is important to highlight that, even though most of the countries are focusing their efforts on their domestic level over their international realm, the East Asian countries present closer ties during the current scenario (SILVERBERG, 2020). However, the impacts of COVID-19 in the East Asian relations will probably be measured only after this crisis. Depending on how the world - and the Asian neighbors - will perceive China, which is gaining more relevance in the multilateral forums, and its role on the international chess after COVID-19, the regional power dynamics may change. Also, the vaccine is still to be created. The country (or countries) that eventually develops the cure for this disease will also display a higher level of influence in the international relations. Therefore, defining precise scenarios may be a dangerous exercise but, as the South Korean Foreign Minister Kang affirmed: “It doesn’t matter that my country is stabilizing and coming to grips with this. The world must overcome this together” (FLEMING, 2020).

References

AGUILERA, Jasmine et al. WHO Anticipates 1 Million COVID-19 Cases and 50,000 Deaths Worldwide 'In the Next Few Days.': Here's the Latest. **TIME**, 2020. Retrieved from: https://time.com/5789631/coronavirus-COVID-19-global-cases/

AL JAZEERA. Japan's coronavirus containment strategy faces breaking point. **Al Jazeera**, 2020. Retrieved from: https://www.aljazeera.com/news/2020/03/japan-coronavirus-containment-strategy-faces-breaking-point-200331052210387.html

BBC. Coronavírus: como a Itália tomou lugar da China como principal foco de preocupação sobre a COVID-19. **BBC**, 2020a. Retrieved from: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51661091

BBC. Coronavirus travel: China bars foreign visitors as imported cases rise. **BBC**, 2020b. Retrieved from: https://www.bbc.com/news/world-asia-china-52059085

BBC. Coronavirus: South Korea sect leader to face probe over deaths. **BBC**, 2020c. Retrieved from: https://www.bbc.com/news/world-asia-51695649

BBC. Coronavirus: Japan doctors warn of health system 'break down' as cases surge. **BBC**, 2020d. Retrieved from: <https://www.bbc.com/news/world-asia-52336388>

CARROLL, Aaron. Lesson From Singapore: Why We May Need to Think Bigger. **The New York Times**, 2020. Retrieved from: https://www.nytimes.com/2020/04/14/upshot/coronavirus-singapore-thinking-big.html

DORN, Sara. Japan's coronavirus strategy 'barely holding up' after surge of new cases. **New York Post**, 2020. Retrieved from: https://nypost.com/2020/03/28/japans-coronavirus-strategy-barely-holding-up-after-surge-of-new-cases/

DUNCAN, Conrad. Coronavirus: Nearly 50 church goers infected in South Korea after spraying salt water 'cure'. **The Independent**, 2020. Retrieved from: https://www.independent.co.uk/news/world/asia/coronavirus-salt-water-cure-spray-south-korea-church-COVID-19-a9404856.html

FERRIER, Kyle; HWANG, Soojin. How South Korea Is Building Influence Through COVID-19 Testing Kits. **The Diplomat**, 2020. Retrieved from: https://thediplomat.com/2020/04/how-south-korea-is-building-influence-through-COVID-19-testing-kits/

FLEMING, Sean. South Korea's Foreign Minister explains how the country contained COVID-19. **World Economic Forum**, 2020. Retrieved from: https://www.weforum.org/agenda/2020/03/south-korea-COVID-19-containment-testing/

GRIFFITHS, James. Wuhan coronavirus death toll rises, as city imposes transport lockdown. **CNN**, 2020. Retrieved from: https://edition.cnn.com/2020/01/22/asia/china-wuhan-coronavirus-deadly-intl-hnk/index.html

HEWINGS-MARTIN, Yella. How do SARS and MERS compare with COVID-19?. **Medical News Today**, 2020. Retrieved from: https://www.medicalnewstoday.com/articles/how-do-sars-and-mers-compare-with-COVID-19

ICHINO, Kai. Number of new patients testing positive for virus alarms hospital. **Asahi**, 2020. Retrieved from: http://www.asahi.com/ajw/articles/13321354

KRETSCHMER, Fabian. Wuhan lockdown: China takes extreme measures to stop virus spread. **Deutsche Welle**, 2020. Retrieved from: https://www.dw.com/en/wuhan-lockdown-china-takes-extreme-measures-to-stop-virus-spread/a-52120126

KUO, Lily. Life after lockdown: has China really beaten coronavirus?. **The Guardian**, 2020. Retrieved from: https://www.theguardian.com/world/2020/mar/23/life-after-lockdown-has-china-really-beaten-coronavirus

KYODO NEWS. Wuhan's virus patient numbers manipulated for Xi visit: local doctor. **Kyodo News**, 2020. Retrieved from: https://english.kyodonews.net/news/2020/03/b09b868ec468-breaking-news-wuhan-doctor-blows-whistle-on-manipulation-of-virus-patient-numbers.html

LEWIS, Leo; AHMED, Murad. Japan: how coronavirus crushed Abe's Olympics dream. **Financial Times**, 2020. Retrieved from: https://www.ft.com/content/c343aa5e-702a-11ea-9bca-bf503995cd6f

LIES, Elaine; SIEG, Linda. Two masks, no lockdown: Japan PM's latest coronavirus step riles social media. **Reuters**, 2020. Retrieved from: https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-japan-masks-idUSKBN21K0CQ

LUSCOMBE, Richard. Trump tries to blunt criticism of COVID-19 response as US cases pass 33,000. **The Guardian**, 2020. Retrieved from: https://www.theguardian.com/world/2020/mar/22/trump-coronavirus-response-criticism-us-cases

MCMURTRY, Alyssa; ZAMPANO, Giada. COVID-19: What went wrong in Italy and Spain?. **Anadolu Agency**, 2020. Retrieved from: https://www.aa.com.tr/en/europe/COVID-19-what-went-wrong-in-italy-and-spain/1797461

PALMER, James. What to Make of China's Coronavirus Figures. **Foreign Policy**, 2020. Retrieved from: https://foreignpolicy.com/2020/04/01/china-coronavirus-official-figures-underreporting-pandemic-response-xi-jinping/

RASHID, Raphael. Being Called a Cult Is One Thing, Being Blamed for an Epidemic Is Quite Another. **The New York Times**, 2020. Retrieved from: https://www.nytimes.com/2020/03/09/opinion/coronavirus-south-korea-church.html

RHTK. 'Wuhan denying virus tests to keep numbers down'. **RHTK**, 2020. Retrieved from: https://news.rthk.hk/rthk/en/component/k2/1516240-20200323.htm

RYALL, Julian. Japan losing patience with government over COVID-19 response. **Deutsche Welle**, 2020. Retrieved from: https://www.dw.com/en/japan-losing-patience-with-government-over-COVID-19-response/a-53133243

SHIN, Hyeonhee. South Korea holds elections under strict safety measures amid coronavirus pandemic. **World Economic Forum**, 2020. Retrieved from: https://www.weforum.org/agenda/2020/04/south-korea-parliamentary-election-pandemic-coronavirus-COVID19/

SHIN, Hyeonhee; YANG, Heekyong. South Korea has started to ease its social distancing and lockdown rules. **World Economic Forum**, 2020. Retreved from: https://www.weforum.org/agenda/2020/04/south-koreans-social-distancing-coronavirus-COVID19/

SIDDIQUE, Haroon. Chinese city plans to build coronavirus hospital in days. **The Guardian**, 2020. Retrieved from: https://www.theguardian.com/science/2020/jan/24/chinese-city-wuhan-plans-to-build-coronavirus-hospital-in-six-days

SILVERBERG, Elliot. Better ties with China: Japan's coronavirus silver lining? **The Japan Times**, 2020. Retrieved from: https://www.japantimes.co.jp/opinion/2020/04/01/commentary/japan-commentary/better-ties-china-japans-coronavirus-silver-lining/#.XrW0b1VKjZ5

SMITH, Josh. This South Korean city once had the biggest coronavirus outbreak outside of China. Now it's reported zero new cases. **World Economic Forum**, 2020. Retrieved from: https://www.weforum.org/agenda/2020/04/south-korean-daegu-china-coronavirus-COVID19-cases-virus/

SUZUKI, Kazuto. COVID-19 strategy: The Japan model. **The Japan Times**, 2020. Retrieved from: https://www.japantimes.co.jp/opinion/2020/04/28/commentary/japan-commentary/COVID-19-strategy-japan-model/#.XqzcoVVKjZ5

THE GOVERNMENT OF JAPAN. **Abenomics**. The Government of Japan, s.d. Retrieved from: https://www.japan.go.jp/abenomics/about/index.html

VU, Mihn; TRAN, Bich T. The Secret to Vietnam's COVID-19 Response Success. **The Diplomat**, 2020. Retrieved from: https://thediplomat.com/2020/04/the-secret-to-vietnams-COVID-19-response-success/

WILLIAMS, Sophie. Coronavirus: How can China build a hospital so quickly?. **BBC**, 2020. Retrieved from: https://www.bbc.com/news/world-asia-china-51245156

WINGFIELD-HAYES, Rupert. Coronavirus: Japan's low testing rate raises questions. **BBC**, 2020. Retrieved from: https://www.bbc.com/news/world-asia-52466834

WORLD HEALTH ORGANISATION (WHO). Events as they happen. **WHO**, 2020. Retrieved from: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/events-as-they-happen

WORLDOMETERS. China. **Worldometers**, 2020a. Retrieved from: https://www.worldometers.info/coronavirus/country/china/

WORLDOMETERS. South Korea. **Worldometers**, 2020b. Retrieved from: https://www.worldometers.info/coronavirus/country/south-korea/

WORLDOMETERS. Japan. **Worldometers**, 2020c. Retrieved from: https://www.worldometers.info/coronavirus/country/japan/

ZHONG, Raymond; WANG, Vivian. China Ends Wuhan Lockdown, but Normal Life Is a Distant Dream. **The New York Times**, 2020. Retrieved from: https://www.nytimes.com/2020/04/07/world/asia/wuhan-coronavirus.html

Velhas práticas no mundo contemporâneo:
como a pandemia arrisca mudar as relações internacionais

Jales Caur

> *Old International patters are crumbling; old slogans are uninstructive; old solutions are unavailing. The world has become interdependent in economics, in communications, in human aspirations. No one nation, no one part of the world, can prosper or be secure in isolation.*
>
> Henry Kissinger

Em janeiro de 2020, o mundo se deparou com o contagioso vírus causador da COVID-19. Os olhos do mundo de voltaram para a China, até então epicentro mundial do vírus que ainda se concentrava na Ásia, com mais perguntas do que respostas. Infelizmente, ao sair da Ásia e começar a adquirir novas proporções antes não conhecidas pela história recente, foi visto que não somente a alta transmissão era preocupante, mas também as consequências de atitudes irresponsáveis de governantes quanto ao descaso e à descrença no potencial do vírus.

Devido ao alto fluxo turístico, o primeiro país não asiático a enfrentar o real potencial dessas duas variáveis foi a Itália, mais precisamente o norte do país, na cidade de Milão, onde ocorreu a negligência em não se implantar a quarentena, deixando a situação evoluir para uma catástrofe jamais vista, com milhares de mortes por semanas a fio (ALESSI, 2020). Seguindo este mesmo exemplo – de ignorância e justificativas econômicas – há os Estados Unidos, considerado atual epicentro mundial da pandemia, e o Brasil, logo atrás (GAMBA, 2020), agindo como se estivesse na busca de tal título. O atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assim como o do Brasil, Jair Bolsonaro, ganharam os holofotes da mídia ao manter uma atitude despreocupada quanto à situação enquanto os sistemas de saúde e funerário de seus países colapsam aos poucos.

No entanto, no caso de Donald Trump, ao notar a crise montada devido ao número de casos disparados – principalmente em Nova York, novamente destacando a consequência em lugares com um grande trânsito de pessoas – e às diversas notícias de subnotificação pela falta da testagem em massa em primeiro momento e o alto preço dos exames, o presidente adotou um discurso xenofóbico. Em diversas postagens, chamou o novo corona vírus de "Vírus Chinês", incitando até que tal vírus fora criado em laboratório a fim de fazê-lo perder a chance de se reeleger nas eleições de novembro (BBC, 2020b). Tais represálias também se estenderam à Organização Mundial de Saúde (OMS), acusada de má gestão quanto a crise, tendo seu financiamento cortado por parte do governo estadunidense (PRADO; MIRANDA; FERRARI, 2020).

O mundo, mais do que nunca, mostrou necessitar de uma aliança de cooperação pelo bem maior da humanidade, voltando boa parte dos esforços para a importação de insumos médicos e clínicos para o combate contra o vírus e auxílio aos casos mais graves. No entanto, nesse momento, foi possível analisar a volta dos Estados aos seus modelos primários, desenhados pelos clássicos das Relações Internacionais em sua criação: o Estado como soberano e centrado somente em si. As guerras foram substituídas pela pandemia, as baixas em campo de batalha foram substituídas pelas mortes por falta de leitos e equipamentos adequados e as armas se transformaram em Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e leitos de UTI com respiradores.

Essa conjuntura foi percebida no episódio que se tornou famoso como um ato de desumanidade. Tal episódio fora classificado pelo Ministro do Interior da Alemanha, internacionalmente apoiado, como uma espécie de pirataria moderna por parte dos Estados Unidos.

No começo do mês de abril (2020), os Estados Unidos reteve cargas de máscaras do tipo FFP2 – recomendadas para o uso por profissionais de saúde e por outros profissionais que se fazem necessário se expor por várias horas em ambientes de risco – que iriam ser enviadas para a Alemanha, França e o Brasil. A carga, que fora produzida pela multinacional 3M, foi embargada em Bangcoc e logo estornada aos Estados Unidos, apesar de já ter sido negociada com outros países (BBC, 2020a).

Nesse mesmo episódio, a mesma multinacional foi proibida de vender EPIs, tendo como principal razão as máscaras N95, para o Canadá e a América Latina. Segundo o portal de notícias G1 (2020), "a 3M disse o que o governo de Trump pediu para que ela parasse de exportar para o Canadá e para a América Latina, algo que a empresa diz que teria implicações humanitárias significativas e que iria fazer com que outros países retaliassem os EUA". Ao ser confrontado, o presidente estadunidense revelou que a Casa Branca não concordava com a posição da 3M em manter os propósitos comerciais das máscaras. Por fim, acabou se apoiando em uma lei da década de 1950 que permite às agências de gerenciamento de crise agir perante a iniciativa privada em momentos de necessidade.

O caso mais grave envolvendo o Brasil é a compra feita pelo governo do estado da Bahia junto a um revendedor chinês de 600 respiradores para garantir o abastecimento dos leitos de UTI que foi cancelada de forma unilateral. Nesse episódio, fornecedores chineses foram acusados por países como França e Canadá de cancelar contratos em favorecimento aos Estados Unidos, que estariam a negociar valores exorbitantemente mais altos. O até então Ministro da Saúde, Luís Henrique Mandetta, já havia feito declarações quanto à queda ocorrida nas compras realizadas pelo Brasil (O GLOBO, 2020).

Esses casos são exemplos perfeitamente tangíveis para os pontos em destaques nas relações internacionais do mundo em pandemia: ocorrerão alterações drásticas no multilateralismo e na cooperação tão elogiados e conservados pelos países desde a globalização? As relações bilaterais e o antigo sistema de alianças comerciais voltarão a se fazer presentes? O sistema de multipolar estaria em risco com o atual comportamento de grandes potências como os Estados Unidos?

Perguntas que definirão o futuro das relações internacionais

A fluidez é uma característica peculiar das relações internacionais. Tais relações se dão através de um sistema que, ao mesmo tempo que se mostra complexo e rígido, aparenta ruir com a menor das ações não programadas pelo Sistema Internacional. No fim, tais ações não programadas se tornam pontos de virada e de transformação tanto das relações internacionais quanto do próprio Sistema – como foi o caso da Guerra Fria e do muro de Berlim no século passado para a história. O mundo pandêmico se mostrou capaz de ser um marco na história contemporânea das Relações Internacionais, provocando mudanças e abrindo novos campos de estudo e análise antes não vistos fora de especulações teóricas.

Por exemplo, a posição dos Estados Unidos ao interferir em negociações – como o portal de notícias O GLOBO (2020) informou ao relatar que o genro de Donald Trump mediou as negociações que direcionariam os recursos já pagos de outros países para os Estados Unidos –, acende o debate sobre a possível necessidade de um Estado interventor no pós-crise. Desde o anúncio do fechamento de comércios a fim de reduzir aglomerações, o setor econômico e financeiro não reagiu bem. A principais bolsas de valores, como a brasileira IBOVESPA e as estadunidenses Dow Jones e a S&P 500 seguiram por duas semanas oscilando, acionando diversas vezes o mecanismo de *circuit breaks*[1] semanais devido à alta queda de seus índices.

[2] *Circuit Breaker* é um mecanismo de segurança e autopreservação presente nas bolsas de valores que suspende as negociações em caso de quedas elevadas em seus índices. A bolsa brasileira possui três tipos de suspensão, caso cair 10%, as negociações são suspensas por 30 minutos, se cair para 15%, se suspende por uma hora; caso venha a cair para ais de 20%, as negociações são suspensas por tempo indeterminado.

Devido a essa instabilidade dos mercados financeiros, os Estados Unidos, em março, injetaram cerca de 1,5 trilhão de dólares no mercado a fim de acalmar os investidores e controlar a queda das bolsas (KAFRUNI, 2020). O mesmo ocorreu no Brasil com a alta do dólar e a queda no preço de diversas ações causando vários *circuit breaks* em somente uma semana, na qual o Banco Central interveio "queimando" as reservas de dólar a fim de abaixar a cotação do dólar e impedir que as negociações fossem suspensas (KIRSTEN, 2020). Essas medidas são exemplos explícitos de Estados interventores mesmo em nações tidas como liberais, como os Estados Unidos.

O multilateralismo é algo extremamente valorizado por autores que enfatizam a importância da possibilidade de cooperação de maneira mais simples, efetiva e transparente — em teoria. Nesse cenário, é possível observar uma integração maior de outros agentes às relações internacionais, como atores privados e ONGs, além de reações mais firmes entre vários países. Entretanto, ações como a feita pelos Estados Unidos no episódios dos respiradores, podem ser consideradas como o princípio de uma quebra de confiança generalizada entre as nações e uma maior dificuldade de relações que envolvam comércio, acordos e tratados.

Contudo, o mundo contemporâneo se desenhou através da interdependência, e, se o cenário de desconfiança se tornar algo real, relações bilaterais voltariam a ter força causando o favorecimento de uns ao prejuízo de outros. Retomando o caso dos Estados Unidos como exemplo, mesmo em uma guerra comercial com aumento de impostos e ameaças de sanções e barreiras para dificultar a entrada de produtos chineses em território estadunidense, os Estados Unidos não cogitaram tal cenário antes de transpassar as negociações já feitas a fim de favorecer a própria nação — como um exemplo, também, ao centralização estatal e da soberania. Isso serviria como um impacto direto na atual ordem mundial em certas perspectivas.

Joseph Nye (2020), entretanto, discorda da possibilidade de uma mudança na ordem global na qual a China consegue assumir a posição dos Estados Unidos como maior economia do mundo – posição que o país americano ocupa desde 1945. Em um texto para a *Foreign Policy*, ele aborda também as diversas facetas de outras crises de grande impacto ao mundo e o fato de que uma pandemia – se apoiando na experiência da Gripe Espanhola – não se encontra na lista de maiores ameaças à ordem internacional. Ele exemplifica que, embora a Gripe Espanhola, com sua estimativa de 50 milhões de mortos, (CDC, 2019), tenha matado mais do que a Primeira Guerra, toda a instabilidade que E. H. Carr nomeara de "vinte anos de crise" e culminara na Segunda Guerra Mundial estava relacionada com a Primeira Guerra Mundial, e não com a pandemia. O mesmo com outros eventos, como o 11 de setembro – que possuía consigo o novo inimigo da sociedade ocidental: o terror – e a grande quebra da bolsa em 2008.

Neste momento, as Relações Internacionais estão rodeadas de perguntas e com poucas respostas. É um pouco imprudente tentar respondê-las com tanta certeza em um período tão curto de tempo. Seguindo as definições de Hollis e Smiths (1990), ao responder essas perguntas agora, estaríamos somente explicando o mundo como quem narra uma história sem se atentar aos detalhes necessários – e, que na realidade, podem ainda serem frutos do futuro. É necessário o tempo para que se possa aprofundar as análises a um nível antropológico, no qual se buscará entender, como parte do mundo analisado, as transformações diárias que as sociedades enfrentam com as novas medidas e táticas de sobrevivência usadas durante a pandemia.

Referências

ALESSI, Gil. Itália pagou preço alto ao resistir a medidas de isolamento social para conter coronavírus. Disponível em: https://bit.ly/abnt3duLeLZ. Acesso em: 7 mai. 2020.

BBC. Coronavírus: EUA são acusados de 'pirataria' e 'desvio' de equipamentos que iriam para Alemanha, França e Brasil. **BBC,** 4 abr. 2020. Disponível em: https://bbc.in/3bTY1qB. Acesso em: 30 abr. 2020a.

BBC. Coronavirus: Trump stands by China lab origin theory for virus. **BBC,** 1 mai. 2020. Disponível em: https://bbc.in/2YIAWUj. Acesso em: 7 mai. 2020b.

CDC. 1918 Pandemic (H1N1 virus). **Centers for Disease Control and Prevention,** s/d. Disponível em: https://www.cdc.gov/flu/pandemic-resources/1918-pandemic-h1n1.html. Acesso em: 8 mai. 2020.

GAMBA, Laura. Brazil emerges as next potential coronavirus epicenter. **Anadolu Agency,** 28 abr. 2020. Disponível em: https://www.aa.com.tr/en/americas/brazil-emerges-as-next-potential-coronavirus-epicenter/1822092. Acesso em: 8 mai. 2020.

G1. Trump e empresa produtora de máscaras entram em conflito por exportação para América Latina. **G1**, 3 abr. 2020. Disponível em: https://glo.bo/3f7HqSn. Acesso em: 30 abr. 2020.

HOLLIS, Martin; SMITH, Steve. **Explaining and Understanding International Relations**. Nova York: Oxford University Press, 1990.

KAFRUNI, Simone. Estados Unidos vão injetar US$ 1,5 trilhão no mercado. **Correio Braziliense**, 12 abr. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/03/12/internas_economia,833833/estados-unidos-vao-injetar-us-1-5-trilhao-no-mercado.shtml. Acesso em: 30 abr. 2020.

KIRSTEN, Martin. BC Queima Reservas Cambiais do Brasil para Conter Alta do Dólar. **The Capital Advisor,** 2 abr. 2020. Disponível em: https://comoinvestir.thecap.com.br/bc-queima-reservas-cambiais-do-brasil-para-conter-alta-do-dolar/. Acesso em: 30 abr. 2020.

NYE, Joseph. No, the Coronavirus Will Not Change the Global Order. **Foreign Policy,** 16 abr. 2020. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2020/04/16/coronavirus-pandemic-china-united-states-power-competition/. Acesso em: 30 abr. 2020

O GLOBO. Carga chinesa com 600 respiradores artificiais é retida nos EUA e não será enviada ao Brasil. **O Globo,** 3 abr. 2020. Disponível em: https://glo.bo/3aUMB4S. Acesso em: 30 abr. 2020.

PRADO, Antonio Carlos; MIRANDA, Felipe; FERRARI, Mariana. Um confuso Trump corta ajuda à OMS. **IstoÉ,** 17 abr. 2020. Disponível em: https://istoe.com.br/um-confuso-trump-corta-ajuda-a-oms/. Acesso em: 7 mai. 2020.

Programa de Educação Tutorial - Relações Internacionais [PET-REL]
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília [IREL-UnB]
Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte - Brasília [DF]
CEP 70910-900 | **petrel.unb.br**

petrel

[v.2| n.3] [maio| 2020]

